UNIVERSIDADE
FEDERAL DE JUIZ DE FORA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Geovane Batista da Costa

"*LAMPIÃO DA ESQUINA*", UM JORNAL ALTERNATIVO DO BRASIL: ILUMINANDO IDENTIDADE(S) E REPRESENTAÇÃO (ÇÕES) DO(S) HOMOSSEXUAL (IS), DE 1978-1981.

Juiz de Fora

2019

GEOVANE BATISTA DA COSTA

"*LAMPIÃO DA ESQUINA*", UM JORNAL ALTERNATIVO DO BRASIL: ILUMINANDO IDENTIDADE(S) E REPRESENTAÇÃO (ÇÕES) DO(S) HOMOSSEXUAL (IS), DE 1978-1981.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial a obtenção do grau de Mestre em História. Linha de pesquisa: Narrativas, Imagens e sociabilidades.

Orientadora: Dra. Beatriz Helena Domingues

Juiz de Fora

2019

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Sobrenome, Prenome do autor
Título da dissertação ou tese / Autor na ordem direta do nome.
São José dos Campos, ano.
46f. Número de Folhas

Dissertação de mestrado ou Tese de doutorado – Curso de Nome do Programa, Área de Nome da Área – Instituto Tecnológico de Aeronáutica, ano. Orientador: Prof. Dr. Nome do Orientador

1. Palavra-chave conforme seção. 2. Palavra-chave. 3. Palavra-chave. I. Instituto Tecnológico de Aeronáutica. II.Título

GEOVANE BATISTA DA COSTA

LAMPIÃO DA ESQUINA", UM JORNAL ALTERNATIVO DO BRASIL: ILUMINANDO IDENTIDADE(S) E REPRESENTAÇÃO (ÇÕES) DO(S) HOMOSSEXUAL (IS), DE 1978-1981.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial a obtenção do grau de Mestre em História. Linha de pesquisa: Narrativas, Imagens e sociabilidades.

Aprovada em (dia) de (mês) de (ano)

BANCA EXAMINADORA

_____

Titulação. Nome e sobrenome - Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora

_____

Titulação. Nome e sobrenome

Universidade Federal de Juiz de Fora

_____

Titulação. Nome e sobrenome

Universidade Federal de Juiz de Fora

Á minha mãe Odanilza e ao meu pai João, ao meu amor Gabriel, ao presidente Lula, aos meus amigos, refúgios de amor, compreensão e amizade sem medida, e, a todos os lampiônic@s.

AGRADECIMENTOS

A finalização deste trabalho só foi possível porque em várias ocasiões pude contar com a amizade e compreensão de diversas pessoas com as quais compartilhei cada momento de alegria e dificuldade neste trajeto que ora se encerra. Partindo da premissa de que agradecer é recordar, vejo aqui a oportunidade de relembrar pessoas, dificuldades, alegrias e conquistas. Finalizando mais esta etapa da minha vida é impossível não falar de pessoas que vivenciaram comigo, direta ou indiretamente, esse período.

Agradeço, primeiramente, à minha amiga e professora Dra. Beatriz Helena Domingues pela orientação durante todo esse tempo, que com sua paciência, generosidade e sabedoria me garantiram segurança e inspiração para a tessitura deste trabalho.

Agradeço ainda aos meus pais, João e Odanilza, por terem me mantido na UFJF por todo esse tempo e pela ajuda que deram ao me darem a sensação de que, quaisquer que sejam minhas decisões na vida, sempre contarei com seus apoios e suportes.

Agradeço também ao Gabriel pelo amor, carinho, paciência e pela atenção que me deu durante todo esse tempo. O apoio que me deu através de palavras confortadoras e dos puxões de orelha fora muito importante para que eu seguisse adiante em certos momentos em que pensei que não daria conta.

Agradeço ainda aos meus amigos e amigas que fiz durante o período na faculdade e que são pessoas muito especiais que carrego no coração como Aline, Diego, Eduardo, Emila, Leonardo Leal, Leonardo Guimarães, Guilherme, Janaina, Juliana, Luana, Lucília, Marcelo (in memorian) e Priscila, pela amizade, paciência, compreensão e pelos momentos de distração e diversão após momentos de tensão.

Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da UFJF, pela contribuição direta presente neste trabalho através das disciplinas ofertadas. Agradeço especialmente aos professores Dr. Alexandre Mansur Barata e à professora Dra. Fernanda Thomás, que ministraram disciplinas cursadas durante o mestrado. Seus questionamentos, discussões e posicionamentos foram fundamentais durante o amadurecimento das reflexões para a escrita desta dissertação.

Agradeço também ao professor Dr. Rafael Bispo, do departamneto de Ciências Sociais, pelas dicas de leitura e alguns nortes para o trabalho.

Agradeço, por fim e de modo cordial, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que possibilitou a realização de minha pesquisa no mestrado através do auxílio financeiro concedido ao longo de todo o curso.

Os machos não se dividem em dois grupos distintos: os heterossexuais e os homossexuais. O mundo não está dividido em ovelhas e carneiros. Nem todas as coisas são negras nem todas são brancas. É um princípio fundamental da taxinomia que raramente na Natureza se encontram categorias nitida mente separadas. Só a mente humana inventa as categorias e tenta abrigar os fatos em compartimentos separados. O mundo vivente representa uma continuidade em todos os seus aspectos. Quanto mais depressa aprendermos esta noção, aplicando-a ao comportamento sexual do homem, tanto mais depressa compreenderemos claramente o que é a realidade do sexo.

Kinsey, 1972: 586

RESUMO

O principal objetivo deste trabalho é interpretar a disputa pela construção de sentidos e as práticas discursivas nas representações dos homossexuais do sexo masculino nas páginas do jornal *Lampião da Esquina*, entre 1978 e 1981. Além disso, objetivamos algumas pautas mais específicas: historicizar o jornal *Lampião*; apresentar as relações de tensão envolvendo o jornal e seus leitores quanto a representação dos homossexuais; investigar de que forma o periódico contribuía (ou não) para a construção de identidade(s) do(s) homossexual(ais); e, por fim, identificar através da seção *Cartas na Mesa* como o discurso de *Lampião* chegava aos seus leitores e como estes os apropriavam. Para isso, partimos de duas questões: Como os discursos no jornal (des)construíam estereótipos e (re)construíam tipos ideais de homossexuais? Quais representações apareciam mais no periódico: o homossexual masculinizado ou o efeminado? Para referencial teórico, adotamos as reflexões de Michel Foucault sobre análise de discurso e de Stuart Hall sobre o conceito de representação. Metodologicamente, partimos da contextualização histórica e seleção da fonte. Em seguida analisamos as seções de *Lampião*, principalmente, as seções *Esquina*, *Opinião* e *Cartas na Mesa*. Por fim, efetuamos uma análise de discurso sobre as seções para acompanhar a representação de homossexuais do sexo masculino. Dessas representações destacamos as que se referiam à efeminação e a masculinidade dos homossexuais, porque nos parecem expressar as relações de poder entre os sujeitos envolvidos na produção discursiva observada no jornal.

Palavras-chave: Jornal Lampião da Esquina. Representação do homossexual. Homossexualidade Masculinizada. Homossexualidade efeminada.

ABSTRACT

The main objective of this work is to interpret the dispute for the construction of meanings and the discursive practices in the representations of the male homosexuals in the pages of the Lampião da Esquina newspaper between 1978 and 1981. In addition, we aimed at some more specific guidelines: to historicize the Lampião newspaper; to present the tensions involving the newspaper and its readers regarding the representation of homosexuals; to investigate how the journal contributed (or not) to the construction of homosexual identity (s); and finally to identify through the section Letters on the Table how Lampião's speech came to his readers and how they appropriated them. For this, we start with two questions: How did the discourses in the newspaper (dis) construct stereotypes and (re) constructed ideal types of homosexuals? Which representations appeared most in the journal: the masculinized homosexual or the effeminate? For theoretical reference, we adopt Michel Foucault's reflections on discourse analysis and Stuart Hall on the concept of representation. Methodologically, we start from historical contextualization and source selection. Next we analyze the sections of Lampião, mainly, the sections Corner, Opinion and Letters in the Table. Finally, we conducted a discourse analysis on the sections to follow the representation of male homosexuals. Of these representations we highlight those referring to the effeminacy and masculinity of homosexuals, because we seem to express the power relations between the subjects involved in the discursive production observed in the newspaper.

Keywords: Lampião da Esquina Newspaper. Representation of the homosexual. Masculinized Homosexuality. Effeminate homosexuality.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 – Título.....
Figura 2 – Título.....
Figura 3 – Título.....
Figura 4 – Título .....

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
Fil	Filosofia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13
CAPÍTULO I: ENFIM UM JORNAL MARAVILHA 26
1.1 "SNOB", "LE FEMME"... OS BONS TEMPOS DA IMPRENSA GUEI . 28
1.2 “UM PRODUTO NOVO NA PRAÇA” 36
1.3 “LAMPIÃO É DESNUDADO” 42
1.3.1 O nome 42
1.3.2 O Conselho editorial e o expediente de Lampião 44
1.3.3 O formato 47
1.3.4 As seções de Lampião 53
1.3.5 Anúncios e propagandas 57
1.3.6 Rubricas, Charges, cartuns e história em quadrinhos: o humor gráfico em Lampião 65
1.4 SAINDO DO GUETO 74
1.4.1 Circulação e distribuição 75
1.4.2 Nossas gaiolas comuns 78
1.4.2.1 Mulheres 79
1.4.2.2 Negros 81
1.4.2.3 Ecologia 85
1.4.2.4 Índios 87
1. 5 “NÓS HERÓIS E ARAUTOS”: O APAGAR DE LAMPIÃO 88

CAPITULO II: **CORRE QUE LÁ VEM OS HOME**..... 95

2.1 “SINAL DE ALERTA” 98

2.1.1. De 1961 a 1963: os governos antes do golpe 104

2.1.2- 1964: os acontecimentos antes do dia dos tolos 110

2.1.3- Os governos militares de 1964 a 1968 117

2.2 “REPRESSÃO: ESSA NINGUÉM TRANSA”: OS GOVERNOS DE 1969 A 1985 126

2.3 “MAS A VIOLÊNCIA DO SISTEMA PODE?”..... 138

2.4 “NÃO ME ESPREME QUE EU SANGRO” 141

2. 5 “A FORÇA ESTÁ CONOSCO 149

CAPÍTULO III: “NÓS TAMBÉM ESTAMOS FAZEMOS HISTÓRIA” - AS REPRESENTAÇÕES DOS HOMOSSEXUAIS EM LAMPIÃO..... 152

3.1 Homossexualismo: que coisa é essa? .....

3.2 Desbloqueando o tabu .....

3.3 “Qual é a tua, oh Lampião?” .....

CONSIDERAÇÕES FINAIS .....

REFERÊNCIAS .....

ANEXOS .....

Introdução

É um exercício tentador e também dificílimo iniciar esse meu texto que tenta circunscrever, de modo mais direto possível, a minha temática, os meus objetivos e aquilo que se constituiu como meu "objeto" de pesquisa. E por isso, resolvi não iniciar por eles, mas sim pelos incômodos que me levaram até esta pesquisa, e já adianto que não foram poucos, mas me limitarei aos principais.

Meus dois primeiros incômodos datam exatamente de uma década atrás. Lá nos idos de 2008, comecei o 3º ano do ensino médio, e até então, não tinha tido contato com homossexuais, e se tinha algum homossexual já passado por minha vida, não me lembro que fosse assumido, e então minha convivência social sempre havia sido com heterossexuais. Eu já sabia que era homossexual e tinha algumas relações com alguns rapazes "heterossexuais" (digo isso porque eles se consideravam assim, pois achavam que ao desempenharem somente o papel ativo, isto é, aquele que penetra, não eram homossexuais, pois estes era somente aqueles que assumiam o papel passivo, ou seja, aquele que é penetrado), mas era tudo às escondidas. Ninguém sabia de nada. Ouvia alguns borborinhos entre os corredores sobre a minha sexualidade, mas nunca ninguém havia me chamado diretamente de "bicha", "viado", gay ou coisas do tipo. Meu primeiro contato com um homossexual assumido, veio acontecer então no finalzinho do ensino médio, e este rapaz, me lembro muito bem que sofria muito preconceito e era chamado pejorativamente de "bichinha" e "viadinho". Lembro que era uma pessoa amigável, comunicativa, divertida, mas que era também muito gesticulativo, debochado, fazia uso de maquiagem, usava brincos (que na verdade eram piercings)... Enfim, como se diz hoje, ele era muito "pintoso", ou seja, era assumido e não disfarçava para ninguém, porque já havia saído do armário e não queria voltar mais para lá. Estava eu num dilema muito grande, pois queria a amizade dele e conhecer alguém que era homossexual e assumido, para saber um pouco mais sobre o tal mundo homossexual, mas sabia que ficando amigo dele correria o risco de também ser reconhecido como "viadinho", "bicha". Então, resolvi pagar para ver o que aconteceria, até porque estava saindo daquele colégio e já pretendia entrar no ensino superior, pois já tinha ouvido falar que ele era mais aberto a aceitar a questão da homossexualidade e a presença de homossexuais. O resultado foi que me associaram sim à imagem de homossexual, mas nunca ouvi os termos que foram usados para este meu amigo. Quando diziam algo a respeito de mim, designavam-me como gay. Isto sem dúvida foi algo que me inquietou pois não sabia o por que um era bicha/viado e o outro era gay. E num dia qualquer, um dos rapazes "heterossexuais" que eu mantinha relações me

respondeu a essa minha dúvida dizendo que eu era visto pelas outras pessoas como gay porque era mais "discreto" por não dar muita pinta, isto é, não tinha muitos trejeitos femininos, porque me vestia mais como um rapaz se veste e meu comportamento era mais masculino, pois não era escandaloso, etc., e tal. Este então foi meu primeiro incomodo – o que fazia um homossexual ser designado como bicha e outro como gay – e que é o grande responsável pela minha investidura num tema como a homossexualidade.

Já o meu segundo incomodo caminhava paralelo ao primeiro, e tem a ver com uma discussão sobre a homossexualidade em si. Já tinha ouvido da boca de um padre em minha confissão de crisma, que a homossexualidade era um pecado, pois Deus criou Adão e Eva, e não Adão e Ivo, e por isso que quem tivesse relações homossexuais seriam mandados direto para o inferno, porque segundo ele, em alguns lugares da bíblia se condenam as relações homossexuais e se diz que os efeminados não terão salvação... Também já tinha visto na TV que a homossexualidade era algo de gente imoral, porque era cometida por pessoas que tinham relações com várias pessoas, e que portanto era coisa de gente safada... Pelas telas da televisão vi que a homossexualidade era uma doença, pois eram pessoas mentalmente perturbadas, ou pedófilas, ou com algum distúrbio hormonal ou emocional... Resumindo tudo o que eu tinha ouvido falar, era que o homossexual era um pecador, e/ou um imoral, e/ou um doente. Sabia que não era um doente, assim como também não era um imoral, mas pela minha criação cristã, pensava ser um pecador...

Assim, estes dois incômodos – a caracterização do gay e da bicha, e, o significado da homossexualidade como pecado, imoralidade e ou doença -, que fazem uma imagem padronizada dos gays sempre me angustiava, e, incapaz de aceitar a veracidade disso, fui em busca de respostas. Então, em 2010 comecei a cursar História, por achar que o curso abrangeria a questão de gênero, enfocando a temática da homossexualidade, fato que não ocorreu, resultando assim numa terceira angústia. Por isso, comecei a ler sobre o assunto por conta própria, e, comecei a entender a homossexualidade através de textos de cientistas da religião, sociólogos, antropólogos e biólogos. Dentro do campo da história havia trabalhos que faziam menções à homossexualidade, mas não existiam pesquisas que contemplavam a homossexualidade como objeto de investigação, e eu me perguntava o porquê da sexualidade não ter sido um objeto histórico estudado tão amplamente como a questão da escravidão no Brasil. Hoje em dia, dentro do campo historiográfico, existem mais trabalhos que tem como objeto de estudo a homossexualidade, e tendo Lampião como fonte ou como objeto de pesquisa o número é ainda menor, como pude constatar em um levantamento no banco de

teses e dissertações da CAPES, que tem o registro de oito dissertações – uma de 1998[1], uma de 2006[2], quatro de 2015[3], uma de 2016[4] e uma de 2017[5] -, e uma tese de 2012[6]. Nesse sentido, na tentativa de produzir um trabalho que buscasse pensar o jornal por outros viés, ainda não discutidos por esses trabalhos, pensei na possibilidade de buscar entender as representações de homossexuais masculinos e femininos nas páginas do jornal.

Em 2012, tive contato com os escritos de Chartier através da professora Célia Borges, e a partir daí me encantei com o seu conceito de representação. E uma das primeiras oportunidades que tive para empregá-lo foi na disciplina de Patrimônio Histórico II, lecionada pela prof. Maraliz Christo, quando resolvi estudar as diferentes imagens de Joana D'Arc na história a partir das estatuetas feitas para homenageá-la, que a representavam ou como herege, ou guerreira e/ou ainda como santa. Depois, em 2014 a temática das representações voltou aos meus trabalhos, mas agora direcionando o olhar para os jornais, pois nesse ano resolvi estudar como alguns jornais cariocas representaram e repercutiram a morte de Getúlio Vargas em suas páginas. Em 2015, para o meu Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado novamente voltei à questão da representação, mas agora trabalharia com a história oral e a narrativa de professores que lecionaram no Colégio Magister para entender as representações que cada um dos entrevistados e entrevistadas tinham sobre o referido colégio. Enfim, a questão das

---

1 SILVA, Cláudio Roberto da. **Reinventando o sonho**: história oral de vida política e homossexualidade no Brasil contemporâneo. Dissertação de mestrado ao Programa de Pós-Graduação em História Social da USP, São Paulo, 1998.

2 BANDEIRA, Márcio Leopoldo Gomes. **Será que ele é?** Sobre quando Lampião da Esquina colocou as cartas na mesa. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da PUC-São Paulo, 2006.

3 CANABARRO, Ronaldo Pires. **Fazendo travestis – Identidades transviadas no jornal Lampião da Esquina (1978-1981)**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, 2015.

GIMENEZ, Mariana Quadros. **"SAINDO DO ARMÁRIO", porque é tempo de abertura**: memória, identidades e representações por meio do Lampião da Esquina (1978-1981). Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFGD, 2015.

MAIOR JUNIOR, Paulo Roberto Souto. **Assumir-se ou não assumir-se?** O Lampião da Esquina e as homossexualidades no Brasil (1978-1981). Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, Pernambuco, 2015.

MARIUSSO, Victor Hugo da Silva Gomes. **Lampião da Esquina**: homossexualidade e violência no Brasil (1978-1981). Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

4 SILVA, Daniel Henrique de Oliveira. **Lampião da esquina**: lutas feministas nas páginas do "Jornal Gay", luzes em tempos sombrios (Brasil, 1978-1981). Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

5 PEREIRA, Ronielyssom Cezar Souza. **"GAY-MACHO", "TRAVESTI" Ou "BICHA Pintosa"? – A produção discursiva sobre representações homoeróticas no jornal Lampião Da Esquina (1978-1981)**. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, Paraná, 2017.

6 RODRIGUES, Rita de Cassia Colaço. **De Daniele a Chrysóstomo**: Quando travestis, bonecas e homossexuais entram em cena. Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF. Rio de Janeiro, 2012.

representações sempre foi uma temática pujante em minha vida acadêmica, e por isso resolvi continuar dando atenção a ela nesta minha pesquisa que trata sobre a representação que se tinha e que se fazia dos homossexuais nas páginas do jornal *LAMPIÃO da Esquina*.

Mas por que esse jornal? Por que essa temática? Bem, começando pela temática da homossexualidade acredito que ela já tenha sido respondida através dos meus incômodos explanados anteriormente, mas vale acrescentar ainda, que é um tema pujante no período em que vivemos: na TV, a temática se faz presente em novelas e em reportagens, em programas de diversos formatos (não somente nos programas de humor); na política temos assistido militantes homossexuais a lutarem pela manutenção de direitos já conquistados e pela reivindicação de outros que querem conquistar, etc. Além do mais, ainda hoje se discute a tão famosa "cura gay" defendida por alguns psicólogos e religiosos, e, segundo pesquisas, a violência contra os homossexuais ainda continuam elevadas, tendo a cada 24 horas a morte de um homossexual e feita de modo brutal e com resquícios de crueldade. Enfim, é um tema atualíssimo e que diz muito de minha formação e do tempo em que vivo, que pode ser resumido com o provérbio árabe a seguir (que li e é um dos meus livros de cabeceira de cama: Apologia da História, de Marc Bloch): "os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais"[7] , ou seja, o trabalho do historiador é determinado pelas inquietações do tempo presente, porque o nosso olhar e nossos escritos nunca são desinteressados, já que a história é sempre alimentada por inquietudes do nosso próprio tempo.

Quanto à escolha do jornal *LAMPIÃO da Esquina* ocorreu por ter percebido nele uma fonte riquíssima de investigação, pouco explorado no campo da História, e por se tratar de um veículo informativo específico que dá para pensar na (re) produção de práticas discursivas sobre @s homossexuais e a homossexualidade em que estes próprios pudessem falar de si mesmos. Para além dessas duas questões, também resolvi estabelecer uma distância temporal em relação aos sujeitos e ao tema que queria compreender, e por isso, optei por fazer um recorte temporal no qual cheguei ao jornal *LAMPIÃO*, cuja primeira edição foi em abril de 1978 e a última publicação foi em junho de 1981. É válido destacar que tomei conhecimento de *LAMPIÃO* quando em um dia qualquer estava na internet e resolvi jogar no Google para buscar algo sobre o cangaceiro José Virgulino, vulgo Lampião, ser gay, e apareceu algumas páginas que direcionavam para artigos sobre o jornal. Intrigado com tantos artigos sobre tal jornal, li alguns deles e aí me encantei. Ao descobrir por um desses artigos lidos que todas as edições de *Lampião da Esquina* estavam digitalizadas e disponíveis para *download* gratuito

7 BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História, ou, O ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p.6

no *site* do Grupo Dignidade[8] da Bahia, aí foi uma euforia só! Realizei o *download* das 38 edições regulares e das 3 edições extras[9] para o meu computador e comecei a ler a edição de número zero e aí não tive mais dúvidas de que *LAMPIÃO* era um jornal importante para trabalhar através de uma perspectiva histórica. Assim, *LAMPIÃO da Esquin*a iluminou a minha vida e se tornou tanto minha fonte quanto meu objeto de pesquisa. Enfim, por tudo isso, e por ter achado que *LAMPIÃO* conseguiria dar conta das questões que nortearão esta pesquisa – que são: compreender como o jornal representou @s homossexuais durante o período de sua existência; investigar de que forma o periódico contribuía (ou não) para a construção de identidade (s) d@(s) homossexual (ais); e identificar através da seção *Cartas na Mesa* como o discurso de *LAMPIÃO* chegava aos seus leitores e como estes os apropriavam -, ele foi escolhido como minha principal fonte e objeto de estudos.

Findado o tecer de meus incômodos, creio eu já ter sido perceptível ao caro leitor que tanto a seleção do meu objeto de pesquisa quanto a seleção de meu tema, não são dados objetivos, mas sim subjetivos, pois apesar de ter consciência da necessidade de objetividade nos escritos históricos, concordo com Novick[10] de que pelo menos para estas duas questões – tema e objeto – o tal "nobre sonho da objetividade" é impossível, já que partem das escolhas de cada historiador para a escrita da história, visto que:

> [...] qualquer coisa que ele [o historiador] faça, o espírito público do seu tempo reage sobre ele. […] Sua maneira de considerar a história é imposta ao historiador pelo seu tempo. O ponto de vista no qual se situa não é determinado, como nas ciências, pelo estado do desenvolvimento dos conhecimentos, mas pelo estado de civilização do público ao qual se dirige e ao qual ele mesmo pertence. [...]. Cada época refaz sua história, transpõe-na, de certa forma, em um tom que lhe é apropriado. [...]. O historiador é dominado, sem perceber, pelas ideias religiosas, filosóficas, políticas que circulam ao seu redor.[11]

É importante salientar que esta discussão entre o peso do presente e a objetividade na escrita dos historiadores não se resume aos escritos de Novick e de Pirenne, e que poderíamos

---

8 O Grupo *Dignidade* é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 1992 em Curitiba. Seu objetivo é atuar na defesa e promoção da livre orientação sexual e identidade de gênero. As 41 edições do Lampião da Esquina podem ser acessadas de forma gratuita pelo site dessa ONG ou consultadas pessoalmente no Centro de Documentação Professor Dr. Luiz Mott junto à sede do Grupo Dignidade, que está localizado na Av. Marechal Floriano Peixoto, número 366, conjunto 43, centro de Curitiba – PR, CEP: 880010-130. Disponível em: <http://www.grupodignidade.org.br/>. Acesso em: 30 de junho de 2016.

9 Na Edição Extra 1, de dezembro de 1979, tinha algumas entrevistas já publicadas no ano de 1978-79; a Edição Extra 2, de maio de 1980, trazia a seção Ensaio, que tinha textos sobre a temática homossexual enviados por colaboradores do jornal; e, a Edição Extra 03, sem o mês, mas com a data do ano de 1980 também trazia algumas das entrevistas já publicadas pelo jornal.

10 NOVICK, P. **That noble dream**: the "objectivity question" and the American historical profession. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

11 LORIGA, Sabina. O eu do historiador. Revista **História da historiografia**, Ouro Preto, número 10, dezembro, 2012, p. 247-259, p.251.

citar, por exemplo, Arthur Lovejoy, que afirma que "a pesquisa do historiador é sempre, nas suas intenções, instrumental à satisfação presente – ou, mais precisamente, futura – de ter uma resposta provável para a questão histórica"[12]; e Droysen, que não acredita numa pesquisa objetiva, porque para ele "[...] só o que é desprovido de pensamento é efetivamente objetivo", pois a "partir do momento em que o pensamento humano toca e envolve as coisas, elas deixam de ser objetivas. [...]". E conclui que aqueles "que veem, na tarefa suprema do historiador, o fato de não acrescentar nada de pessoal, mas de simplesmente dar a palavra aos fatos, não se dão conta de que os fatos não falam a não ser pela voz daqueles que os conceberam e os compreenderam"[13], já que para Droysen a base da escrita da história é a interpretação dos fatos.

No entanto, é válido destacar que este trabalho não será uma obra literária ou de ficção, mas sim um trabalho historiográfico, com sua metodologia, análise crítica das fontes e toda a objetividade necessária para ter o afastamento devido do meu objeto de pesquisa. Por falar nisso, a fonte principal desta pesquisa é o jornal *LAMPIÃO da Esquina*, um jornal que não se encaixa dentro da conceito de grande imprensa - termo usado para designar o conjunto da mídia que compõe a porção mais significativa em termos de divulgação que pode ser diária, semanal, quinzenal, etc.; de circulação, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro cuja dimensão, em termos empresariais, atinja uma estrutura que implique na dependência de um alto financiamento publicitário para a sua sobrevivência[14] -, mas sim naquilo que chamam de imprensa alternativa - também conhecida como "*nanica*", "*de leitor*", "*tropicalista*", "*marginal*", "*emergente*", "*independente*" ou ainda "*underground*" -, cujos jornais e revistas faziam críticas ao regime militar e aos valores culturais, pois remetiam a uma ideia de "resistência contracultural ao que não está ligado às políticas dominantes e, também, a uma saída para uma situação difícil"[15].

Dentro da imprensa alternativa tinha-se várias subcategorias de jornais, e destas, destacamos a "imprensa gay", por ser justamente a esta categoria à qual *LAMPIÃO* pertence. Destinada majoritariamente aos leitores gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, e em sua grande maioria, produzida por jornalistas gays, sejam eles amadores ou profissionais,

12 LOVEJOY apud LORIGA, Sabina. O eu do historiador. Revista **História da historiografia**, Ouro Preto, número 10, dezembro, 2012, p. 247-259, p.252.
13 DROYSEN apud LORIGA, Sabina. O eu do historiador. Revista **História da historiografia**, Ouro Preto, número 10, dezembro, 2012, p. 247-259, p.254.
14 Ver AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)**. O exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e o Movimento. Bauru: EDUSC, 1999, p.37.
15 ROSA, Susel Oliveira da. "Apesar de vocês amanhã vai ser outro dia" Imprensa alternativa versus ditadura militar em Porto Alegre. **Revista eletrônica de crítica e teoria de literaturas**. Dossiê: a literatura em tempos de repressão PPG-LET-UFRGS – Porto Alegre – Vol. 01 N. 01 – jul/dez 2005, p.2.

este tipo de imprensa surgiu nos EUA, na Califórnia, em 1947, com o jornal *Vice-Versa*, e aqui no Brasil, em 1963 no Rio de Janeiro com o jornal *Snob*. Tanto nos EUA quanto no Brasil e no resto do mundo a imprensa gay surgiu "da necessidade que uma parcela da sociedade teve em procurar seus semelhantes, buscar uma união com os iguais, construir um refúgio coletivo, lutar contra um sistema que os tornava invisíveis"[16].

O jornal *LAMPIÃO da Esquina* está enquadrado, desde a sua origem até o seu término, no contexto brasileiro de abertura política "lenta, gradual e segura" posto em prática pelo general Ernesto Geisel, o penúltimo dos cinco presidentes militares que governaram o país desde o golpe civil-militar[17] em abril de 1964. E é de suma importância perceber duas questões: a sua emergência na sociedade brasileira se dá particularmente na década de 1970, que foi um período marcado pela atuação de novos movimentos sociais, como o dos negros, das mulheres e dos homossexuais, que lutavam entre outras coisas, contra a opressão, pela redemocratização e pela busca de liberdade de expressão; e, atentar para o fato de que mesmo tendo sido criado um pouco antes da extinção do AI-5, e ter sobrevivido até 1981, o período o qual *LAMPIÃO* foi produzido não foi menos repressivo quanto podemos pensar, pois sofreu perseguição do Estado brasileiro e de grupos terroristas.

LAMPIÃO era feito por 11 homens assumidamente gays - os jornalistas Adão Acosta, Aguinaldo Silva, Antônio Chrysóstomo, Clovis Marques, Gasparino Damata e João Antonio Mascarenhas; o artista plástico Darcy Penteado; o crítico de cinema Jean Claude Bernardet; o poeta e crítico de arte Francisco Bittencourt; o cineasta e escritor João Silvério Trevisan, e o antropólogo Peter Fry -, que faziam parte do conselho editorial. Surgiu em abril de 1978, como uma edição experimental, a edição de número 00 (zero), somente com o nome de LAMPIÃO, no entanto, por uma questão de direitos autorais, o conselho editorial do jornal na edição de número 01, que já tinha começado a ser vendido em algumas bancas de jornais, acrescentou o termo "*da Esquina*", que fez parte do nome do jornal até o seu fim, em junho de 1981.

LAMPIÃO era uma publicação da Esquina – Editora de Livros, Jornais e Revistas Ltda, impresso na Gráfica e Editora Jornal do Comércio S.A., localizada no Rio de Janeiro, e teve 16 páginas por edição do nº zero ao nº10, e a partir da edição de nº 11 passou a ter 20

16 RODRIGUES, Jorge L. P. **Impressões de identidade**: Histórias e estórias da formação da imprensa gay no Brasil. Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFF. Rio de Janeiro, 2007, p.55.

17 Em consonância com Napolitano (2014) concordamos que o golpe teve participação dos civis (empresários, latifundiários, igreja etc.) e militares, apesar da preponderância da atuação dos militares no golpe de 1964. E depois de confirmado o golpe, com os militares já instalados no governo, o regime se tornou militar já que o poder de decisão estava sob a tutela deles. Ver NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

páginas. A primeira edição ficou restrita ao Rio de Janeiro, sendo enviada a 5 mil pessoas aleatórias escolhidas pelos membros do Conselho. Contudo, a partir da edição de nº3, o jornal começou a ser distribuído para além do Rio, alcançando as cidades de São Paulo (SP), Recife (PE), Salvador (BA), Florianópolis (SC), Belo Horizonte (MG) e Porto Alegre (RS).

LAMPIÃO da Esquina surgiu com sete seções: *Opinião* (equivalia ao editorial), *Ensaio* (composta de textos sobre temas gays enviados por colaboradores), *Esquina* (seção com artigos traduzidos, textos opinativos e notas variadas), *Reportagem* (seção com matérias informativas, ou com assuntos das matérias de capa, e, ou com entrevistas); *Literatura* (seção de poesias que eram enviadas pelos leitores), *Tendências* (seção cultural que falava de Livros, Exposições, Peças teatrais, etc.), e *Cartas na mesa* (seção de cartas de leitores que opinavam, discutiam e debatiam matérias com os respectivos comentários dos jornalistas). A partir da edição de nº5 é publicada uma nova seção: *Bixórdia*, uma espécie de coluna social marcada pela utilização de palavras típicas da "cultura" gay. E posteriormente a partir do nº18 temos a seção *Troca-troca*, que era o espaço para paquera onde perfis de leitores eram publicados para eventual correspondência entre os interessados[18]. Outras seções apareciam esporadicamente como: *Ativismo*, *Festim*, *Violência* e *Verão*.

O jornal *LAMPIÃO da Esquina* tinha uma linguagem própria dos jornais alternativos: variava de uma linguagem formal e erudita a uma linguagem mais coloquial, mais próxima da forma como se conversava nos espaços de sociabilidade homossexuais, incluindo gírias e expressões como "bichas" e "viados", por exemplo. E usar tais palavras populares e pejorativas, era intencional, como fica claro no artigo artigo intitulado "*As palavras: para que temê-las*", de Aguinaldo Silva no nº3. Com este artigo, podemos concluir que o periódico buscava despertar reflexões através das palavras que, até então, tinham uma conotação negativa e de desconstruir os estereótipos ligados aos homossexuais.

Como resultado disso, pensei em estudar como *LAMPIÃO da Esquina* representou e criou identidades entre os homossexuais masculinos e femininos em suas páginas durante o tempo de sua existência, e acreditei que uma saída metodológica para entender o jornal seria uma análise de conteúdo dos discursos, realizada em quatro de suas seções: *Opinião*, *Reportagem*, *Esquina* e *Cartas na mesa*. Contudo, acatando algumas sugestões concedidas pelo professor Alexandre – que lecionou a disciplina de Seminário de Linha de Pesquisa -, de alguns colegas da turma e da minha orientadora, revi a metodologia do projeto, mantendo os autores e conceitos, como identidade, apropriação, representação, mas avaliando agora o

18 ARIAS, José Miguel; AMARAL, Muriel Emídio Pessoa do. Homossexualidades de papel: cenas da imprensa homoerótica no Brasil (1963-2015). **Cuadernos.info**, 2016, nº39, p.115.

conteúdo total do jornal, e não mais só das quatro seções, para se ter uma noção mais aprofundada sobre a temática da homossexualidade.

Partindo então do pressuposto de que a linguagem mais popular e da subcultura gay usada por *LAMPIÃO da Esquina* funcionava ao mesmo tempo como um ato de resistência ao mundo heterossexual – já que o jornal a usava para retirar a imagem pejorativa de palavras do vocabulário hetero, usadas normalmente para ofenderem ou humilhar, como "viado", "bicha", "sapatão" etc., por exemplo –, e que também funcionava como um elo entre o mundo homossexual e o mundo heterossexual. Conforme o meu entendimento, este fato resultava numa forma de se pensar sobre a homossexualidade e os homossexuais, o que desencadeou algumas questões que irão ser problematizadas na pesquisa, como: Quais seriam esses estereótipos? Como o jornal representou os homossexuais? Quais os discursos sobre a homossexualidade e sobre o homossexual que o jornal fazia? Como os leitores se apropriavam de tais discursos? E se, *LAMPIÃO* construía ou não identidades homossexuais?

Enfim, com *LAMPIÃO da Esquina*, como objeto e como fonte, quero problematizar os estereótipos atribuídos aos homossexuais e a criação ou não de identidades homossexuais a partir das representações[19] da homossexualidade e dos homossexuais, porque o objetivo principal dessa pesquisa é o de compreender como os sujeitos homossexuais foram representados no jornal. E por isso é necessário diferenciarmos a forma como os sujeitos homossexuais se apresentavam e como eram apresentados nas páginas do periódico. Por conta disso, busco as condições do surgimento dos enunciados que compunham o discurso sobre a homossexualidade nas páginas do *LAMPIÃO da Esquina*, pois ter acesso as condições em que um discurso emerge é determinar as "[...] condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui"[20]. Assim, portanto, pensei em manter como metodologia a análise discursiva para poder observar e compreender os discursos sobre as homossexualidades.

É importante frisar que há vários conceitos sobre a Análise de Discurso (AD), e que aqui nesse texto usamos a concepção da análise de discurso de linha francesa. Vale ressaltar também que temos no campo das ciências humanas e sociais debates que muitas vezes lhe encara mais como uma disciplina ou como uma perspectiva teórica do que um método

19 Usarei o conceito conforme os escritos de Chartier (1990) que entende a representação como uma realidade dada, constituída, que criam sentidos de fatos que levam sujeitos a pensarem e agirem de alguma forma. Ver CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1990x.
20 FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2008, p.31.

analítico[21]. Voltando à Análise de Discurso, se a tomarmos como método, é importante chamar a atenção para o fato de que ela segue algumas etapas e procedimentos. Conforme Orlandi (2001) num primeiro momento é necessário selecionar um "objeto simbólico" que pode ser um texto verbal ou não verbal para ser analisado. Em seguida, é preciso passar pelo "processo de superficialização" que configura as propriedades discursivas, ou seja, nesse primeiro tratamento da análise do texto fazemos um levantamento de "gestos de interpretação" que servem para observarmos como ocorre o funcionamento da linguagem. Estes gestos da interpretação seriam os elementos linguísticos que constituem o texto e contribuem para a produção de sentidos, como o contexto, por exemplo, que materializa discursos e revela ideologias, como por exemplo, os sujeitos, espaço, tempo, interesses etc. Após, essa fase de análise, em que se percebe e entende os gestos de interpretação (contextos), isto é, em que se compreende o funcionamento da linguagem, é que então entramos no nível da interpretação em que poderemos enxergar o objeto discursivo, e a partir dele, analisarmos o que é dito nesse discurso. Em resumo, a análise do discurso passa então da inteligibilidade do texto através do texto e pelo contexto, por um processo de decodificação, portanto, para a interpretação e compreensão do discurso[22]. Todavia, ainda existem quatro tipos de abordagens que podem ser feitas sobre o objeto: 1) análise dos sentidos (reflete sobre formação discursiva e ideológica do texto); 2) análise dos sujeitos (reflete sobre quem fala e para quem fala); 3) análise do silenciamento (reflete sobre aquilo que não está sendo dito no texto) e 4) análise da estruturação do discurso (reflete sobre como o discurso se organiza no texto)[23].

Em suma, compreendo que ao empreender a AD como um método significa que está tentando se entender e explicar como se constrói o sentido de um texto e como esse texto se articula com o seu contexto de produção, dando assim um destaque à história e a sociedade que o produziu. A abordagem da análise de sentidos foi escolhida para esta pesquisa, por permitir indagar quais representações *LAMPIÃO* construiu sobre os homossexuais. Caberá também entender e explicar como, por meio da representação o jornal pretendia combater/diminuir a discriminação no início da década de 1980. Além disso, buscarei ainda compreender os caminhos percorridos pelo jornal para consolidar ou não tais identidades e

21 Para saber mais sobre análise se discurso Ver ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A Linguagem e seu funcionamento**. 4ed. Campinas: Pontes, 1983

22 Ver ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 3ª edição, 2001.

23 Ver BENETTI, Marcia. Análise de Discurso como método de pesquisa em comunicação. In: MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. (Org.). **Pesquisas em comunicação**: metodologias e práticas acadêmicas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016, p.235-256.

representações, a partir de cartas dos leitores que proporcionavam uma interação entre o público leitor e os editores.

Fiz um levantamento no banco de teses e dissertações da CAPES e encontrei alguns trabalhos na área da História que tiveram o jornal *Lampião da Esquina* como fonte e que acabaram por levantar questões que diferem das que seram abordadas por nós neste trabalho - como por exemplo a questão do discurso e da representação dos homossexuais, por exemplo. A dissertação de Cláudio Roberto da Silva (1998)[24], por exemplo, se debruçou sobre os relatos orais, e entrevistou os membros do corpo editorial do *Lampião*, tendo como finalidade historicizar o movimento político que foi desencadeado por essa publicação e a constituição de movimento homossexual no país. Já a dissertação de Márcio Leopoldo Gomes Bandeira (2006)[25], dialoga com autores como Nietzsche, Foucault e Deleuze e constituiu uma interpretação das subjetividades homossexuais, através da seção *Cartas na mesa*, do jornal *Lampião*, que, para o autor, levava o indivíduo a reconhecer-se, íntima e publicamente, como sujeito de uma homossexualidade. Tem-se também Paulo Roberto Souto Maior Júnior (2015)[26], que na sua dissertação analisou os discursos do assumir-se homossexual através das publicações no jornal *Lampião da Esquina*, buscando compreender de que modo os textos publicados no jornal apontavam nesse sentido. Em sua dissertação, Ronaldo Pires Canabarro (2015)[27] buscou identificar nas páginas do jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981) como foi se afirmando e se construindo as identidades das travestis enquanto força política no Brasil. Ainda temos Victor Hugo da Silva Gomes Mariusso (2015)[28] que na sua dissertação utilizou de Bourdieu e Foucault, para analisar o período de 1978-81, os sujeitos nas páginas de *Lampião* e a violência contra os homossexuais no jornal. Por fim, temos Rita de Cassia Colaço Rodrigues (2012)[29] que em sua tese através de teóricos como Roger Chartier e de

[24] SILVA, Cláudio Roberto da. **Reinventando o sonho**: história oral de vida política e homossexualidade no Brasil contemporâneo. Dissertação de mestrado ao Programa de Pós-Graduação em História Social da USP, São Paulo, 1998.

[25] BANDEIRA, Márcio Leopoldo Gomes. **Será que ele é?** Sobre quando Lampião da Esquina colocou as cartas na mesa. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da PUC-São Paulo, 2006.

[26] MAIOR JUNIOR, Paulo Roberto Souto. **Assumir-se ou não assumir-se?** O Lampião da Esquina e as homossexualidades no Brasil (1978-1981). Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História da UFPE, Pernambuco, 2015.

[27] CANABARRO, Ronaldo Pires. **Fazendo travestis - Identidades transviadas no jornal Lampião da Esquina (1978-1981)**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, 2015.

[28] MARIUSSO, Victor Hugo da Silva Gomes. **Lampião da Esquina**: homossexualidade e violência no Brasil (1978-1981). Dissertação História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

[29] RODRIGUES, Rita de Cassia Colaço. **De Daniele a Chrysóstomo**: Quando travestis, bonecas e homossexuais entram em cena. Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF. Rio de Janeiro, 2012.

Pierre Bourdieu, analisou a entrada de travestis, bonecas, viados, gueis e lésbicas na cena política brasileira, reivindicando o direito à vida livre de discriminação.

Mas também no banco de teses e dissertações encontrei três trabalhos que se aproximam do meu objetivo e que irão dialogar diretamente com esta pesquisa. O primeiro deles é a dissertação de Almerindo Cardoso Simões Júnior (2006)[30], que usando dos conceitos de memória, de Pollak, e de lugar de memória, de Pierre Nora, defendeu o jornal como responsável por uma "(re)afirmação homossexual", e circunscreveu os processos de construção das múltiplas identidades homossexuais através das cartas de leitores publicadas no jornal *Lampião*. O segundo trabalho, é a dissertação da Mariana Quadros Gimenez (2015)[31], que buscou compreender a (re)construção da identidade do movimento homossexual brasileiro no final da década de 1970 e analisá-lo como espaço de questionamento de um discurso dominante referente aos homossexuais, o qual possibilitou a construção de outra representação do indivíduo homossexual na época. E por último, a dissertação de Ronielyssom Cezar Souza Pereira (2017)[32] que usou como referencial teórico as reflexões de Michel Foucault sobre *análise de discurso* e de Judith Butler sobre o conceito de *performatividade* para analisar as representações da homossexualidade nas seções *Opinião* e *Cartas na Mesa* do jornal para compreender como os seus editores representaram os sujeitos homossexuais do sexo masculino.

De todo modo, meu trabalho se diferencia não pela temática em si, mas pela forma como analiso os problemas de nosso estudo. Não trabalharei com histórias de vida e nem com a história oral, apesar de trazerem contribuições para o tema. Também não trabalharei com uma ou duas seções do jornal *Lampião*, mas com todas. Ademais, optei por manter alguns autores já usados nesses trabalhos já defendidos e publicados e em acrescentar alguns outros autores que sustentarão os nossos objetivos, através de seus conceitos, como os de: **apropriação** de Chartier (1990), **identidade** de Stuart Hall (2000), **representação** de Chartier (1990) e de Hall (2000) e o de **discurso** de Foucault (2003), e assim, optei por manter um dialogo com os trabalhos de Gimenez (2015), a partir da questão do discurso, de

[30] SIMÕES JÚNIOR, Almerindo C. **E havia um lampião na esquina**: memórias, identidades e discursos homossexuais. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO. Rio de Janeiro, 2006.

[31] GIMENEZ, Mariana Q. **"SAINDO DO ARMÁRIO", porque é tempo de abertura**: memória, identidades e representações por meio do Lampião da Esquina (1978-1981). Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFGD. Mato Grosso do Sul, 2015.

[32] PEREIRA, Ronielyssom Cezar Souza. **"Gay-macho", "travesti" ou "bicha pintosa"?** – a produção discursiva sobre representações homoeróticas no jornal Lampião da Esquina (1978-1981). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2017.

Simões Júnior (2006), procurando entender a construção de identidade(s) homossexual(ais) e o de Ronielyssom Pereira (2017) pela questão das representações dos homossexuais masculinos no jornal.

Três capítulos estruturam a dissertação que foram organizados estabelecendo um diálogo entre si, aprofundando a interface entre a problemática levantada e os objetivos deste trabalho: historicizar o *LAMPIÃO da Esquina*, explorar o contexto político brasileiro e analisar as representações d@s homossexuais.

No Capítulo I intitulado "**Enfim, um jornal maravilha"**, abordo o surgimento do jornal *Lampião da Esquina*, suas características, e, as questões que levarm o seu término em 1981. É um capítulo dedicado exclusivamente a falar de *Lampião*.

No Capítulo II, intitulado "**Corre que lá vem os home"**, apontarei o contexto do surgimento do jornal *Lampião*. Falo do movimento de contracultura, da ditadura militar, da abertura política, enfim, falo do regime militar, e de como ele lidou com a homossexualidade e com o jornal *Lampião da Esquina*.

Por fim, no Capítulo III – "**Nós também estamos fazemos história" - As representações dos homossexuais em Lampião -**, é concretizado o objetivo de apontar os dados colhidos sobre as representações da (s) imagem (ns) e da (s) identidade (s) dos homossexuais nos jornais. Trabalho nesse capítulo com o jornal, do qual retiraremos os discursos dos editores e dos leitores, e estabeleço um dialógo com alguns autores que nos apoiarão com conceitos básicos para propiciar tal objetivo, como os conceitos de representação - Chartier[33] -, identidade - Stuart Hall[34] -, discurso - Foucault[35] -, etc.

LAMPIÃO da Esquina mesmo tendo pouco tempo de vida – mas que se comparado a outros e pelo contexto em que se enquadra durou até bastante tempo -, cumpriu o seu papel e iluminou as questões referentes às minorias, principalmente, sobre os homossexuais, e acabou construindo novas imagens a respeito deles, que até então era vista de forma pejorativa. Entretanto, não estou afirmando aqui que LAMPIÃO conseguiu fazer com que os brasileiros heterossexuais e homossexuais mudassem totalmente de ideia quanto ao que pensavam ou não sobre a homossexualidade, mas estou afirmando aqui que ele se constituiu como um espaço de reflexão para aqueles que buscavam outras formas de explicações, e foi além disso, pois o jornal também abriu espaço para que os próprios homossexuais tivessem voz na sociedade.

33 CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1990.
34 HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
35 FOUCAULT, Michael. **A ordem do discurso**. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

CAPÍTULO I: "ENFIM, UM JORNAL-MARAVILHA"[36]

> Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar. Notaria apenas que, em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cercada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes. Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. (FOUCAULT, 2014, p. 9-10)

Com a citação acima, dou início a tessitura dessa dissertação chamando a atenção para a questão do(s) **discurso**(s), do(s) **lugar**(es) **de fala** e dos **tabus**. Desta forma, podemos questionar: O que é permitido falar? Quem pode falar? O que acontece quando falamos? Antes de mais nada, queria esclarecer que quando utilizo a palavra **discurso** no decorrer da dissertação, estarei me referindo à noção expressada por Foucault no livro *A arqueologia do saber* (1986), ao pontuar que:

> o discurso não é apenas um conjunto de signos - elementos que remetem a conteúdos ou a representações -, mas sim uma prática que forma sistematicamente o objeto de que fala. O discurso designa, em geral, um conjunto de enunciados - unidade elementar do discurso que tem seu modo de ser singular (nem inteiramente linguístico, nem exclusivamente material); não é uma estrutura, mas uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles "fazem sentido" ou não - que podem pertencer a campos diferentes, mas que obedecem, em geral, as regras, que não são somente linguísticas ou formais, de funcionamento comum. Enfim, discurso é um conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação. (FOUCAULT, 1986, p. 56)

Dito de outra forma, o **discurso** não pode ser pensado como um amontoado de palavras ou frases que pretendem um significado em si, mas como um sistema que estrutura o imaginário social, por ter poder e controle, tendo em vista que em toda sociedade

> a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento

[36] Título extraído de notícia homônima publicada na seção Esquina da edição nº 12, p. 4, de maio de 1979, do jornal *Lampião da Esquina*.

> aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2003:09)

Desta maneira, esse sistema pode inviabilizar, impedir e invalidar saberes produzidos por grupos marginalizados, subalternizados, como o dos negros, mulheres e homossexuais. E por isso, o conceito de **lugar de fala** se fará presente também, não por pensar que os lugares sociais ocupados por estes grupos determinam uma consciência discursiva sobre esses lugares, mas por ter a consciência de que tais lugares que ocupamos socialmente nos faz termos experiências e perspectivas diferentes. Quando não temos a possibilidade de fala, devido ao fato de sermos "historicamente invisibilizados", não temos a possibilidade de podermos existir, pois não temos reconhecida as nossas humanidades. Assim, falar não se restringe a ação de emitir palavras, mas falar por nós mesmos, poder ser visto, poder ser ouvido, enfim, poder existir. Enfim, acredito que tais grupos marginalizados podem e devem falar por si, sem ter interdição ou mediação de outrem, porque tal lugar de fala não é impossível de se transcender, pois estou falando de localização social. Mas há medo, há incômodo do grupo que sempre teve poder em ouvir o outro, pois se rompe com a voz única. Ideias e verdades desagradáveis poderiam vir à tona, e trazer para a consciência daqueles que sempre falaram por outros, a culpa, a vergonha e o conhecimento dos outros (RIBEIRO, 2017, p. 78-79).

Por fim, queria destacar o significado de **tabu**, que aqui, tem o sentido de ser aquilo que não é habitual, acessível a todos. Assim, o **tabu** está ligado à ideia de algo reservado, expressado, essencialmente, em proibições e restrições (FREUD, 2013, p. 12)[37]. No caso em específico dessa dissertação, teremos como tabu a **sexualidade** e a **homossexualidade**. A sexualidade é entendida por mim como:

> um aspecto central do ser humano durante toda sua vida e abrange o sexo, as identidades e os papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade é experimentada e expressada nos pensamentos, nas fantasias, nos desejos, na opinião, nas atitudes, nos valores, nos comportamentos, nas práticas, nos papéis e nos relacionamentos. Embora a sexualidade possa incluir todas estas dimensões, nem todas são sempre experimentadas ou expressadas. A sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, cultural, éticos, legais, históricos, religiosos e espirituais (AMARAL, 2007, p. 3)

Portanto, hoje podemos nos deparar com afirmativas como: "Nascemos machos e fêmeas: a sociedade que nos faz homens e mulheres" (MOTT, 1998, p. 57) e "Ninguém nasce mulher: torna-se mulher" (BEAUVOIR, 1980, p. 9), e as entendermos, já que ambas querem

[37] Para saber mais ver FREUD, Sigmund. **Totem e Tabu**. 2013.

dizer a mesma coisa: as sexualidades humanas não são apenas fruto de um instinto, como em outros mamíferos, da genética, dos hormônios ou das genitais, mas de uma construção sociocultural, que varia no tempo e espaço de sociedade para sociedade. Além disso, é de grande valor destacar que a sexualidade é marcada por práticas que tem normas heterossexuais, o que faz com que as outras sexualidades, como a **homossexualidade** (pessoas que sentem atração por pessoas do mesmo gênero) e a **bissexualidade** (pessoas que sentem atração por pessoas de mesmo gênero e do gênero oposto), sejam vistas como inferiores à da **heterossexualidade** (pessoas que são atraídas por pessoas do gênero oposto).

Tendo feito essas considerações, tomemos agora como situação hipotética a existência de um jornal homossexual que falava abertamente sobre sexualidade num contexto repressivo da história do Brasil, o da ditadura militar[38]. Pensaram nisso? Pois bem, existia, e, o nome desse jornal maravilha era *Lampião da Esquina*. Por isso, nesse capítulo, tenho como objetivo dissertar sobre o jornal *Lampião* passando pela questão de como se deu a ideia de fazê-lo, do seu nome, formato, das pessoas que nele trabalharam, entre outras questões, mas antes de adentrar no jornal, tentarei enquadrá-lo dentro de um contexto maior: o de publicações alternativas gays.

1.1) "SNOB", "LE FEMME"... OS BONS TEMPOS DA IMPRENSA GUEI[39].

O jornal *Lampião da Esquina* faz parte daquilo que vários autores (KUCINSKI, 1991; ARAUJO, 2000; BARROS, 2003; ROSA, 2005; LIMA, 2007; AGUIAR, 2008; PÉRET,

[38] Escolhi trabalhar com tal termo – e não com ditadura-civil-militar – pelo fato de concordar com Napolitano (2014) de que o golpe contra o presidente João Goulart teve participação dos civis (empresários, Igreja, imprensa) e militares, mas que depois o governo se tornou um regime militar já que o poder de decisão sempre esteve sob a tutela dos militares, mesmo contando com o apoio de civis. Ver: NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014, p.64.
Para mais discussões sobre a discussão historiográfica sobre o período ver também: MELO, Demian Bezerra de. Ditadura "Civil-Militar"?: Controvérsias Historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. *Espaço Plural*, n. 27, v. 2, 2012, p. 39-53; FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.; FICO, Carlos. *Além do golpe*: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004; FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-50, 2004; GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; REIS FILHO, Daniel. Arão. Ditadura militar e sociedade: as reconstruções da memória. *Comunicação apresentada no Ciclo de Palestras Pensando 1964*. São Paulo: Centro Cultural Banco do Brasil. 1 abr. 2004. Banco de dados com dissertações e teses a respeito da ditadura militar no Brasil, ver: <http://www.documentosrevelados.com.br/depoimentos-torturas-denuncias-ditadura/depoimentos/dissertacoes-e-teses-sobre-a-ditadura-militar/>.

[39] Título extraído da entrevista homônima publicada na seção Entrevista da edição nº 28, p. 6, de 25 de setembro de 1980, do jornal *Lampião da Esquina*.

2011) definem como **imprensa alternativa**, também conhecida como **"nanica", "de leitor"**, **"tropicalista"**, **"marginal"**, **"emergente"**, **"independente"** ou ainda **"underground"**[40], cuja invenção "remonta aos pasquins do período regencial (1831-1840) e também aos jornais anarquistas publicados pelos operários entre os anos de 1880 e 1920"[41]. É válido ressaltar que o termo "alternativo" não é forjado no período da ditadura, pois já no início do século XIX, tal palavra já estava presente no vocabulário brasileiro pelo menos desde o período monárquico[42]. Vale mencionar que o termo alternativo remete à ideia de "resistência contracultural ao que não está ligado às políticas dominantes e, também, a uma saída para uma situação difícil"[43]; e que tal palavra contém quatro significados essenciais:

> o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, o do desejo das gerações dos anos 1960 e 1970, de protagonizar as transformações sociais que pregavam[44].

A palavra alternativa então serve para designar aquilo que vai contra o discurso hegemônico, aquilo que se refere a uma saída para uma situação difícil. Talvez por isso, quando se pensa em imprensa alternativa[45] se pensa que sua origem esteja atrelada ao período militar no governo brasileiro, o qual censurava a grande imprensa[46] e fazia dela a porta voz oficial do governo. Mas como a imprensa alternativa surgiu no período da ditadura? Ela surgiu da articulação de duas questões: "do desejo dos movimentos de esquerda de protagonizar as transformações que propunham", e da "insatisfação dos jornalistas e intelectuais com a grande imprensa", o que os levam à busca de espaços alternativos para poderem divulgar suas ideias (BARROS, 2003, p. 63). Assim, os jornais alternativos

---

[40] Para saber mais sobre os nomes que a imprensa alternativa recebeu recomendamos ver: BRASIL, Bruno. Por um mundo livre e menos "careta": a imprensa alternativa durante o regime militar. In: Biblioteca Nacional (Brasil). *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional, 2007. Vol. 124. p.1-192.

[41] KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários*: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Scritta Editorial, 1991. p.10.

[42] AGUIAR, Flávio. Imprensa alternativa: Opinião, Movimento e em tempo. In: MARTINS, Ana Luiza, LUCA, Tânia Regina de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 233-247.

[43] ROSA, Susel Oliveira da. "Apesar de vocês amanhã vai ser outro dia" Imprensa alternativa versus ditadura militar em Porto Alegre. *Revista eletrônica de crítica e teoria de literaturas*. Dossiê: a literatura em tempos de repressão PPG-LET-UFRGS – Porto Alegre – Vol. 01 N. 01 – jul/dez 2005, p.2.

[44] KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários*: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Scritta Editorial, 1991. p.5.

[45] Sobre a palavra **imprensa alternativa** o autor Kucinski (1991) afirma que foi cunhada por Alberto Dines em abril de 1976 na coluna que escrevia que se chamava "Jornal dos jornais", na *Folha de São Paulo*. Ver: *Idem*, p.15.

[46] Segundo Aquino (1999), o conceito de grande imprensa é usado para designar o conjunto da mídia que compõe a porção mais significativa em termos de divulgação que pode ser diária, semanal, quinzenal, etc.; de circulação, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro cuja dimensão, em termos empresariais, atinja uma estrutura que implique na dependência de um alto financiamento publicitário para a sua sobrevivência. AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)**. O exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e o Movimento. Bauru: EDUSC, 1999, p.37.

desempenham uma dupla função na sociedade do período do regime militar: para os jornalistas, tais jornais representavam um tipo de espaço de manifestação de ideias que eles não tinham na chamada grande imprensa; e por outro lado, para a sociedade, de forma geral, representavam a necessidade da construção de espaços de "resistência" ao regime militar.

Vale destacar que mesmo em seu período de grandes vendas, entre 1975 e 1977, a imprensa alternativa não teve a pretensão de substituir a grande imprensa e nem que os leitores trocassem os grandes jornais pelos tabloides que surgiam, justamente pela falta de estrutura administrativa e financeira e também porque dependiam da grande imprensa, nem que fosse para criticar o que saía ou não saía nesta (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2005, p. 20).

Quero também chamar a atenção de que dentro da imprensa alternativa, temos conforme Kucinski (2003), algumas subcategorias de jornais, como os de:

- "esquerda" (publicações influenciadas direta ou indiretamente pelos partidos e organizações políticas de esquerda, que na época se encontravam na clandestinidade, como por exemplo os jornais *O Pasquim (1969), Opinião (1972), Movimento (1975), Versus (1975),* E*m Tempo (1978), Coojornal (1976),* etc);

- "contracultura" (eram jornais mais voltados para a crítica dos costumes, que apresentavam o descontentamento com relação aos valores morais, contestando as maneiras de pensar, sentir e agir de grande parte da sociedade brasileira, além de criticar também o regime militar, como por exemplo *Bondinho* (1970), *Flor do Mal (1970), Verbo Encantado* (1971) *etc.*)

- "publicações de movimentos sociais" (geralmente não eram elaborados por jornalistas, mas por pessoas diretamente vinculadas aos movimentos sociais que buscavam representar. Era deste tipo a "imprensa feminista", tendo como exemplos *Brasil Mulher (1975), Nós Mulheres* (1976), *Mulherio* (1981); a "imprensa negra", com os jornais *Tição (1978), Simba (1977), Koisa de Crioulo (1981), Nego* (1981); a "imprensa gay", com jornais como *Snob* (1963), *O Centauro* (1968), *Opinião* (1968), *LAMPIÃO da Esquina* (1978); os jornais do movimento estudantil (como o *Terra Roxa (1972)* do DCE da Universidade de Londrina), jornais ligado à publicações

ecológicas (como a F*olha Alternativa e Ecojornal*, ambos publicados em 1979), os jornais de bairro/ regionais, como *Carrinho* (1975), *Novo Jornal* (1971) etc[47].

Apesar dessas categorizações, uma concepção não eliminava a outra. Assim, poderíamos ter por exemplo jornais políticos que tratassem de assuntos culturais, ou vice-versa. Além disso, os jornais alternativos, até mesmo os de mesma categoria, tinham suas diferenças e semelhanças, pois poderiam se diferenciar por terem o formato tabloide (tamanho pequeno) e outros o formato estandarte (com folhas grandes); uns com textos densos e longos outros de linguagem popular e curtos; alguns eram vendidos em bancas, outros com circulação restrita e distribuídos nas ruas; ou se assemelhavam por terem tiragem irregular, o que significa que não visavam o lucro, e por terem duração efêmera[48]. Todavia, os jornais alternativos na época da ditadura tinham uma grande questão que os uniam: eram sempre de oposição ao governo e ao discurso oficial, ou seja, tinha um discurso contestador, antigovernista e contra-hegemônico (MENDES, 2011, p. 27).

Queria destacar a atenção para uma subcategoria de "publicações de movimentos sociais", a da "imprensa gay", por ser justamente à esta categoria a qual *LAMPIÃO da Esquina* pertence. Antes conhecida como imprensa "entendida" ou "rosa choque", e, hoje conhecida também como imprensa "gay", "homossexual" ou imprensa "homoerótica"[49], tanto no Brasil como no mundo, este tipo de imprensa "surge da necessidade que uma parcela da sociedade teve em procurar seus semelhantes, buscar uma união com os iguais, construir um refúgio coletivo, lutar contra um sistema que os tornava invisíveis" (RODRIGUES, 2007, p. 55). Destinada majoritariamente aos leitores gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, e em sua grande maioria, produzida por jornalistas gays, sejam eles amadores ou profissionais, este tipo de imprensa surgiu nos EUA, na Califórnia, em 1947, com o jornal *Vice-Versa*, e aqui no Brasil, em 1963 no Rio de Janeiro com o jornal *Snob* (PERET, 2011).

---

47 Para saber mais ver KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo. EdUSP, 2003;

48 Entre 1964 e 1980 nasceram e morreram no Brasil cerca de 150 periódicos, e a metade deles nem chegou a completar 1 ano de existência, tendo vários desses jornais ficado apenas com duas ou três edições. Aproximadamente só 25 jornais duraram um pouco mais, de 3 a 5 anos, e mesmo assim, não com a forma original de quando haviam surgido. Ver: ABRAMO, Perseu. **Um trabalhador da notícia**: textos de Perseu Abramo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997, p.12.

49 Apesar de existirem três denominações para a imprensa voltada para o público homossexual – imprensa gay, imprensa homossexual e imprensa homoerótica -, em questão de conteúdo elas não diferem, o que as diferenciam é o posicionamento político frente ao conceito da homossexualidade e do sujeito homossexual assumido pelo autor que as empregam. Para saber mais sobre imprensa gay ver: PÉRET, Flávia. *Imprensa gay no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2011. Para imprensa homossexual ver: FERREIRA, Carlos. Imprensa homossexual: surge o Lampião da Esquina. São Paulo, *Revista ALTERJOR*, Ano 01, Volume 01, Edição 01, Janeiro-Dezembro de 2010. E para saber sobre imprensa homoerótica ver: ARIAS, José Miguel; AMARAL, Muriel Emídio Pessoa do. Homossexualidades de papel: cenas da imprensa homoerótica no Brasil (1963-2015). *Cuadernos.info*, 2016, nº39, p. 101-112.

Lampião reconheceu a existência desses outros jornais entendidos em duas edições: a de número 27 e a número 28. Na edição de número 27, *Lampião da Esquina* destaca que eram rotulados como pertencentes a imprensa "entendida" ou “rosa choque” jornais como

> *SNOB* (de Agildo Guimarães, Rio), *La Femme*, *Subúrbio à Noite*, *Le Vic*, *Le Sophistique* (de Campos), *O Felino*, *Mito*, *Darling* e os jornais de Salvador: *La Saison*, *Gay Society*, *Fotos e Fofocas* (o primeiro jornal a cores segundo seu editor Waldeiton Di Paula - vide Lampião nº 4), *Baby*, *Zéfiro*, *Little Darling* (posteriormente *Tiraninho*) e Ello, todos mimeografadas e distribuídos de mão em mão nos pontos de encontros homossexuais”. (...) Entre os super-nanicos destacavam-se: *Gente Gay* e *Gay Press* (Rio, ambos xerocados, 100 exemplares), *Aliança dos Ativistas Homossexuais* (RJ), e, por fim, *Entender*, o primeiro jornal impresso Guei, com tiragem inicial de 10 mil exemplares (distribuição mão-a-mão) e *Jornal do Gay* (depois *Gay News*), estes últimos vendidos em bancas de jornais (SP). (Lampião da Esquina, 1980, nº 27, p. 4)

Não sei se a designação do termo imprensa entendida era usada por outros jornais, mas, Lampião a usou na edição 27, que, ainda mencionava também a existência de “colunas Gueis que veiculavam notas sociais e amenidades”, como “Tudo Entendido” (de Fernando Moreno, na *Gazeta de Noticias*, Rio), “Guei” (de Glorinha Pereira, no *Correio de Copacabana*, Rio) e "Coluna do Meio" (de Celso Curi, na *Última Hora*, de SP) (Lampião da Esquina, nº 27, 1980, p. 4).

Na edição 28, *Lampião* destacou o papel do jornal *Snob*, publicando uma entrevista realizada pela colaboradora do jornal Leila Miccolis com Agildo Guimarães, criador do jornal, intitulada *“Snob”, “Le femme”... Os bons tempos da imprensa guei*, onde aponta que a aparição de vários jornais gays no Brasil não surgiu por acaso, pois em 1963, foi fundado o *Snob*, que

> começou como uma brincadeira, porque nós [da Turma Okay, que era um grupo de homossexuais brasileiros fundado em 1961] fizemos um concurso de Miss Traje Típico de Travesti, e quem esperávamos que ganhasse não ganhou; achamos uma injustiça e então, para protestar, partimos para um jornal, datilografado, numa folha só. Depois virou uma revista, com muitas páginas. (Lampião da Esquina, número 28, 1980, p. 6)

Distribuído de forma gratuita na Cinelândia e em Copacabana, portanto, só no Rio de Janeiro, o *Snob* teve 99 edições regulares e uma edição “retrospectiva”, e, foi publicado entre julho de 1963 e parando de circular em junho de 1969, em função da intensificação da repressão à imprensa, entre outras repressões, durante o governo do general Emílio Médici (GREEN, 2006, p. 155).

Criado por Agildo Guimarães, o jornal era uma espécie de “colunismo social” que tinha uma linguagem sarcástica, irônica e com duplo sentido e que oferecia acesso ao mundo

gay das “bichas”, “bonecas” e “bofes” através de colunas de fofocas, matérias sobre moda e beleza, entrevistas e reportagens de jornalistas que faziam uso de pseudônimos para expressar suas ideias no anonimato (Green, 2006, p. 155).

Como destacado por Agildo Guimarães na entrevista concedida à Leila, *Snob* era um trabalho ingênuo, cujos textos versavam sobre amenidades por não ter temas “políticos” em suas páginas, mas que não podemos deixar de reconhecer o seu valor criativo, pois motivou a publicação de pelo menos mais uns 30 jornais semelhantes (Lampião da Esquina, nº 28, p. 6). Conforme um levantamento realizado por James Green (2000), surgiram no Rio de Janeiro *Terceira Força* (1963), *Zona Norte* (1963), *Vagalume* (1964), *O Mito* (1966), *Cinelândia à noite* (1966), *O Bem* (1966), *Edifício Avenida Central* (1966), *O Show* (1966), *O Estábulo* (1966), *Le Femme* (1968), *O Centauro* (1968), *O Vic* (1968), *O Grupo* (1968), *Darling* (1968), *Gay Press Magazine* (1970), *20 de Abril* (1970), *La Saison* (1970), *Eros* (1978); em Niterói temos *O Mito* (1966), *Os Felinos* (1967), *Opinião* (1968); em Campos, no Rio, temos *Le Sophistique* (1966); em Salvador os jornais *Fatos e Fofocas* (1966), *Gay* (1967), *Gay Society* (1967), *Baby* (1967), *Zéfiro* (1967), *Baby* (1967), *Little Darling* (1970), que mais tarde passou a ser chamado de *Ello* (1978); e na cidade de Belo Horizonte temos os jornais *Fatos e Fofocas* (1963) e *Mais* (1966) (GREEN, 2000, p. 325).

Lampião da esquina reconhecia o valor do jornal *Snob* e de muitos outros, é tanto que falavam deles em suas páginas publicando apenas os nomes (ver figura 1) ou fazendo anúncios mais elaborados.

Figura 1. Fonte: Lampião da Esquina, nº 2, 1979, p. 14.

Os anúncios, de forma geral, eram muito criativos e provocativos.

> Leia o jornal mais excitante do país... Travetis, lésbicas, prostitutas, polícia, porrada. Repórter encara qualquer assunto sem medo. Faça sua assinatura pelo telefone 253-5038 ou mande o cupom abaixo pelo correio. Repórter um jornal que dá o que é seu. (Lampião, nº 15, p. 7)
>
> O PRAZER, O GOZO, A ALEGRIA: rádice. Combate Sexual da Juventude Como você está combatendo a repressão sexual? Como está transformando a sua realidade imediata? Na Rádice 14 o depoimento da juventude, o papo

> de Reich. O enfoque político da sexualidade, as questões relativas à informação e educação sexual, como está se transando o corpo, os papéis que estão sendo assumidos. Monogamia, virgindade, masturbação, relações homo, hetero, bissexuais. Os locais e alternativas encontradas, a imagem de uma vida sexual ideal. Tudo numa linguagem verdade, direta, informal. Rádice - Revista de Psicologia, uma revista para leitores inteligentes e sensíveis. Leia e curta, não fique com água na boca. Em setembro, nas bancas e nas bocas. Peça ao jornaleiro. Rádice. (LAMPIÃO, nº 28, p. 18)
>
> Contra o terror, ideias! Estamos lançando uma grande campanha de assinaturas do Coojornal, procurando neutralizar os efeitos dos atentados terroristas contra as bancas de jornais e revistas. Participe você também da campanha contra o terrorismo e ajude a manter o Coojornal. (LAMPIÃO, nº 29, p. 19)
>
> PLEIGUEI – A revista do homo. O Jornal, em formato de revista, que abre caminho para a segunda geração de publicações gueis no Brasil. Variedades, política sexual, consumo, transa do corpo... Uma gama infinita de assuntos que interessam aos entendidos de todos os sexos. Não perca o Primeiro Número. Aguarde! Agosto em todas as bancas do Brasil. (LAMPIÃO, nº 37, p. 18)

Mas, nem toda relação de *Lampião* com a imprensa alternativa foi amistosa, e, quando digo isso, me refiro à relação de amor e ódio nutrida entre os lampiônicos (pessoas que produziam o jornal) e *O Pasquim*, que surgiu no Rio de Janeiro e circulou de 1969 a 1991, adotando o humor para se fazer crítica cultural, mas, que perpetuava opressões contra as feministas e os gays (CRUZ, 2019, p. 108). Temos como exemplo dessa relação conturbada, o excerto "Dica: o 'Pasquim' nuslê" que aparece publicado no número 2 de *Lampião*, sob a autoria de Rafaela Mambaba, onde ela se posiciona em relação a uma nota provocativa de Roberto Moura, um dos editores d'*O Pasquim*, citado na edição número 1 de *Lampião*, quando Antônio Crysóstomo o criticou pela falta de "imaginação crítica" ao não entender a apresentação do grupo musical "Fréneticas". Na publicação de Moura, n'*O Pasquim*, intitulada "A luz tosca do Lampião", e republicada em *Lampião*, por Mambaba, ele define *Lampião* como um "jornal das tias", além de afirmar que seria "difícil imaginar os Dzi Croquetes pais do que quer que seja" e que "tem gente que desmunheca ouvindo Jamelão. E gente que curte o Dali e o Oscar Wilde sem revirar os olhinhos". Na resposta à Moura, Mambaba deveria se referir ao jornal não como de tias, mas como "de bichas, bonecas, viados", e, que a luz tosca "deveria ser do bisavô", porque a de Lampião "continua acesa, acesíssima" (Lampião da Esquina, nº2, 1978, p. 4)

Cruz (2019), nos chama a atenção para duas construções de sentidos para o "humor" que Moura queria passar no seu texto: o uso da palavra "tosca" e a expressão "jornal das tias". Ou seja, para o autor, quando Moura usa a palavra "tosca", associa homossexualidade como algo que é vil, porque é um dos sentidos etimológicos desta palavra, assim, poderiamos

depreender do título “A luz tosca de Lampião”, tanto “um discurso de vinculação da homossexualidade com tolice, quanto um discurso que associa o Lampião a um jornal rudimentar, feito sem apuro, cuidado ou instrução”, e, que a referência ao *Lampião* como “jornal das tias”, sinaliza “o uso de uma simbologia da homossexualidade masculina associada à perda do gênero masculino, como algo negativo, quanto a referência ao envelhecimento dos editores de Lampião, também como negatividade (CRUZ, 2019, p. 110).

Voltando à relação de *Lampião* e *O Pasquim*, poderiamos dizer de forma geral que em várias edições, *O pasquim* é taxado como machista, basta ver a reportagem sobre Lucy Mafra na edição de nº 4 do jornal *Lampião*, cuja matéria recebeu o nome de *A "mulher nua do Pasquim" fala dos seus grilos: Confissões de um objeto sexual*, onde ela fala dos preconceitos sexuais, do assédiodos jornalistas, e de ser usada como um objeto sexual pelo pessoal de *O Pasquim* (Lampião da p. 13, nº 4), asssim como a edição de número 27, na página 8, onde Francisco Bittencourt provoca os outros lampiônicos ao dizer que

> alguns colaboradores trouxeram para as páginas de LAMPIÃO um discurso ou uma terminologia que está dentro da filosofia do Jornal, mas que vem sendo usado de maneira tão adolescente e antiga que parece usar apenas para "épater les bourgeois" [tradução livre minha: “chocar os burgueses]. Palavras como sapatona e viado estão sendo usadas dentro de uma linguagem de comício que as torna não pejorativas, mas de duas faces, e de um acento machista, que lembra mais o "Pasquim".

Além de criticar o uso de palavras pelo jornal apenas para “chocar a burguesia”, provoca quem as usou, falando que lembram mais *O Pasquim*, por serem machistas. Todavia, nem só em pé de guerra os dois jornais viviam. *Lampião* na sua edição de número 14, com o título “Ao Pasquim com carinho”, traz um texto refletindo sobre os 10 anos d’*O Pasquim*, afirmando que

> É bem verdade que têm pintado lances de machismo muito fortes nas páginas do Pasquim, mas isso não quer dizer que o machismo seja a síntese, o editorial do jornal. O que o Pasquim faz gozando as feministas com suas mulheres peladas e as bichas com seus botes desmunhecados é gozar a si mesmo. No fundo, Ziraldo, Jaguar e os outros também queriam ser "minoria", mas se sentem muito velhos para isso (...) Se pisou em falso algumas vezes e se a seguir teve algumas recaídas, sua atuação nos momentos de combate foi muito mais importante. Afinal, ninguém é perfeito. Nem nós.” (Lampião da Esquina, nº 14, 1979, p. 5)

Depois dessa breve contextualização sobre imprensa alternativa e imprensa gay, queria finalizar essa parte do texto dizendo o óbvio: essas publicações, apontadas por mim, diferem muito dos jornais de hoje, principalmente pelo modo de produção, que antes era artesanal - haviam jornais com um único exemplar feito à mão, como o *Fatos e Fofoca*, de Di Paula, na Bahia; outros mimeografadas (*Estábulo*, *O Felino* etc), e outros que eram xerocados, como o

Le Femme – e agora são industrializados. Todavia, todos esses jornais tinham um mesmo objetivo dentro de suas possibilidades: mostrar à sociedade que apesar do tratamento diferenciado que sofriam, os gays estavam ali (GREEN, 2000). Por isso, eles marcaram uma época, e sobre isso tais jornais tem muito o que contar. Mas, como são muitos, optei por mencioná-los, para que alguém não os deixem com que caiam no esquecimento, e me dedicar à escrita sobre *Lampião da Esquina*.

1.2) "UM PRODUTO NOVO NA PRAÇA"[50]

> Brasil, março de 1978. Ventos favoráveis sopram no rumo de uma certa liberalização do quadro nacional: em ano eleitoral, a imprensa noticia promessas de um Executivo menos rígido [que] [....] faz até com que se fareje uma "abertura" do discurso brasileiro[51].

Com a narrativa acima, em abril de 1978, se acendia *LAMPIÃO*, o primeiro periódico *gay*, com produção profissional e industrial, e, de circulação nacional e urbana, com sua edição experimental de nº 00 (Zero). Voltado para as "minorias"[52], em especial os homossexuais, o jornal *Lampião* surgiu através da proposição de João Antônio Mascarenhas, que ligou para Aguinaldo Silva dizendo que estava cooptando pessoas homossexuais assumidas para fazer um jornal que tratasse abertamente da questão da homossexualidade (LAMPIÃO DA ESQUINA, 2014).

A ideia de se fazer um jornal que dentro da chamada imprensa alternativa,

> desse ênfase aos assuntos que esta considera "não prioritários", surgiu em novembro do ano passado, e provocou uma série de reuniões; na principal delas, realizada em São Paulo, onze pessoas assumiram o que a mesma imprensa alternativa chamaria de "compromisso histórico": estava criado LAMPIÃO, e ficou decidido que os onze criadores formariam um Conselho, encarregado de traçar a linha editorial dessa publicação (LAMPIÃO, 1978, p. 2).

Lampião apesar de falar de sua origem, não nos dá muitas dicas de como foi a construção do ideal de fazê-lo, por isso buscamos aprofundar um pouco mais no que já foi produzido sobre o jornal, e percebemos que a ideia de se criar um jornal que discutisse abertamente sobre a homossexualidade surgiu em novembro de 1977, após uma visita de

---

[50] Título extraído do texto homônimo publicado na seção Esquina da edição nº 2, p. 5, 25 de junho a 25 de julho de 1978, do jornal *Lampião da Esquina*.
[51] *LAMPIÃO*. Rio de Janeiro, Edição Experimental – número zero – abril de 1978, p. 2.
[52] Para Lampião minoria era: "um grupo sobre o qual a sociedade repressiva mantém seus tacões, mesmo que ele não seja minoritário, como as mulheres, por exemplo". (Lampião, Edição nº Zero, p.11)

Winston Leyland ao Brasil, que era o diretor da editora gay norte-americana Gay Sunshine Press, que publicava a revista *Gay Sunshine*, de São Francisco, Califórnia (MACRAE, 1990; GREEN, 1999; FRANÇA, 2010; HEEREN, 2011; SIMÕES, 2012; MARIUSSO, 2015; ARIAS E AMARAL, 2016; PEREIRA, 2017, SANTOS, 2017).

A passagem de Leyland pelo Brasil foi coordenada pelo advogado João Antônio Mascarenhas, o único a assinar a revista de Leyland em toda a América Latina, e tinha como objetivo a reunião de pessoas para a organização de uma antologia de literatura homossexual latino-americana (HOWES, 2003; MARIUSSO, 2015).

Todavia, desta reunião, não surgiu somente a montagem da antologia *Now the Volcano: na anthology of latin american gay literature*, cuja primeira edição foi em 1979 pela editora Gay Sunshine Press, mas gestou-se também a ideia de se "elaborar um material impresso que abordasse a homossexualidade de uma forma séria e do ponto de vista homossexual", como uma coluna num jornal ou numa revista masculina de linha editorial "séria" (PEREIRA, 2017). No entanto, Aguinaldo Silva indagou a todos o porquê de não fazer um jornal em vez de uma coluna, e, a resposta dada por eles a Aguinaldo dizia respeito a exequibilidade financeira do projeto (CRUZ, 2015, p. 79). Aguinaldo era um jornalista experiente que passou pelas redações do *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Movimento* e *Opinião*, e, devido ao conhecimento adquirido, explicou a todos sobre o processo de produção de um tabloide e sobre os seus custos, que não seriam muito autos como todos imaginavam, e, após algumas reuniões, resolveram partir para a ação constituindo a personalidade jurídica da editora responsável pelo veículo: a editora Esquina (CRUZ, 2015, p. 79). Acatando assim a ideia de se elaborar algo feito por e para homossexuais, decidiu-se não pela criação de uma coluna, mas de algo mais pretensioso: um jornal que circulasse em território nacional (HEEREN, 2011; PEREIRA, 2017).

E assim nasceu *Lampião*, mas não era o primeiro jornal gay a surgir no Brasil, como apontei anteriormente, já que na década de 60 haviam projetos voltados para o público gay, mas acredito que não com as mesmas características e finalidade.

Conforme Heeren (2011, p. 89), uma das características de *Lampião* foi a de "dar acompanhamento a suas matérias". Percebemos isto quando encontramos, por exemplo, na edição zero uma matéria discutindo sobre o "crime" cometido por Celso Curi, e, depois na edição de número 11, quando temos a notícia da absolvição de Celso Curi pela justiça; ou a história do michê conhecido como "Gaucho", que no número 01 traz a história do suposto assassinato cometido por ele, e, na edição de número 08, sete meses depois, o jornal mostra o desenrolar da história e abre espaço para que ele possa, já na prisão, se defender; ou ainda, do

caso da homossexual Ninuccia, que na edição número 13 tem a história da acusação que pesava sobre ela – ter assassinado sua namorada -, e na edição 27, que nos atualiza sobre a sua vida depois de ser absolvida da acusação.

Lampião procurou desenvolver também uma conscientização política dos homossexuais e discutir abertamente temas como sexualidade, discriminação racial, artes, ecologia e machismo, e tudo isto sem entrelinhas, sem desfaçatez num período em que questões mais culturais não importavam tanto, pois a maior prioridade era derrubar a ditadura militar instaurada no país.

Poderíamos citar que ao contrário de seus antecessores, *Lampião* se distingue também por ter tido circulação nacional[53] por pelos menos quatorze capitais do país; ser lançado mensalmente; produzido de forma industrializada, e comercializado em bancas de jornal, o que o possibilitou atingir um maior número de leitores em relação às publicações artesanais, conseguindo o número de tiragens entre 14 mil e 25 mil exemplares, enquanto que os demais jornais xerocados e mimeografados tinham 50 exemplares (MARIUSSO, 2015, p. 22).

O jornal *Lampião* tinha também uma linguagem própria: variava de uma linguagem formal e erudita (de escrita mais densa, mais difícil, mais sisuda)[54] a uma linguagem mais coloquial (debochada e mais próxima da forma como se conversava nos espaços de sociabilidade homossexuais, incluindo gírias e expressões como "bichas" e "viados", por exemplo). O uso dessas palavras populares e pejorativas por parte dos editores de *Lampião* era intencional, apesar de leitores – a quem denominarei "lampiônicos" – discordarem dessa posição:

> Muita gente se declarando indignada pelo fato de LAMPIÃO utilizar, com muita frequência, palavras tidas como pejorativas: bicha, boneca etc, as quais o uso comum deu sempre um tom de ofensa, de epíteto humilhante. Para alguns, o uso destas palavras indicaria uma apelação ao baixo nível que não fica bem em nosso jornal. A estes, a explicação que se segue. O uso de tais palavras em LAMPIÃO da Esquina, na verdade, tem um propósito. O que nós pretendemos é resgatá-las do vocabulário machista para em seguida desmistificá-las. Vejam bem, até agora elas foram usadas como ofensa, serviram como meio mais simples para mostrar a "separação" que existe entre o nosso mundo e o mundo dos **outros**. Isso faz com que, temendo o

[53] Nota do autor. Através da seção *Cartas na Mesa* podemos perceber que as correspondências chegavam dos estados de: São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, Amazonas, Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Paraíba, Minas Gerais, Sergipe e Alagoas. Os locais que vendiam o jornal constam no seu Expediente, e, por lá podemos confirmar também a presença de Lampião nesses estados e no Distrito Federal.

[54] Esta questão de a linguagem ser demasiadamente complicada gerou críticas ao jornal por parte de alguns leitores, que viam Lampião como um jornal de formato elitista com um tom de coluna burguesa, já que ele foi fundado por pessoas de classe média, e direcionado assim, apenas para as pessoas capazes de absorver suas informações. Ver: MARIUSSO, Victor Hugo da Silva Gomes. *Lampião da Esquina: homossexualidade e violência no Brasil (1978-1981).* Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015, p.70.

> peso de tais palavras, criemos outra igualmente mistificadoras, embora, para quem as adota, sem qualquer tom pejorativo: **entendido**, por exemplo; e até mesmo que empreguemos sutilmente termos de um outro idioma, como é o caso de **gay** (LAMPIÃO balançou logo o coreto, traduzindo-a para **guei**, que significa absolutamente nada). A primeira coisa a fazer, portanto, é perder o medo das palavras. O caminho para isso é usá-las: bichas, bonecas etc... (quanto ao veado, ao vê-la escrita – ou ouví-la – deve-se sempre lembrar o belíssimo animal que ela designa: esta palavra designa apenas isso). Classificar os grupos que não rezam por sua cartilha como coisas exóticas é uma das armas mais comuns do Estabelecido (é, na verdade, o primeiro passo para reprimi-los); não aceitar que esse tipo de classificação seja possível - lutar contra ele – é obrigação desses grupos (SILVA, 1978, p. 5, destaques no original).

Com o artigo acima, de Aguinaldo Silva, podemos concluir que o periódico buscava despertar reflexões através das palavras que, até então, tinham uma conotação negativa e desconstruir os estereótipos ligados aos homossexuais, como os de viados e bichas. Por isso, defendiam a necessidade de não temer as palavras e de utilizá-las de maneira sábia a favor de quem as usa. Assim, a atitude de dar um novo significado a termos machistas ou de deslocar esses termos de seus usos comuns fazia desse ato uma maneira de positivar a estrutura pejorativa de insulto aos homossexuais (BUTLER, 2003), como exemplificam as palavras "viado" e "bicha".

Por fim, vale citarmos a questão que irá diferenciá-lo não só dos jornais gays, mas também de alguns outros alternativos: *Lampião,* mesmo compartilhando de um conteúdo engajado politicamente e de um discurso mais dentro do pensamento da "esquerda", não estava ligado pelo menos de modo aberto a nenhum partido político, uma vez que para as "direitas" a homossexualidade ameaçava a segurança, a família católica e a moralidade, assim optavam por não falar sobre (COWAN, 2012), e, para as "esquerdas", as pessoas que mantinham relações sexuais e afetivas com outras pessoas do mesmo sexo representavam a decadência do capitalismo (GREEN, 2012), e, por isso as pautas específicas sobre homossexuais eram relegadas por serem consideradas de "luta menor" já que a prioridade era a "luta maior", ou seja, a luta de classes (ROSSI, 2015, p. 129). Assim, *Lampião* era um jornal que estava "duplamente à margem da sociedade: a margem da 'direita', por enfrentar seu pragmatismo, e a margem da 'esquerda', por enfrentar a sua moral conservadora (RODRIGUES, 2010, p. 67). *Lampião* também dizia não estar ligado a nenhum grupo homossexual em especial, e, por isso falava de todos jornalisticamente, e não de forma militante, pois estava

> vitalmente interessado no surgimento de grupos homossexuais e, como tal, disposto a abrir espaço, em suas páginas, para todos eles. Nestes casos, no entanto, mais que o ativismo, o jornal se preocupa com o interesse

> jornalístico do material enviado por estes grupos. O LAMPIÃO é, acima de tudo, um jornal de minorias e não um boletim do ativismo homossexual". (LAMPIÃO, nº 25, 1980, p. 9)

Não preciso dizer que isso não agradou muito os leitores que enxergavam o jornal como um lugar de militância ou não entendiam a militância realizada por *Lampião*. Numa carta escrita pelos grupos homossexuais Auê, Somos, Bando de Cá, G.O.L.S e Grupo Gay da Bahia, publicada no número 31, com o título "Surpresos e decepcionados", podemos ver isso de forma mais clara:

> (...) Já há algum tempo que, com grande perplexidade, começamos a observar o gradual afastamento do jornal Lampião dos grupos ativistas homossexuais. Tal distanciamento culminou no nº 29, onde não houve menção alguma a respeito dos grupos, não sendo sequer publicada a costumeira (?) seção "Escolha seu Grupo". Essa atitude nos deixa surpresos e decepcionados, pois não a compreendemos. Sabemos que o Lampião nunca quis se comprometer com algum grupo em especial, nem ser um jornal essencialmente ativista, o que respeitamos e achamos muito justo. Mas daí a rejeitar o ativismo dos grupos em geral, vai uma distância muito grande, inclusive porque os grupos sempre apoiaram e colaboraram para a existência do "nosso jornal". Não é preciso lembrar que em várias ocasiões já se viu ativistas vendendo e distribuindo exemplares nos mais diversos lugares de cada cidade, isso sem mencionar a propaganda individual realizada por membros dos grupos e diversos artigos já publicados (Lampião da Esquina, nº 31, 1980, p. 12).

Além da carta confirmar que *Lampião da Esquina* não estava associado a nenhum grupo homossexual, acusa-o de rejeitar o ativismo em suas páginas, e, o lembra que em vários momentos, foram esses mesmos militantes, que agora, segundo eles, não tinham mais voz dentro do jornal, que criavam material e que também vendiam *Lampião*. E terminam a carta dizendo que:

> entendemos que, a continuar esse clima de afastamento, o prejuízo será não só dos grupos ou do jornal, mas também de todo aquele que se sente oprimido por ter uma sexualidade considerada desviante pelos donos do poder. Esperamos que, juntos, cada um a seu modo, possamos todos lutar contra a mesma opressão que nos atinge". (LAMPIÃO, nº 31, 1980, p. 12)

Apesar desse tom conciliador do fim da carta, na mesma página, como se fosse uma resposta, *Lampião* publica o texto "Lampiônicos: ativistas, astronautas?", de Aguinaldo Silva. Nesse texto faz crítica aos líderes dos grupos homossexuais que enviaram a carta e diz que o jornal está aberto aos demais membros dos grupos, porque o jornal é de todos, mas tem que ser feitos por jornalistas, já que existem leis que regulamentam as matérias, e, para que o jornal não vire um boletim (Lampião da Esquina, nº 31, p. 12). Além disso aponta que tais líderes dos grupos exigiam

> do jornal o que a gente acha que já existe no Lampião de cabo a rabo: mais ativismo (há uma discordância entre nós e estes cinco grupos sobre o que seja ativismo; eles acham que é apenas a atividade dos grupos; nós, ao contrário, achamos que ativismo pode ser muitas outras coisas. Por exemplo: colocar pontualmente a cada mês, nas bancas de 21 cidades do pais, um jornal de homossexuais como o Lampião). (Lampião da Esquina, nº 31, 1980, p. 12)

Aguinaldo conclui lembrando a todos que

> o Lampião - não esqueçam jamais, queridinhas - foi o primeiro grupo de ativistas homossexuais surgido no Brasil; foi o primeiro a se propor uma tarefa concreta - a publicação de um jornal especifico - e a cumpri-la integralmente. Assim, nós não vamos, em nenhum momento, renunciar à nossa condição de ativistas; quanto mais não fosse, porque não ficamos apenas na teoria, mas nos entregamos fisicamente às nossas tarefas; quem duvidar que leia com atenção as matérias do número anterior sobre prostituição masculina, ou deste número, em que falamos de masturbação... (Lampião da Esquina, nº 31, 1980, p. 12)

Enfim, a linha política do *Lampião da Esquina* era claramente de oposição ao regime militar de direita, mas a abordagem da luta das minorias se distanciava da esquerda tradicional, e, vários artigos lembravam que ambos os sistemas econômicos, capitalismo e socialismo, haviam oferecido duras realidades aos homossexuais (CRUZ, 2015, p. 81). Dos países com experiências revolucionárias de inspiração comunista, podemos citar, por exemplo: a Rússia, que na década de 1930 com Stálin reintroduziu no código penal soviético as leis de sodomia que haviam sido derrubadas na Rússia nos primeiros anos da Revolução Socialista (REICH, 1982); China, que após a Revolução Cultural de 1966 perseguiu declaradamente os homossexuais, os prendendo baseados em um artigo do Código Penal que condenava "todos os atos de vadiagem" (RUAN E LAU, 1997:361); e, Cuba, que com Fidel Castro, em 1971, chegou a declarar oficialmente que a homossexualidade era uma "patologia social", enviando os homossexuais para realizarem trabalho forçado em acampamentos militarizados com o objetivo de "reformarem" seus "comportamentos antissociais" (GREEN, 2012). Dos países capitalistas podemos citar a Alemanha nazista, a Itália fascista, os EUA, as ditaduras da argentina, Chile, Uruguai e tantas outras, que não só perseguiram e prenderam, como também assassinaram homossexuais. Vale destacar que *Lampião* teve matérias que apontavam essa repressão aos homossexuais na Alemanha[55], Rússia e China[56], Argentina[57], Cuba[58], Chile[59], Espanha[60], EUA[61] etc.

---

[55] De Sodoma a Auschwitz, a matança dos homossexuais. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, nº 13, 1979, p. 17

[56] Ninguém segura o "ayatollah?". **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, nº 11, 1979, p. 4.

[57] Na Argentina é assim: paulada nas bonecas! Um documento do exílio. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, 1978, nº 7, p. 6.

1.3) LAMPIÃO É DESNUDADO[62]

Em uma das cartas enviadas para *Lampião da Esquina* publicar, um grupo de homossexuais enviou para a edição número 3, suas impressões gerais sobre o título, o símbolo, a capa e a diagramação do jornal, ou seja, realmente despia aquilo que o jornal tinha de mais íntimo. Assim, tendo como inspiração essa carta, resolvi escrever nesse subcapítulo sobre o seu nome, expediente, formato, o humor gráfico e os anúncios e propagandas.

1.3.1- **O nome**

Após a ideia de se fazer o jornal, restava-lhe dar um nome. A princípio, o nome do jornal iria ser "Esquina", por ser um "lugar icônico para os homossexuais", isto é, por ser um lugar de encontro de gays, mas como o nome Esquina já tinha sido registrado para ser a editora do jornal, pensaram em colocar *LAMPIÃO*, por ser ele o instrumento que iluminava a esquina das praças de encontros entre as pessoas (SILVA apud GIMENEZ, 2015, p. 30).

Então, o nome não teria nada a ver a princípio com a figura do cangaceiro Virgulino Ferreira da Silva, vulgo Lampião. Porém, na hora de se fazer o logotipo do jornal, publicado nas capas de cada edição, Aguinaldo Silva e Bernardo Mascarenhas pensaram em "brincar" com tal personagem por ele ser um "símbolo da masculinidade e macheza" nacional (PEREIRA, 2017, p. 55). Assim, se pegarmos o nome *LAMPIÃO* teríamos dois sentidos: um metafórico e o outro irônico. No metafórico, o jornal poderia ser o lampião, uma lanterna, um instrumento de luz, que mensalmente iluminaria temáticas tidas como não prioritárias, até

Buenos Aires: dois policiais por quarteirão. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, 1978, nº 7, p. 8.
Um histórico da repressão aos homossexuais na terra de Videla. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, 1980, nº 21, p. 14-15.
The Buenos Aires Affair: Roteiro guei de uma cidade em pânico. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, 1980, nº 22, p. 14-15.
S.O.S. Argentina. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, 1980, nº 25, p. 14.
[58] Cuba: dez anos de caça à s bichas. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, 1981, nº 33, p. 10.
Histórias que Mãe-Revolução não contava. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, 1981, nº 33, p. 11-12.
Go home, gay yankee! **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, 1981, nº 33, p. 12.
Em 1971, um congresso decide o que é pecado. **Lampião da Esquina**, 1981, nº 33, p. 13.
Os órfãos de Sierria Maestra. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, 1981, nº 33, p. 13-14;
Yo soy cubana; da terra de Fidel. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, 1981, nº 33, p. 15.
[59] Chile: denúncias da matança. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, nº 7, 1978, p. 7.
[60] Espanha quente. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, nº 26, 1980, p. 7.
[61] Uma vitória na Califórnia. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, nº 7, 1978, p. 4.
Denúncia nos EUA: genocídio. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, nº 7, 1978, p. 4.
Morte em San Francisco. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, nº 8, 1979, p. 2.
NA JAULA. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, nº 17, 1979, p. 4.
[62] Título extraído do título homônimo publicada na seção Cartas na Mesa da edição nº 3, p. 14, de 25 de julho a 25 de agosto de 1978, do jornal *Lampião da Esquina*.

então imersas na escuridão da ignorância, como mulheres, índios, ecologia, negros e homossexuais, ou, poderia ser a representação do "cabra macho", do cangaceiro Virgulino Ferreira. Se atentarmos para a figura do logotipo (fig. 2) podemos claramente ver uma referência ao cangaceiro Lampião: um arco formando o chapéu, os círculos expressando os óculos e o bastão assinalando o nariz:

Fig. 2: Logotipo do jornal *LAMPIÃO*. Fonte: Lampião (1978)

Já no sentido irônico, poderíamos ver a ironia no fato dos membros do jornal se utilizaram de uma referência de "macheza", de virilidade, para nomear um periódico feito por homossexuais assumidos, já que na época eles não seriam considerados "homens de verdade" pela sociedade devido às relações sexuais com outros homens, e, como eram assumidos, eram definidos "comportamental e psicologicamente como efeminados", como bichas, já que os indivíduos mais discretos e másculos eram chamados de "bofes", que, "ao contrário dos designados como 'bichas', eram considerados 'homens verdadeiros' ou simplesmente 'homens'" (ANDRADE, 2015, p. 135).

Ademais, se retirarmos o arco que forma o chapéu, e deixarmos somente os círculos e o bastão, poderia também ser lido como uma alusão a um falo (fig. 3), um dos principais demarcadores da identidade masculina e "metonímia do homem" (BADINTER, 1993, p. 141).

Fig. 3: Referência a um falo no logotipo. Fonte: Lampião (1978)

Numa carta enviada ao *Lampião* por um grupo de homossexuais, que não fala qual é, e não tem assinatura, que foi publicada na edição de nº 3, temos a reflexão sobre o nome do jornal e sobre a referência à genitália masculina. Sobre o nome a carta afirma que " o título é muito bom; a referência ao rebelde é muito bem colocada para um jornal como este; a rebeldia legitima de uma minoria (Lampião e seus 'cabras'); também é muito boa a ideia de 'acender' uma primeira luz sobre a questão homossexual" (LAMPIÃO da Esquina, ed. nº 3,

jul./ago. 1978, p. 14). Já o símbolo do jornal “é uma coisa "fria", e não pode ser considerado feio ou bonito: é como se tivesse sido feito "em série"; a representação fálica é uma atitude agressiva e machista; é uma posição desrespeitosa em relação às mulheres” (Idem, ibidem).

De todo modo, fazendo referência ao cangaceiro ou ao falo, o logotipo sugeria igualmente a associação entre ser homossexual e ser masculino, já que era um jornal de homossexuais que não deixavam de ser homens somente por ter relações sexuais com pessoas do mesmo sexo.

Todavia, o nome *Lampião* só apareceu na edição experimental. Devido a uma questão de direitos autorais, por já haver um jornal gaúcho homônimo, que era editado desde 1976 por um grupo trotskista (QUINALHA, 2017), o conselho editorial do jornal na edição de número 01, que já tinha começado a ser vendida em algumas bancas de jornais cariocas, acrescentou o termo “da Esquina”, que fez parte do nome do jornal até o seu fim, em junho de 1981. Além de se remeter ao nome da editora do jornal que se chamava Esquina, esse complemento -“da esquina” -, fazia referência a um território urbano tradicionalmente associado à vida noturna marginal das cidades e ocupado por muitos dos gays, lésbicas, travestis e outros grupos “minoritários (QUINALHA, 2017, p. 281). Enfim, as esquinas, que são formadas pelo cruzamento de duas ruas e que funcionavam como pontos de encontros para as pessoas, eram muitas das vezes iluminadas por lampiões em lugares que ainda não tinham energia elétrica. Desta maneira, a metáfora no nome do jornal estava completa, pois *Lampião da Esquina* se “tornaria a luz que recairia sobre as minorias, iluminando as esquinas dos guetos onde estas se encontravam, para espantar o fantasma da obscuridade” (SANTOS, 2017, p. 91), ou seja, o jornal serviria para esclarecer os lugares dos homossexuais, para lhes dar visibilidade, já que até então estavam relegados aos becos escuros que a sociedade dominante os submetiam.

1.3.2- **O Conselho editorial e o expediente de Lampião**

Lampião da Esquina reunia 11 homens assumidamente gays em seu conselho editorial, que foram apresentados no editorial do número zero intitulado *Senhores do Conselho*. O jornal os apresentava da seguinte forma:

> **Adão Acosta**, era jornalista, ex-terapeuta ocupacional, pintor, e ainda exercia esporadicamente as funções de tradutor de (inglês-português); **Aguinaldo Silva**, jornalista especializado em assuntos policiais, escritor (tinha dez livros publicados na época), tendo uma longa experiência na imprensa alternativa: colaborou com *Opinião* desde os primeiros números, e é um dos fundadores de *Movimento*; **Antônio Chrysóstomo**, jornalista, especializado em música popular, escreveu, produziu e dirigiu vários shows.

> E um dos mais polêmicos críticos musicais do país; **Clóvis Marques**, jornalista e tradutor, crítico de cinema. Sub-editor do Guia de filmes publicado pela Embrafilme, é correspondente, no Brasil, de Film Dope, de Londres. Darcy Penteado, artista plástico e escritor. Foi o primeiro intelectual brasileiro a defraudar publicamente a bandeira de luta contra a discriminação e o preconceito em relação aos homossexuais. Seu primeiro livro, *A Meta*, com histórias que abordavam esse tema, foi um dos maiores sucessos editoriais do ano de 1977; **Francisco Bittencourt**, poeta, crítico de arte e jornalista, publicou dois livros de poemas e era membro da Associação Internacional de Críticos de Arte (seção do Brasil), e colaborava como crítico em vários jornais; **Gasparino Damata**, jornalista e escritor, com passagens pela diplomacia. Organizou duas antologias – *Histórias do Amor Maldito* e *Poemas do Amor Maldito* – que tinham a homossexualidade como tema; **Jean-Claude Bernardet**, crítico de cinema, considerado um dos teóricos do Cinema Novo da época possuía também uma longa experiência na imprensa alternativa. Um dos colaboradores mais ativos do *Opinião*, é um dos fundadores de *Movimento*; **João Antônio Mascarenhas**, advogado, jornalista e tradutor, abandonou os Ministérios da Educação e da Agricultura para formar a cadeia de pessoas que resultou na ideia de se publicar o *Lampião*; **João Silvério Trevisan**, cineasta e escritor, é autor do livro de contos - Testamento de Jônatas deixado a Davi; e **Peter Fry**, que nasceu em Liverpool, Inglaterra, e formou-se em Cambridge. Após um período como antropólogo na Rodésia, voltou à Inglaterra, onde fez doutorado na Universidade de Londres, que o contratou depois como professor. Em 1970 veio para o Brasil, contratado pela Universidade de Campinas (Lampião da Esquina, 1978, p. 2.).

Vale ressaltar que todos os membros do conselho editorial eram de classe média, como podemos ver pelas profissões, e a maioria tinha a cor da pele branca, com exceção de Adão Acosta, o único negro a fazer parte do Conselho. Vale destacar também que a partir da edição de nº 7, João Mascarenhas não aparece mais como pertencente ao Conselho, e, que o nome de Peter Fry só consta até a edição de nº 27. Por fim, vale chamar a atenção para o fato de que na edição nº 32 não aparece mais o nome de nenhuma pessoa do Conselho editorial, excluindo tal designação.

Lampião da Esquina divulgava também o expediente da equipe que fazia o periódico, incluindo as funções especializadas de "coordenador de edição", "editores", "redatores", "correspondentes", "fotografia", "arte", "revisão" e "colaboradores". Em quase todas as funções especializadas constava a cidade de residência da pessoa, e, a exceção ficou a encarga da pessoa responsável pela arte do jornal.

O cargo de Coordenador de edição pertenceu ao Aguinaldo Silva da edição nº Zero até a edição de nº 32, pois já na edição seguinte o seu nome aparece juntamente com os outros nomes que compunham a parte reservada para designar quem eram os editores, que eram pessoas ligadas a duas cidades: Rio de Janeiro e São Paulo. No Rio, além de Aguinaldo Silva, trabalharam como editores Francisco Bittencourt, Adão Acosta, Clóvis Marques, João

Antônio Mascarenhas e Gasparino Damata. E, na cidade de São Paulo, Darcy Penteado e João Silvério Trevisan.

Como redatores, o jornal já contava com pessoas de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Do Rio de Janeiro *Lampião* teve Adão Acosta, Antônio Carlos Moreira, Alceste Pinheiro, Aristides Nunes, Dolores Rodrigues, José Fernando Bastos, Regina Nóbrega, Francisco Bittencourt, Leila Miccolis; de São Paulo, foram Eduardo Dantas, Emanoel Freitas, Zezé Melgar, Francisco Fukushima, Glauco Mattoso, Paulo Augusto, Darcy Penteado e João Silvério Trevisan, e, de Brasília, Alexandre Ribondi.

Trabalhando como correspondentes - que são aquelas pessoas que tem residência fixa no exterior, especificamente em um país, prestando serviços de cobertura dos acontecimentos não só no país residente como também em territórios ou nações vizinhas (BRITTO, 2004) -, *Lampião da Esquina* teve Fran Tornabene, em Nova Iorque; Allen Young, em São Francisco; Armand de Fluviá, em Barcelona; Ricardo e Hector, em Madrid; Addy em Londres; Celestino em Paris, e, Anton Leicht e Nestor Perkal em Frankfurt.

Na parte de fotografia, as pessoas responsáveis são novamente de São Paulo e do Rio de Janeiro. Em São Paulo, teve os nomes de Ricardo Fragoso Tupper; Fanny, Cris Calix, Francisco Fukushima e Dimas Schtini, e, no Rio de Janeiro foram Billy Aciolly, Maurício S. Dominques, Valter Firmo, Regina Rito, Dimitri Ribeiro, Ana Vitória, Cyntia Martins e Iara Reis.

A arte do jornal era feita por Ivan Joaquim e Mem de Sá. A partir da edição nº 3, por Jô Fernandes, Mem de Sá e Tônio. A partir da edição nº 4 sai Tônio e entra Patrício Bisso, que desenhava rubricas/selos/vinhetas, para as seções *Reportagem*, *Tendências* e *Literatura*, e, Hildebrando de Castro, que ilustrava algumas reportagens. A partir da edição 14 entra para o compor o grupo Paulo Sérgio Brito na diagramação, e, na edição 19, entra Dimitri Ribeiro, como coordenador. A partir da edição nº 23, sai Sérgio Brito da diagramação e entra Nelson Souto. No número 24 entram José Carlos Mendes e Levi; na edição de nº 27 Mem de Sá fica responsável pela capa, e, Patrício Bisso, Hartur e Levi pelas charges. Já a arte final ficou por conta de Hélio V. Cardoso e Domingos José da Silva até a edição de nº 2, pois na de nº 3, Domingos cede lugar para Gilberto Medeiros Rocha. A partir do nº 8, a arte final era de responsabilidade de Gandhi Gama Neves e Edmílson Vieira da Costa, na edição de nº 9 passou para Edmilson Vieira da Costa, e, a partir da edição 24 ficou sob a responsabilidade de Antônio Carlos Moreira.

O cargo de revisão só apareceu na edição de nº 27 e foi até o último número, ficando sob a responsabilidade da carioca Dolores Rodrigues.

Por fim, quanto aos colaboradores, *Lampião* contou com pessoas que produziam artigos, ensaios, resenhas, ou, que traduziam matérias, faziam entrevistas e reportagens. Estas pessoas contribuíam de diversas partes do país, apesar de ainda constar mais nomes das cidades do Rio e de São Paulo. Do Rio de Janeiro colaboraram: Agildo Guimarães, João Carlos Rodrigues, Luiz Carlos Lacerda, Frederico Jorge Dantas, Aristóteles Rodrigues, Alceste Pinheiro, Iapohi Araújo, Luís Canabrava, Paulo Sérgio Pestana, Nélson Abrantes, Nica Bonfim, Zsu Zsu Vieira, Lúcia Rito, João Carneiro, José Fernandes Bastos, Regina Rito, Sérgio Santeiro, Henrique Neiva e Leila Míccolis. De Niterói (Rio de Janeiro) colaboraram José Pires Barroso Filho, Paulo Augusto e Carlos Alberto Miranda. Em Campinas (São Paulo), Edward MacRae e Marisa que colaboraram. Da cidade de São Paulo foram Jorge Schwartz, Cynthia Sarti, Glauco Mattoso, Celso Cúri, Caio Fernando Abreu, Jairo Ferreira, Edélcio Mostaço e Paulo Augusto. De Campo Grande (Mato Grosso do Sul), Eduardo Dantas; de Vitória (Espirito Santo), Amylton Almeida; de Recife (Pernambuco), Zé Albuquerque; de Fortaleza (Ceará), Gilmar de Carvalho; de Florianópolis (Santa Catarina), Beto Stodieck; de Brasília (Distrito Federal), Alexandre Ribondi; de Campina Grande (Paraíba), Sandra Maria C. de Albuquerque; de João Pessoa (Paraíba), Políbio Alves; de Natal (Rio Grande do Norte), Franklin Jorge; de Porto Alegre (Rio Grande do Sul), Paulo Hecker Filho; de Curitiba (Paraná), Max Stoltz e Wilson Bueno; de Jacarei (São Paulo), Edvaldo Ribeiro de Oliveira; de Teresina (Piauí), e, Luiz Mott, de Salvador (Bahia).

Neste contexto, o jornal foi o primeiro da imprensa gay a publicar os nomes verdadeiros dos autores dos textos, das pessoas que colaboravam com o jornal; ou seja, não havia mais pseudônimos, para esconderem suas verdadeiras identidades (FIDALGO, 2013, p. 43), como acontecia por exemplo com o jornal *Snob*.

1.3.3- **O formato**

Lampião da *Esquina* era um jornal no formato tabloide (pequeno), característico dos jornais alternativos da época, que teve uma tiragem mensal média de 25 mil exemplares[63] (MARIUSSO, 2015). Os escritos de Marvin (2015) me ajudou na compreensão da opção de *Lampião* pelo formato tabloide ao invés do standart (grande), pois ele destaca que a feitura de um jornal com o formato tabloide podia ser impresso em gráficas de pequeno ou de médio

[63] Mariusso afirma que a tiragem do jornal era entre 14 mil e 25 mil exemplares, o que já o destacava de outros jornais que eram xerocados e mimeografados e tinham no máximo 50 exemplares. Ver: MARIUSSO, Victor Hugo da Silva Gomes**. Lampião da Esquina**: homossexualidade e violência no Brasil (1978-1981). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Uberlândia, 2015, p.22.

porte; o custo para postagem via correios ficava mais barato, se considerarmos o volume de sua massa física; a leitura ficava mais fácil, pois o leitor poderia manuseá-lo em qualquer lugar, e, a produção ficava com um valor menor, já que o formato tabloide corresponde à metade de um jornal no formato standard - que normalmente era o formato utilizado pelos jornais da grande imprensa - que tem uma área total de papel depois de impresso de 56 por 32 centímetros. Todavia, o formato da mancha gráfica não combina muito bem com textos longos e imagens de nenhum tipo (MARVIN, 2015).

Publicado pela editora Esquina, *Lampião* era impresso na Gráfica e Editora Jornal do Comércio S.A., localizada no Rio de Janeiro. É importante destacar que a redação de *Lampião da Esquina* estava instalada no Rio de Janeiro, mas também manteve uma equipe editorial em São Paulo. Assim, as pautas do jornal eram definidas nas reuniões que aconteciam tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro, cidades onde os produtores do jornal residiam[64].

Lampião da Esquina teve 16 páginas por edição do nº zero ao nº 10, fugindo da regra a edição de nº 4, que apareceu com 20 páginas. A partir da edição de nº 11 até a de nº 37, o jornal passou a ser impresso com 20 páginas, com exceção da edição de nº 24, que teve somente 16 páginas.

Lampião era impresso em preto e branco, inclusive as fotografias e ilustrações, mas as capas eram coloridas, e, geralmente havia a predominância de duas cores: o preto e mais uma (RODRIGUES, 2007, p, 73). As capas do jornal *Lampião da Esquina* traziam "um número muito grande de chamadas, e uma diagramação[65] que não definia a matéria principal", e, por isso, "poderiam ser consideradas, na perspectiva dos cânones tradicionais do design, caóticas" (idem, p. 95). Como exemplos do caos provocados pela diagramação, Rodrigues (2007) aponta: a edição 1 (fig. 4), cuja capa traz "um desenho de um bigode estilizado, que chama muita atenção pelo peso que ocupa na capa. Na legenda vê-se que o assunto é o jogador Rivelino, que usava bigodes"; a edição 4 (fig. 5), que traz a palavra "travesti", em caixa alta, colocada de tal forma que "num primeiro olhar, parece que a palavra está vinculada às fotos do estilista Clodovil, que aparecem mais embaixo"; na edição número 7 (fig. 6), porque temos

[64] Moravam em São Paulo três dos onze membros do Conselho Editorial: João SilvérioTrevisan, Darcy Penteado e Peter Fry; e os demais residiam no Rio de Janeiro. Quanto à responsabilidade de editar o jornal, no Rio de Janeiro ficava ao encargo de Aguinaldo Silva, Francisco Bittencourt e Adão Acosta; e em São Paulo por conta de João Silvério Trevisan e o Darcy Penteado. Ver: MARIUSSO, Victor Hugo da Silva Gomes. *Lampião da Esquina*: homossexualidade e violência no Brasil (1978-1981). Uberlândia - MG, 2015, 209f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal de Uberlândia, 2015.

[65] Segundo Rodrigues (2010) "diagramar significa construir, estruturar os elementos que irão compor uma mensagem, auxiliando, e até mesmo, guiando o leitor para uma leitura melhor", e dessa forma, diagramação seria então "o ato de dispor texto e figuras em um determinado campo (página de livro, jornal, revistas, cartazes, etc.)" (RODRIGUES, 2010, p. 102-103).

o título “Latinamérica: Na terra dos hombres, paulada nas bonecas!” enquanto abaixo dele temos uma série de fotos de rapazes másculos nas praias do Rio; a de número 17 (fig. 7), na qual “splashes e balões de quadrinhos (elementos gráficos) são usados ao mesmo tempo”; e, a edição número 25 (fig. 8), que “apresenta logo abaixo da chamada ‘A volta do esquadrão mata bichas’, três fotos de artistas da MPB: Emilinha Borba, Fagner e Zezé Motta” (RODRIGUES, 2007, p. 114-115).

Figura 4. Fonte: Lampião da Esquina

Figura 5. Fonte Lampião da Esquina.

Figura 6. Fonte: Lampião da Esquina.

Figura 7. Fonte: Lampião da Esquina.

Figura 8. Fonte: Lampião da Esquina.

Segundo Rodrigues (2007, p. 95), as capas são importantes porque trazem as informações que identificam o periódico: o logotipo, o número da edição, a data de publicação e as chamadas para as matérias no interior do periódico. Assim, elas "assumem um papel de vitrine", pois tem "um duplo papel, que é o de informar e persuadir" ao leitor tanto a comprar quanto a "encampar as ideias subjacentes ao enunciado expresso" (PUZZO, 2009, p. 129). Talvez por isso elas tivesse duas cores. E, pelas capas destacadas acima, podemos concluir que elas se caracterizam pelo uso mais de imagem do que de texto, o que era muito comum dentro da imprensa alternativa de um modo geral; pelo uso de "chamadas de conotações dúbias e sensacionalistas", e, pela "representação gráfica de seu nome" - traduzida no logotipo, que ficava à esquerda no cabeçalho -, já que a "palavra 'lampião' era grafada em fonte mecanizada[66], e as palavras 'da esquina', em corpo menor, com fonte bastão alinhada à direita e abaixo da palavra 'lampião'" (RODRIGUES, 2007, p. 112-113).

Já a diagramação editorial (fig. 9), segundo Rodrigues (2010, p. 107), "era tradicional, de pouca inventividade" por várias questões: tinha "rígidas colunas com fios grossos acima e

[66] Fontes com serifas marcantes, sólidas, formando ângulo reto com a linha de base. NIEMEYER, 2000 apud RODRIGUES, 2007, p. 113.

abaixo delas para sustentar o texto"; uma "moldura retangular de cantos arredondados que separavam as seções"; e, páginas de "pouca força visual, por não enfatizar o valor da informação, por ter um design simétrico e por não valorizar a posição e o tamanho das fotos nos textos".

ESQUINA

Qual é a da nossa imprensa?

Com o tímido apoio da Anistia

Lembrando o triângulo rosa

Mulheres do mundo inteiro...

Figura 9. Fonte: LAMPIÃO.

Conforme uma carta sem identificação publicada na edição de nº 3, a diagramação do jornal era "muito acadêmica", com tudo "muito igual: os tipos de letras utilizados, as separações entre as seções e as indicações das seções" (LAMPIÃO da Esquina, ed. nº 3, jul./ago. 1978, p. 14). Além disso, afirma que o

> aspecto do jornal não estimula o leitor: a apresentação interna é muito "fria" (...); as seções não possuem uma "personalidade", chegando mesmo a transmitir a sensação de que o jornal não tem seções definidas (...); falta uma dose maior de emoção dentro do jornal e dentro dos artigos, deveriam haver mais reportagens (emoção) que ensaios (frieza); (...) falta uma boa dose de senso de humor; o clima do jornal é demasiadamente sério (...) [o que] acaba transformando o jornal em um veículo para poucos leitores (LAMPIÃO da Esquina, ed. nº 3, jul./ago. 1978, p. 14).

Os textos, por sua vez, eram fluídos, talvez pelo tom ensaístico com o qual eram escritos, e, oscilavam entre pequenas notas informativas e textos mais longos com opiniões e reflexões de quem os escreviam. Rodrigues (2010, p. 107) destaca que geralmente "os textos eram longos e impressos com corpo de letra pequeno, nove, e, em alguns casos até com número oito, o que poderia prejudicar a leitura", e, postos em "blocos horizontais ou verticais, o que provocava no leitor uma tendência à monotonia e ao cansaço visual", pois parecia "ter uma preocupação maior com o discurso verbal, como se a severidade da forma respaldasse a seriedade do conteúdo". Apesar de tudo isso, não atrapalhava muito a legibilidade das edições de *Lampião*, "porque a vontade de lê-los era maior" (FIDALGO, 2013, p.43).

Os textos de *Lampião da Esquina* tinham um caráter político e "engajado", além disso, discutia abertamente assuntos como: aborto[67], sexualidade (masturbação[68], sadomasoquismo[69]), prostituição[70], homossexualidade (masculina[71] e feminina[72]), religião[73], política (movimentos homossexuais)[74], maconha[75] e violência (assassinatos[76] e estupros[77]) etc. Para trabalharem com temáticas tão sérias, as pessoas que escreviam os textos para *Lampião* faziam uso da ironia para deixar tais assuntos mais leves. Para isso, usavam e abusavam da ironia, do duplo sentido das palavras, não só do nome das seções – **Bixórdia** e **Troca-Troca** -, nem só dos textos – "Heterossexualidade: perversão ou doença?"[78], "A música popular entendida de dona Lecy Brandão"[79], "Repressão: essa ninguém transa"[80], "Os machões entraram em pânico"[81], "Vamos fazer um troca-troca"[82], "Homem objeto na relação"[83], "Lampião agora tem três anus" etc -, mas também das chamadas das capas, que

> eram elaborados com uma ironia alusiva a produções culturais. Na capa onde aparece a imagem do líder sindicalista e o futuro presidente do Brasil Lula tem os seguintes dizeres: "Alô, Alô, classe operária: e o paraíso nada!" (alusão ao bordão do comunicador José Abelardo Barbosa de Medeiros, o Chacrinha: Alô, Alô Teresinha!), "Eram os homossexuais astronautas?" (alusão ao livro de Erick Von Däniken, *Eram os deuses astronautas?* de 1968), "E o negro é ´beautiful`?" (alusão a letra da música de *Jimmy Cliff – Wondeful World: Beautiful People* de 1970), "Ao Pasquim com carinho" (alusão ao filme intitulado *Ao mestre com carinho* com Sidney Poitier no papel do protagonista), "Nos embalos de Calmon" (alusão direta ao filme *Embalos de sábado à noite* com John Travolta), "Um bonde chamado prazer" (alusão à peça *Um bonde chamado desejo* de Tennesse Willians), "O céu está caindo" (alusão ao HQ *Asterix* de Alberto Uderzo e René Goscinny), entre outros exemplos. (HEEREN, 2011, p. 110)

Não sei dizer como a ironia era interpretada pelo público leitor de *Lampião*, já que segundo Reginatto (2010) para entendê-la, precisamos de três competências: a linguística, que se baseia no fato de que temos de entender o que está implícito; a retórica, para que possamos

[67] Edição 11, abril de 1979.
[68] Edição 31, de dezembro de 1980.
[69] Edição 37, junho de 1981.
[70] Edição 30, novembro de 1980.
[71] Edição 8, janeiro de 1981.
[72] Edição 1, junho de 1978.
[73] Edição 26, julho de 1980.
[74] Edição 16, setembro de 1979.
[75] Edição 35, abril de 1981.
[76] Edição 6, novembro de 1978.
[77] Edição 5, outubro de 1968
[78] Edição 6, p. 2.
[79] Idem, p. 10.
[80] Edição 8, p. 7.
[81] Edição 17, p. 7.
[82] Idem.
[83] Idem.

perceber o afastamento das normas retóricas e literárias; e, a competência ideológica, que requer de nós a "capacidade e treino a fim de compreender um conjunto de valores sociais e culturais institucionalizados, os quais serão transgredidos" (REGINATTO, 2010, p. 51). Mas, como apontado por nós, o jornal estava repleto de ironias, e, se não pudéssemos compreendê-las, a leitura estaria comprometida.

1.3.4- **As seções de *Lampião***

LAMPIÃO da Esquina tinha várias seções. Algumas apareciam em quase todas as edições e outras tinham publicações esporádicas.

Opinião era a seção que equivalia ao editorial e era ocupada por opiniões pessoais dos membros do Conselho editorial sobre assuntos diversos. Ela desaparece a partir do jornal nº 7 e ressurge no nº 20 e vai somente até o jornal de nº 29.

Ensaio foi uma seção que se iniciou na edição de nº Zero e vai até a edição de número 29, com exceção das edições de nº 6, nº 10, 12, 14-17, 20-21, 24, 28, 30-37, em que não apareceu. Era composta de textos sobre temas, principalmente gays, escritos por colaboradores.

Ensaios populares foi uma seção que surgiu após uma carta do psicólogo carioca Aristóteles Rodrigues na edição de nº 4 elogiando o jornal e pedindo para colaborar. Assim, a seção segundo o próprio jornal, seria "uma espécie de 'fala o povo' (guei ou não), na qual, mensalmente, publicaremos um ou mais artigos enviados pelos leitores", mas tinha como condições de que o artigo não poderia "ter mais de cinco laudas datilografadas (laudas de 32 linhas)", e deveria "ser aprovado pelo Conselho (LAMPIÃO da Esquina, nº 8, p. 4). Aparece pela primeira vez na edição de número 8 e sua segunda e última aparição se dá na de número 9.

Já **Esquina** era uma seção com artigos mais informativos, e às vezes continha até textos traduzidos pelos colaboradores. No entanto, a partir da edição nº 8, seus textos passam a se tornar mais opinativos, como se tomassem para si o espaço que antes era destinado para a seção **Opinião**, e, que conforme indiquei, deixou de existir a partir do nº 7. É a única seção que aparece da edição número Zero à edição número 37.

A seção **Reportagem** continha matérias informativas, ou com assuntos das matérias de capa e também continha algumas entrevistas com pessoas famosas e anônimas. No entanto, a seção **Entrevista**, tomará a função de entrevistar para si, a partir da edição de número 13, tanto as personalidades da época e as do meio artístico, quanto as pessoas comuns dos

movimentos das “minorias”, michês, juízes, advogados, diretores e escritores de peças de teatro e filmes etc.).

Literatura era uma seção para poetas novos. Os textos eram enviados pelos leitores, e, era uma seção aberta a todos os que se dedicavam “com talento e verdadeiro empenho à poesia” (LAMPIÃO, 1978). Gasparino da Mata mensalmente selecionava algumas para publicação “mediante dois critérios: a qualidade e o enfoque lírico de uma das formas mais expressivas da comunicação humana - a sexualidade, dos pontos de vista que interessam aos leitores deste jornal” (LAMPIÃO, 1978). Como na edição de nº Zero o jornal havia prometido poetas novos, na edição de nº 1 ele anuncia a publicação dos escritos de 3 poetas consagrados - o paulista Mário de Andrade, o baiano Sosígenes Costa e o carioca Schmidt -, sob a justificativa de que

> a maioria dos poemas recebidos não chegou a tempo para a seleção prévia, e vai esperar até o próximo número. De qualquer forma, os Poemas aqui reunidos não o foram por acaso: primeiro porque eles representam uma incursão desses três poetas num território que geralmente lhes foi estranho (eles se referem à beleza do adolescente). Segundo porque os três provavelmente serão incluídos numa antologia de poemas malditos, cujo lançamento LAMPIÃO planeja para os próximos meses”. (LAMPIÃO da Esquina, 1978, p.10)

Tendências era uma seção cultural que tinha as subseções *O Livro* (resenha e indicação de um livro, geralmente, sobre sexualidade), *A Exposição* (indicação de exposições de arte em São Paulo ou no Rio de Janeiro), *A Peça* (indicação de peças teatrais para os paulistas e cariocas) e *O Filme* (continha a análise de um filme, geralmente nacional, e que apresentasse alguma personagem homossexual).

A seção **Cartas na mesa** tinha como ideia ser

> uma espécie de tribuna através da qual seus leitores possam se expressar à vontade, inclusive fazendo críticas ao próprio jornal. É possível chegar ainda mais longe: esta seção será ampliada de acordo com a correspondência recebida, e poderá ir até a publicação de artigos, foros, etc. enviados pelos leitores e que se enquadrem na linha de ideias que norteou a criação do jornal. (LAMPIÃO, nº zero, 1978, p.14)

Todavia, a seção ficou responsável por esse contato entre os leitores - que em suas cartas publicadas opinavam, discutiam e debatiam as matérias apresentadas pelo jornal *Lampião* -, com as pessoas responsáveis pelo jornal - que comentavam as cartas recebidas. Foram publicadas 303 cartas ao todo, ocupando uma ou duas páginas do jornal, e, devido a resposta a uma carta que não pode ser publicada na edição de nº 13 por ser muito grande, deduz-se que as páginas possuíam 72 centímetros:

> Atenção, Iara Reis não deu pra publicar tua carta nesse número, porque são 60 centímetros de texto (pra você ter uma idéia todas as cartas publicadas nesta página somadas, dão 72 centímetros). Ela teria que ser editada, mas, como é um assunto muito polêmico, a gente prefere que você mesma faça esse trabalho. Não dá pra diminuir uns 20 centímetros (40 linhas)? Se não, a gente vai ter que deixar de publicar outras cartecas de leitores pra só publicar a tua, e isso é muito chato.) (LAMPIÃO, nº 13, 1979, p. 19)

A partir da edição de nº 5 até a edição de número 28, foi publicada a seção **Bixórdia**, que reaparece na edição de nº 30, e, da edição nº 33 à de nº 35. *Lampião* viria explicar o que viria ser a **Bixórdia**:

> Está no dicionário de Mestra Mambaba: BIXÓRDIA, s.f; em machés, palavra originária de bicha, s. i. (substantivo indefinido), somada a mixórdia, s.f mistura, bagunça. Representação do que é livre, autopermitido. Tudo é sério, nada é traste. Paradoxo i'iwi (finíssimo, adorei) em que se misturam viados, bichas, perobos, tias, sobrinhas, primas, entendidos, gueis, transadores, mariconas, paneleiros, frescos, frutas e xibungos. Por ext.: Vale tudo, né queridinhas? (LAMPIÃO da Esquina, 1978, p. 12)

Bixórdia era uma espécie de coluna social de teor satírico marcada pela utilização de palavras típicas da "cultura" gay que fazia humor através de uma linguagem cheia de expressões e gírias "entendidas", e, com frases curtas e impactantes. Trazia fofocas, denúncias, fazia provocações e escrachava a vida homossexual (CRUZ, 2019, p. 41). Era assinada por uma personagem mítica, criada pelos editores, Rafaela Mambaba, que poderia ser incorporada por qualquer um dos editores do jornal (HEEREN, 2011, p. 176).

A partir da edição nº 18, *Lampião da Esquina* publicou a seção **Troca-troca**, que era o espaço para paquera onde perfis de leitores eram publicados para eventual correspondência entre os interessados (ARIAS; AMARAL, 2016, p.115). Com o título "Vamos todos fazer um Troca-Troca?", *Lampião* esclarecia que parecia uma agência dos correios, com cartinhas pra todo o lado, pelo tanto de números de cartas enviadas à redação pelos leitores que queriam um relacionamento, assim, como não poderia deixar essas pessoas na mão, resolveram criar esta seção, que, a partir do número 18 atenderia pelo mimoso nome de **Troca-Troca**.

Os leitores mandavam os seus anúncios, e *Lampião* os publicavam inteiramente grátis até a edição de nº 36, que começou a cobrar 70 cruzeiros em selos (LAMPIÃO, nº 36, 1981, p. 2). Todavia, tinham que ser anúncios bem sucinto, contendo o nome, endereço, assuntos preferidos, etc., e não podia conter "expressões inconvenientes". Como a seção só começou a ser publicada depois desse esclarecimento, realizado na edição de nº 17, a seção era editada num corpo bem menor, e, só saiu "neste número com estas letras enormes só para chamar a atenção de vocês" (LAMPIÃO, nº 17, p. 7). É importante chamar a atenção para dois fatos: a partir da edição de nº 29, *Lampião da Esquina* começou a pedir aos leitores para mandar junto

ao anúncio uma xerox da carteira de identidade para “evitar a ação de bichas maléficas, que estão mandando anúncios em nome de suas Inimigas, pra que elas recebam centenas de cartas (é isso mesmo queridinhas: centenas) sem saber porquê...” (LAMPIÃO, nº 29, 1980, p. 4), e, caso os leitores quisessem, a partir da edição de nº 33, Lampião passou a fornecer a opção de publicar juntamente com o anuncio uma foto 3 x 4 do anunciante, bastando a este enviar para a editora um cheque de 500 cruzeiros (LAMPIÃO, nº 33, 1981, p. 2)

Lampião não curtia “muito essas coisas de fazer um jornaleco sempre muito igual” (LAMPIÃO da Esquina, nº 10, p. 4), e, por isso publicava seções que apareciam esporadicamente:

Ativismo, apareceu das edições de nº 20 à de nº 28, e na de nº 31 à edição de nº 35, com publicações de notícias e reportagens sobre grupos organizados de militância e movimentos sociais de luta das “minorias”.

Festim, foi outra, e apareceu nas edições 22, 23, 25, 33 e 37 com dicas de festas ou comentando sobre alguma festa que aconteceu.

Violência surgiu na edição 20 e depois voltou a aparecer nas de número 21, 25 e 26; continha notícias e reportagens de assassinatos de homossexuais e mulheres, e, de prisões arbitrárias de travestis e pessoas que se prostituíam.

Bofarada apareceu da edição 22 a edição nº 25 e na edição de nº 27, trazendo fotos de garotos/homens, com ou sem roupa, a cada Edição; depois reapareceu nas 3 últimas edições – nº 35, 36 e 37 – com o nome **Colírio**.

Verão surgiu no número 31 e depois só apareceu na edição 32 contendo dicas de praias e de lugares ou eventos para ir nessa estação.

Denúncia aparece no número 26 e no número 33 com denúncias de violência feita às travestis.

Ecos do Carnaval surgiu e apareceu só na edição 34; continha notícia sobre os carnavais pelo Brasil.

Nostalgia surgiu e apareceu somente na edição 35 e falava sobre algum lugar que serviu de encontro para os homossexuais.

Medicina apareceu somente na edição nº 35 com uma reportagem sobre doenças venéreas.

Bandeira surgiu só na edição 36, para problematizar a questão da pedofilia e defender o direito dos adolescentes de transarem com quem quiserem, além é claro, de se mobilizarem para exigirem esse direito.

Porrada apareceu na edição nº 37 com um texto que refletia sobre o fetiche de apanhar e ser desprezado pelo parceiro.

Enquete surgiu também só na edição 37 e questionava os entrevistados sobre o que eles fariam caso vissem o seu marido beijando outro homem.

Classificados sem Caráter surgiu na edição de número 7, através da ideia do leitor paulista João Alberto Dalcomuner, que publicou gratuitamente o primeiro anúncio, por ter sugerido tal seção, e que se identificou como "Paulista", de 21 anos, que queria trocar cartas, selos ou postais com pessoas interessadas. A seção apareceu também na edição de nº 8, e, para terem publicados os seus anúncios, os leitores pagavam o valor de Cr$ 3,00 por palavra publicada, e, o texto do anúncio deveria ser enviado pronto, e junto com ele, o cheque ou vale postal em nome da Editora Esquina. Na edição de nº 8, foram publicados os anúncios: de Glauco, São Paulo, que procurava por homens japoneses para "trocar selos, postais, santinhos e catecismos. Ou algo mais interessante"; um anúncio em que se negociava um quadro de Lula Cardoso Ayres, gravuras de José Altino e xilogravuras de Djanira; e, o anuncio de Beto Coelho, Rio de Janeiro, que queria conversar com pessoas de todo o Brasil, menos sobre política. A seção reapareceu nas edições de nº 10, com dois anúncios sem identificação: um vendia a coleção quase completa do jornal Pasquim, faltando cerca de 20 números, e, o outro uma coleção da revista Senhor; nº 11, com os mesmos anúncios que apareceu na edição anterior, acrescido do anúncio do paulista José Fonseca, que queria vender 6 revistas gueis americanas por 200 cruzeiros cada; e na edição de nº 12, um anúncio de João Alberto Daldomuner procurando um sócio "filhinho de papai para montar uma produtora de filmes", e, o anuncio de uma pessoa que se nomeou como "Anjo caído", Rio de Janeiro, que queria trocar correspondências com pessoas de outras cidades.

Badalo surgiu na edição de nº 10 e apareceu depois na edição de nº 12; trazia informações sobre outros jornais gays e grupos internacionais; esta seção foi criada para satisfazer os leitores que desde o nº 1 pediam por ter informações de outras publicações no exterior, e, o nome "ia ser mais pomposo, algo assim como 'Gays around the World', mas no fim optamos por uma coisa mais simples: Badalo, curto e grosso" (LAMPIÃO, nº 10, p. 4).

1.3.5- **Anúncios e propagandas**

> Há anúncios vendendo o estilo de vida guei, a moda guei, a literatura guei, o perfume guei, as excursões gueis, o seguro de vida guei, a mobília guei, o relógio, o corte de cabelo, a massagem, as jóias, tudo guei. E ainda os métodos milagrosos para a cura da impotência, o crescimento do pênis,

> lições de halterofilismo a domicílio etc. Tudo prático, é só pagar. (Lampião da Esquina, nº 2, 1978, p. 5)

Os anúncios só começam a partir da edição nº 2 de *Lampião da Esquina*, que teve só o anúncio da "Galeria Ypiranga (GY) Antiguidades: Molduras, máscaras decorativas, Móveis coloniais maciços - Oratórios Floreiras - Apliques - Porta-jóias –Etc". Na edição 3, Lampião já ganha mais um anunciante a discoteca "266 – West: The Gayest Discotheque in town". Já na edição número 4, para além desses dois anúncios, também começaram a circular pelas páginas do jornal o Instituto de Idiomas Yazigi, a boate Gay Club, as saunas Termas Flamengo e Thermas Danny, e, o anúncio do advogado Luiz Gonzaga Modesto de Paula. Na edição de número 5, já temos os anúncios de detetive feminina, do Celso's Bar e da Clínica para cães e gatos - Rebouças e Bandeirantes. Na edição de número 6, também começam a circular os anúncios de Aulas Particulares de Inglês e Francês, e, de Depilação definitiva Stela. Foi somente na edição número 9 é que surgiu um novo anunciante: a discoteca Studyo Twenty Four-0. Na edição de número 10 também surgem os anúncios do psicólogo Aristóteles Rodrigues, e, da Plantiva - Plantas Decorativas com Arte. Até a edição 15, não houve mais anunciantes diferentes, e a partir dessa publicação, começou a serem anunciados a boate Sotão Discoteque, um Curso de Arte, a arquiteta Victoria Kuhn e o Médico homeopata Hélio Dalefi.

Rodrigues (2016) ressalta que a maioria dos anúncios que circulou no jornal resumem-se a clubes noturnos, saunas, tratamentos estéticos e decoração. Assim, partindo do princípio de que "tais propagandas demonstram como a sociedade [pode] enxerga[r] o homossexual", e, de que normalmente ela "parte do pressuposto de que homossexual e mulheres têm os mesmos gostos, interesses", o autor afirma que os anunciantes confirmavam ao anunciar tais produtos e serviços no jornal "que o homossexual tem os mesmos gostos femininos, partindo da ideia criada de que a mulher tem interesses naturais por determinadas áreas e os homens também" (RODRIGUES, 2016, p. 170). Tendo a discordar de Rodrigues (2016) por dois motivos. Primeiro, porque podemos encontrar também anúncios de antiquário, de livros, filmes, peças de teatro, galerias, profissionais liberais (arquitetos, advogados, detetives, professores particulares), profissionais da saúde (psicólogos e médico homeopata), e, de clínicas para animais. E, o segundo motivo, é que não podemos esquecer que o jornal também era voltado para mulheres.

Os anúncios vinham de São Paulo, Curitiba, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Entretanto, o espaço vendido para publicidade no jornal foi muito pequeno, talvez mesmo

pela dificuldade na inserção de anúncios e propagandas num “jornal de viado”, porque querendo ou não, o anunciante seria rotulado como um apoiador dos homossexuais e da homossexualidade, então acredito que tinha resistência para se fazer anúncios em *Lampião da Esquina*. Vejam, o que Lampião publicou:

> “A sobrevivência do nosso jornal depende também de anúncios. Se você é um possível anunciante, de mentalidade avançada e sem preconceitos, dê-nos o seu apoio lembrando que também consumimos tudo o que os demais consomem. É verdade que somos uma parcela da população do país que é considerada minoria mas que, apesar disso, chega a ser alguns milhões (você sabia?). Portanto, aqui está um potencial de energia (e de Consumo) que ainda não foi inteligentemente aproveitado. Mande-nos a sua sugestão na forma de um anúncio da sua firma ou produto”. (Lampião, nº zero, 1978, p.14)

Lampião reconhecia a importância dos anunciantes para tentar manter o jornal em circulação, e, desde a primeira edição, vemos que eles convidam as pessoas “de mentalidade avançada e sem preconceitos” para os apoiarem, apelando até para o bom senso de que são milhões de consumidores. Mas, nem todos ouviram esse chamado.

Vale destacar que *Lampião da Esquina*, a partir da edição número 6 começou a se anunciar, e, se utilizou de várias chamadas para que as pessoas o assinassem:

Figura 10. Fonte: Lampião da Esquina.

O anúncio da figura 10 encontramos no jornal *Lampião* da edição nº 6 até a nº 10.

Figura 11. Fonte: Lampião da Esquina.

Já o anuncio da figura 11 foi publicado da edição 11 até a edição 15, e, nele está escrito: “Cara, você já leu o Lampa deste mês? - Claro! Por falar nisso, já está na hora de renovar sua assinatura”.

Figura 12, Fonte: Lampião da Esquina.

O anuncio da figura 12 foi publicado da edição 16 até a edição 18 de *Lampião*. Nela podemos ver um modelo só de calção ao telefone. Já o anúncio da edição 19 (fig. 13), é um pouco mais ousado, tendo um modelo só com cueca, gorro de natal e uma taça de champanhe na mão. Assim como o anúncio da edição 20 (fig. 14), que tem um título com sentido duplo ao trazer um modelo de cueca e o termo “pau”.

Figura 13. Fonte: Lampião da Esquina.

Figura 14. Fonte: Lampião da Esquina.

Na edição 21 (fig. 15), já temos a inserção de um modelo negro de cueca e colar havaiano. O problema é que coloca este anúncio dizendo que “no carnaval tudo é permitido”, o que dá a entender, que somente nesse período é que os homens negros podem ser desejados e alcançados.

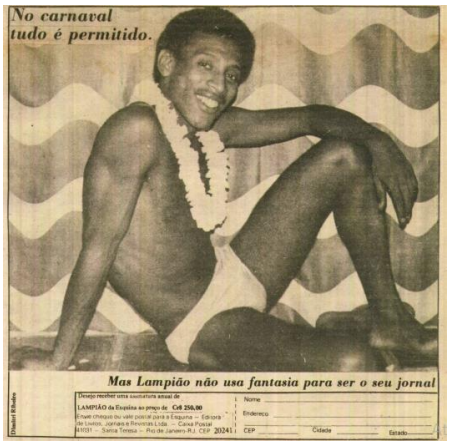


Figura 15. Fonte: Lampião da Esquina.

Os anúncios publicados das edições 22 até a de número 26, já não trazem mais modelos de cueca. O da edição 22 (fig. 16) traz dois sapatos masculinos pisando no chão antiderrapante, chamando atenção para tomarmos cuidado aonde pisamos, ou seja, para não escolhermos qualquer produto duvidoso, e sim ficar com o que conhecemos, no caso com o jornal *Lampião*. Na edição 23 (fig. 17), temos uma ironia, onde temos uma modelo feminina corpulenta com uma moldura desenhada à sua volta, e, o título dizendo que o jornal “não precisa de molduras para disfarçar seu conteúdo”. A edição 24 (fig 18), também trabalha com a ironia, pois traz a frase que dizia que se Lampião “existisse na minha época as coisas teriam sido diferentes: as bichas fariam a minha cabeça” e é associada como sendo da Rainha Vitória, rainha do Reino Unido a partir de 1837, conhecida pelas “execuções públicas e por ser conservadora em assuntos relativos à moral e direitos da mulher” (MELO, 2019). Já a edição 25 e 26 (fig 19) usam um modelo com fantasia de palhaço, para falar no anúncio que Lampião é o jornal que não trata o hoossexual como um “palhaço”.

Figura 16. Fonte: Lampião da Esquina.

Figura 17. Fonte: Lampião da Esquina.

Figura 18. Fonte: Lampião da Esquina

Figura 19. Fonte: Lampião da Esquina.

Já a edição 27 e 28 (fig. 20) já insere uma travesti, com os seios de fora, e com ironia fala que é para assinar o jornal “que não tem vergonha de você”. E na edição 29 e 30 (fig. 21) temos a cantora Leci, que é uma mulher negra e homossexual, falando que as pessoas têm que verem o seu lado homossexual como uma “coisa séria”. Já do número 31 até o 34 (fig. 22), o anuncio retorna com um modelo masculino sem camisa e com o corpo, do abdômen para baixo, abrindo o short jeans, para dar um ar sensual que complementasse “e ganhe um presente de dar água na Boca”. E por fim, os anúncios das edições 35 até a edição 37 (fig. 23), que traz um homem com trajes femininos, sentado e com feição pensante ao ter no rosto os dedos encostados, com a frase “Não fique aí sentado esperando a Revolução. Tenha um orgasmo agora!!! Leia e assine LAMPIÃO”, fazendo uma crítica à esquerda que relegava a sexualidade ao segundo plano em detrimento de uma suposta revolução que não chegava.

Figura 20. Fonte: Lampião da Esquina.

Figura 21. Fonte: Lampião da Esquina

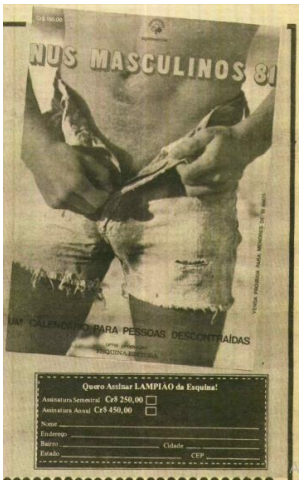


Figura 22. Fonte: Lampião da Esquina.

Figura 23. Fonte: Lampião da Esquina.

Para finalizar, queria destacar que *Lampião* oferecia dois serviços aos leitores para angariar mais dinheiro para se manter: **Utilidade** e **Atendimento postal**. O primeiro surgiu oferecido na edição de nº 25, cuja taxa cobrada pelo anúncio seria de Cr$ 120,00, e o texto não poderia ultrapassar um total de 20 palavras. O serviço **Utilidade** era destinado a publicações de anúncios de pessoas que estivessem procurando emprego ou oferecendo empregos a homossexuais. Só foi usado nas edições 27 e 28.

Já o serviço de **Atendimento postal** ocorreria a partir do número 36, como foi publicado na edição 35, mas não vingou. Seria um serviço destinado aos leitores para exporem dúvidas e questões a respeito de doenças venéreas, que seriam respondidas pelo Dr. Antônio Carlos Fonseca, que as responderiam. Assim, o jornal publicaria as perguntas e respostas para esclarecimento de outros leitores que tivessem as mesmas questões.

1.3.6- **Rubricas, Charges, cartuns e história em quadrinhos: o humor gráfico em Lampião**

Por humor gráfico, entendo uma categoria geral de construções iconográficas que apresenta diversos gêneros de linguagens iconográficas, dentre os quais destaco as charges, cartuns, caricaturas, e histórias em quadrinhos (MIANI, 2012, p.39; RIANI, 2002, p.20). Todos estes gêneros pertencem ao humor gráfico e apresentam em comum o elemento do humor.

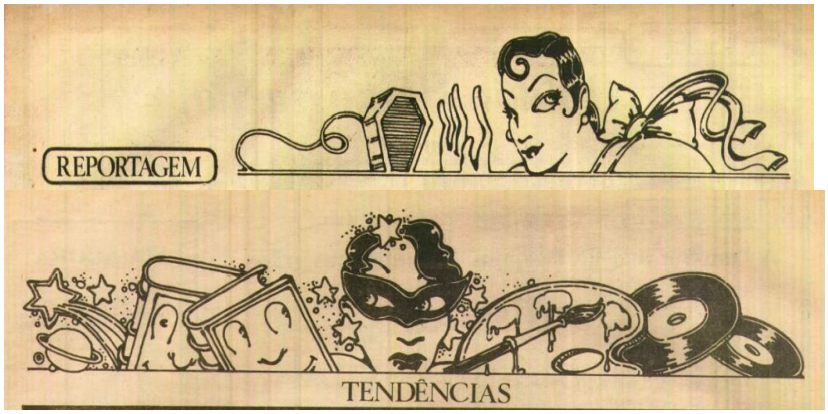
O humor gráfico aparece em *Lampião*, e, como normalmente se confunde muito charge e cartum, queria destacar que a charge - palavra originada do termo francês *charger*, que significa carga, exagero -, é um texto visual que pode se apresentar só através de imagens ou combinando imagem e texto – utilizado para complementar a informação ou o sentido humorístico da imagem -, e, que possui a capacidade de abordar, de forma condensada e humorada, assuntos do dia-a-dia tecendo uma crítica violenta a um determinado fato, personagem ou acontecimento político, e, por isto, é limitada à uma dada temporalidade onde estes fatos ou personagens se contextualizam, pois, para compreendê-la faz-se necessário recorrer a esse repertório de informações(ROMUALDO, 2000, p.21). Já o cartum - chamado também em alguns casos de anedota gráfica, tem sua origem do termo inglês *cartoon*, que por sua vez veio do termo italiano *cartone* (cartão), que foi aportuguesado no Brasil pelo cartunista Ziraldo (VIEIRA, 2010, p. 112) -, seria uma espécie de caricatura que também mistura imagem e texto, mas não teria emprego jornalístico, por sua atemporalidade, por sua "não referencialidade" com a atualidade e por sua ausência de alusões aos fatos jornalísticos, ao contrário da charge, que carregaria essas características (MELO, 1994, p. 168). Camilo Riani (2002, p. 34) enfatiza que o cartum não necessita ter uma relação com fatos reais ocorridos ou com personalidades públicas, e, que o seu objetivo é tecer uma crítica das manifestações do cotidiano que se repetem ao longo do tempo, satirizando comportamentos em sociedade.

É importante destacar que *Lampião*, da edição zero até a edição de número 2, não contavam com elementos do humor gráfico, e, isso só veio a mudar porque na edição de número 1 recebeu uma carta anônima que o recomendava a "Aumentar a frescura", pois, estava "sério demais. Quase não tem piadas, frescurinhas. Está uma literatura pesada e triste", e, respondeu tal carta reconhecendo que o "número zero ficou mais sério do que pretendíamos. Essa é uma coisa a ser corrigida" (Lampião da Esquina, nº 1, 1978, p. 15).

Inicialmente Lampião fez uma modificação nos textos para a edição de número 2, cujos textos não estavam mais tão sisudos, porque "quando as 11 pessoas que compunham o conselho editorial resolveram lança-lo, ficou decidido que o jornal poderia renascer, ser renovado a cada número", e, por isso o jornal "modificou a linguagem séria do nº zero para um tom mais descontraído", que, no nº dois, provocou cartas contestadoras[84] de alguns leitores e outras de apoio[85] (Lampião da Esquina, nº 3, 1978, p. 2).

Lampião reconhecia então que precisava se tornar menos sério, e que isso não dava para fazer só com os textos, que era preciso humor gráfico, mas tinha problema para fazer isso, pois não se tinha muito espaço no jornal, e por isso, estavam esperando "pintarem os anunciantes" para poder "aumentar o número de páginas e jogar mais com ilustrações" (Lampião da Esquina, nº 2, 1978, p. 15). Além disso, nenhum cartunista e chargista havia oferecido colaborar com o jornal para contestar "as fórmulas rígidas do mercado machista e partir para um humor mais descontraído e realmente demolidor" e por isso os desafiou a ousadia de ajudarem *Lampião* com isso (Lampião da Esquina, nº 3, 1978, p. 2).

Como iria demorar um pouco até surgir um corajoso chargista, Patrício Bisso, aceitou a dar um pouco de humor ao jornal *Lampião* "a desenhar uma série de rubricas – ou selos - para as nossas páginas" (idem).



[84] "(...) Por favor, gente boa, nada disso! Sem frescura, pois ai cai de novo no ridículo e não leva a nada. Além disso, já está na hora de tomar uma conscientização maior sobre a coisa e tentar entender a própria posição e a posição da sociedade com relação ao fato. Frescura é divertida, é jocoso, coisa e tal - mas na casa do vizinho ou em certos programas de TV. Nunca dentro da família de cada um. Vamos manter a coisa dentro de um limite de seriedade, debatendo, informando, conscientizando, mas as frescuras ficam para o carnaval". Carlos Schorr. Abrindo as sete chaves. In: **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro nº 2, 1978, p. 14.

[85] "Sabe, concordo com alguns leitores da seção de cartas, quando dizem que o jornal precisa de mais humor, de mais frescura. Realmente, Lampião ainda está muito sisudo. Precisa de mais graça, de mais pena de pavão. Acho que não é difícil conseguir bons colaboradores com charges, cartuns". Sandra Maria C. de Albuquerque. Mais penas de pavão. In: **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro nº 2, 1978, p. 15.

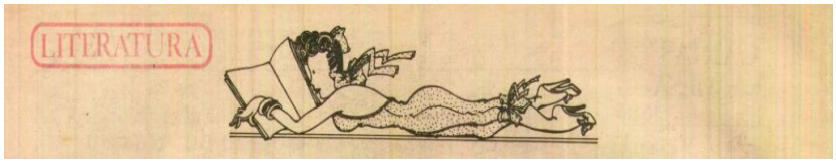


Figura 24. As rubricas/selos/vinhetas de Patricio Bisso. Fonte: Lampião da Esquina.

As rubricas de Bisso, conforme Rodrigues (2007, p. 109), eram "desenhos a bico de pena que remetem ao art nouveau; ilustrações com detalhes, um certo requinte e um pouco de humor", que apareciam em *Lampião* junto às seções **Reportagem**, **Tendências** e **Literatura** até a edição de número 26 para "dar um certo frescor" ao jornal já que contrastava "com a rigidez da diagramação" (idem). Como podemos observar na figura 24, a rubrica da seção **Reportagem** era uma figura andrógina de frente a um microfone; para a seção **Tendência**, era uma outra figura andrógina, se não a mesma, só que em seu entorno tinha livros, discos e paletas de cores; e por fim, na seção **Literatura**, temos uma mulher disposta horizontalmente lendo um livro.

Quanto aos cartuns, *Lampião da Esquina* publicou 5. O primeiro cartum (fig. 25) aparece na edição de número 3, desenhado por Jônio, que brinca com o trocadilho de "viado" e "veado".

Figura 25. Fonte: Lampião da Esquina.

O segundo cartum (fig. 26) aparece na edição 4 feito por Rick e que tem o cenário de duas mulheres na cama, que normalmente são vistas como amigas, quando na verdade podem ser um casal.

Figura 26. Fonte: Lampião da Esquina.

O terceiro cartum (fig. 27) foi publicado na edição 11, por Lublin, que questiona o machismo pois traz o personagem masculino como um herói, o provedor, e que por ter salvado a personagem, se achava no direito de cobrar algo dela, que disse a ele ser lésbica.

Figura 27. Fonte: Lampião da Esquina.

O quarto cartum (fig. 28) foi publicado sem identificação no número 11 de *Lampião*. Nele temos uma espécia de arca, onde estão entrando os casais para serem salvos, e vemos um casal de homossexuais masculinos.

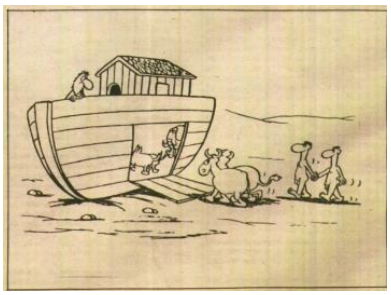


Figura 28. Fonte: Lampião da Esquina.

O quinto cartum (fig. 29) foi publicado por Bultram na edição 14, e, traz o cenário pré-histórico em que temos pelo menos um casal homossexual, o de homens, e duas mulheres questionando o futuro. Poderia interpretar esse cartum como um questionamento ao esteriotipo de casais homossexuais, onde um teria que ser mais afeminado e outro mais masculizado, algo que discutiremos no capitulo 3.

Figura 29. Fonte: Lampião da Esquina.

Já as charges, a primeira aparece na edição 6 (fig. 30), assinada por Hidelbrando, onde temos Getúlio Vargas próximo da figura de Carmem Miranda, mas ao invés de ter frutas na cabeça, tem o palácio do Catete.

Figura 30. Fonte: Lampião da Esquina.

E a segunda aparece na edição 8 (fig. 31), publicada por Hélio, onde temos o mesmo personagem homossexual, só que em uma está mais masculinizado e na outra mais afeminado.

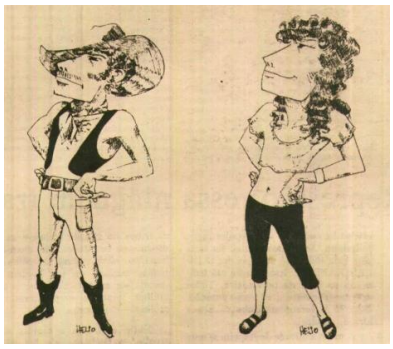


Figura 31. Fonte: Lampião da Esquina.

Mas foi na edição de número 10 de Lampião, que aparecia o chargista que ficou em segundo lugar em publicações de charge no jornal: Hartur. Que foi apresentado aos leitores da seguinte maneira:

> Que homem engraçado, meu Deus! Hartur, de 23 anos, é um gaúcho de Porto Alegre. Já colaborou no Coojornal e na Zero Hora, dessa cidade, e agora Lampião lança-o como cartunista a nível nacional. A relação entre pais e filhos, jovens e adultos é um dos seus temas preferidos, além da ecologia, da corrupção etc., etc. etc. Hartur nos promete para o próximo número uma charge sobre as bonecas da Avenida Independência, de Porto Alegre. Agora, meninos, cuidado, se por acaso o encontrarem fazendo pesquisas: Hartur, além de motoca, é faixa preta de judô. (Lampião da Esquina, 1979, nº 10, p. 5)

Hartur publicou suas charges do número 10 até o número 25, contabilizando 15 charges no total[86]. Seus temas preferidos são a relação entre pais e filhos, repressão, economia, exílio, ecologia e corrupção (RODRIGUES, 2007, p. 110). Abaixo apresento duas charges (fig. 32 e 33) dele publicada em *Lampião*.

Figura 32. Fonte: Lampião da Esquina.

Figura 33. Fonte: Lampião da Esquina.

Na edição 21 apareceu Levi, que permanece até o final, podendo ser considerado o chargista do jornal, já que publicou 35 charges[87]. Com Levi a charge passou a fazer parte da matéria, ilustrando na maioria das vezes uma reportagem. Levi abordava temas mais ligados a sexualidade, religião e discussões voltadas às chamadas minorias, principalmente com referência temática a pobreza, marginalização do negro, emancipação feminina e violência policial. A seguir apresento duas de suas charges (fig. 34 e fig. 35):

[86] Hartur publicou 15 charges em *Lampião*: uma nas edições de nº 10, nº 11, 13, 14, 22, 23 e 24, e, duas cada nas edições 15, 18, 19 e 25.
[87] Levi publicou uma charge nas edições de nº 25, 28, 34 e 36; duas nas edições 23, 24, 27 e nº 30; três charges cada nas edições de nº 21, 26 e 31; quatro nas edições 29 e 35, e, seis charges na edição nº 22.

Figura 34, Fonte: Lampião da Esquina.

Figura 35. Fonte: Lampião da Esquina.

Dentre o total de 58 charges, somente duas não continham assinatura do chargista, e, foram publicadas nas edições 31 e 34 de *Lampião da Esquina*. Foram ao todo 4 chargistas identificados: Helio, Hidelbrando de Castro, Hartur e Levi. Hélio publicou em duas edições: a de nº 8 e a nº 13. Hidelbrando, por sua vez, publicou em 3 edições: nº 6, nº 12 e nº 32. Hartur e Levi se destacam como os que mais contribuíram com suas produções, pois juntos publicaram cinquenta das cinquenta e oito charges veiculadas.

Por fim, o humor gráfico tentou estar nos quadrinhos do HQ "Ave Noturna", que eram de José Carlos Mendes, que não mandou uma identificação sua quando enviou o material para publicação, então a "única forma de entrar em contato" com ele foi publicando a sua HQ na edição 21 (LAMPIÃO, Edição Extra 1, dezembro de 1979, p. 24)

A HQ Ave Noturna, contava a história de um super-herói que protegia os gays que andavam pela cidade à noite. Na sua primeira aparição, como disse na edição 21, a história ocupou uma página inteira do jornal *Lampião* (fig. 36). Nela, um jovem rapaz na noite de Copacabana estava em busca de aventuras amorosas, mas é surpreendido por dois rapazes que

queriam torturá-lo. Estes dois rapazes obrigam o jovem a se despir, e, depois de iniciar a tortura são surpreendidos com a chegada do herói, que os reconhecem de outros episódios de discriminação. Eles fogem e o herói Ave noturna ajuda o rapaz a se vestir, e, ao invés de mostrar sua superioridade, diz ao jovem que ele precisa aprender a se defender sozinho e que ele pode ser corajoso, bastando apenas querer (Lampião da Esquina, nº 21, 1980, p. 13).

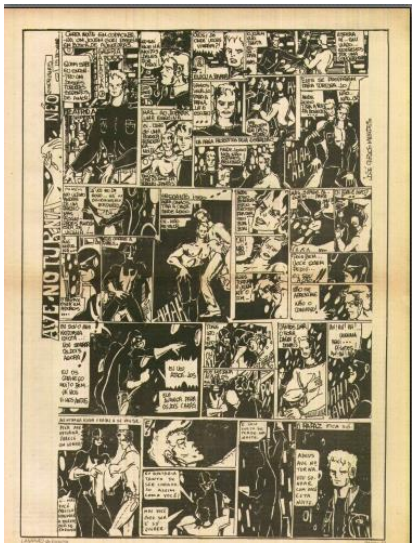


Figura 36. Fonte: Lampião da Esquina.

Já na sua segunda aparição, no número 22, Ave Noturna ocupou apenas meia página de *Lampião da Esquina* (fig. 37). Desta vez a história se passa na saída do cinema íris onde os policias prendiam os frequentadores, principalmente os travestis, mesmo portando documentos para não serem apreendidos por "vadiagem". Mas os policiais não se importaram com isso e continuaram a coloca-los nos camburões pelo fato de serem "viados", até que chegou o herói Ave noturna dizendo que o que eles estavam fazendo era ilegal. Os policias vão embora e Lampião fala para as pessoas que estavam sendo presas que elas precisam aprender a lutar (Lampião da Esquina, 1980, nº 22, p. 17).

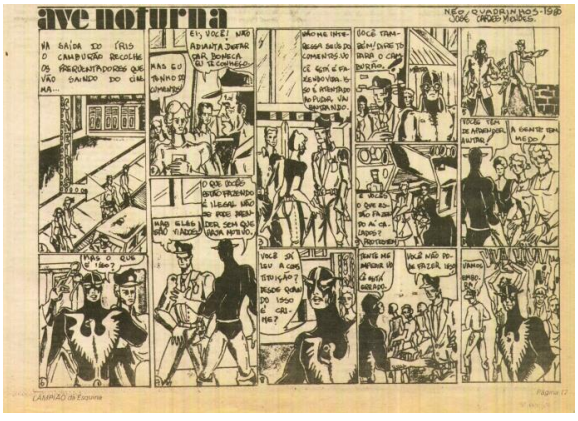


Figura 37. Fonte: Lampião da Esquina.

Na sua terceira e última aparição, na edição 23, a HQ Ave Noturna também ocupou somente metade da página (fig. 38). Nesta última história ambientada em Ipanema, dois rapazes tentam assaltar um homem, chamando-o de “boneca”, que diz não ter dinheiro. Eles então falam para ele tirar a roupa, mas antes disso chega o Ave Noturna que os impedem de realizar o assalto. Um dos bandidos era o “Mão branca” (um personagem inventado pela imprensa da época para dizer que era ele quem agredia os homossexuais). A história termina com Ave Noturna levando os bandidos para a polícia (Lampião da Esquina, nº 23, 1980, p. 17).

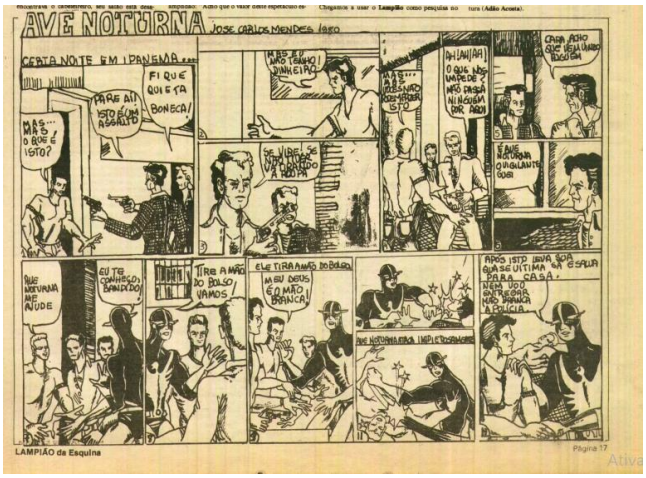


Figura 38. Fonte: Lampião da Esquina

Heeren (2011) chama a nossa atenção para que vejamos as histórias em quadrinhos como tendo uma função de entretenimento, de lazer, mas também uma função mítica, pois “são capazes tanto de alienar como de conscientizar por sua relação com a realidade social” (HEEREN, 2011, p. 124). Após ler as três edições do Ave Noturna, considero que ele conseguia embarcar a dimensão de divertimento, mas também “desenvolvia no leitor uma visão crítica da sociedade e de si mesmo”, pois ao se criar um vigilante gay para protagonizar as histórias, o autor se aproximou da estética hollywoodiana, mas transportou para o universo gay uma forma invertida da ideologia propagada pelos norte-americanos, pois ele não é “um super-herói que instaura uma relação paternalista de dependência”, que é o que fazem os heróis americanos, já que os problemas só são resolvidos pelo socorro urgente que ele proporciona, pelo contrário, Ave Noturna é um super-herói que “exerce o papel de conscientização com sua abordagem anti-paternalista” (HEEREN, 2011, p. 127-128).

Infelizmente, Ave Noturna ou não agradou os leitores ou o conselho editorial de *Lampião* simplesmente o parou de publicar. Não consegui encontrar nenhuma carta ou qualquer outro texto nem elogiando e nem protestando pelo seu desaparecimento no jornal.

1.4) SAINDO DO GUETO[88]

> (...) é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara a sua experiência sexual corno uma espécie de maldição, que é dado aos ademanes e que sempre esbarra, em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, neste fator capital: seu sexo não é aquele que ele desejaria ter. (Lampião, número zero, 1978, p. 2)

Considerando gueto um espaço social restrito e compartilhado por sujeitos homossexuais, onde podiam assumir, com relativa tranquilidade, a sua sexualidade, como praças, bares, boates, banheiros e saunas, acredito que a saída do gueto parecia ser uma das principais preocupações do *Lampião*. Afirmo isto, pois os homossexuais que se estabeleciam nesses locais por lá permaneciam fazendo o que queriam, mas tudo às escondidas, marginalizados.

Acredito, que quando *Lampião* surgiu, estava interessado em encarar o desafio de, enquanto uma publicação gay, assumir a luta para que todos os homossexuais fossem aceitos para que pudessem vivenciar sua sexualidade onde e quando quisessem. De todo modo, *Lampião* não queria obrigar ninguém a "sair do armário", como fica claro na nota que publica para justificar o porquê de não ter publicado ainda uma matéria sobre os "segredos do futebol", pois depois de "redigi-la, ficou bem claro que não poderíamos publicá-la sem entrar num clima de entregação que não é o nosso", ou seja, ficava intacta a promessa inicial do jornal: "respeitar os direitos de quem quiser continuar enrustido" (Lampião, nº 1, 1978, p.15).

Mas, como o *Lampião da Esquina* mesmo aponta e reivindica em nome da minoria, ele não queria só se assumir e ser aceito, porque o que queria realmente era resgatar a

> condição que todas as sociedades construídas em bases machistas lhes negou: o fato de que os homossexuais são seres humanos e que, portanto, têm todo o direito de lutar por sua plena realização, enquanto tal. Para isso estaremos mensalmente em todas as bancas do país, falando da atualidade e procurando esclarecer sobre a experiência homossexual em todos os campos da sociedade e da criatividade humana. Nós pretendemos, também, ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados - dos negros, índios, mulheres, às minorias étnicas do Curdistão: abaixo os guetos e o sistema (disfarçado) de párias. (Lampião, número zero, 1978, p. 2)

Enfim, *Lampião da Esquina* defendia a necessidade de romper com o isolamento social que os guetos provocavam, e, por consequência, conseguir uma integração plena dos sujeitos homossexuais à sociedade, porque o gueto se "por um lado era interessante enquanto

---

[88] Título extraído do texto homônimo publicado na seção Opinião da edição nº 1, abril de 1978, do jornal *Lampião da Esquina*.

ponto de encontro, por outro não refletia, não teorizava e nem polemizava a questão, somente a folclorizava" (MATTOSO *apud* SILVA, 1998, p. 399).

Assim, neste subcapitulo quero apresentar a circulação e distribuição de *Lampião*, afim de demontrar que ele saiu do gueto carioca e se espalhou pelo Brasil, assim como, apontar que a saída do gueto também passou pela feitura dos laços com as outras minorias: negros, índios e mulheres.

1.4.1- **Circulação e distribuição**

Para o financiamento do jornal, "nove dos onze idealizadores iniciais se cotizaram para criar uma editora de capital fixo. Resolveram também tentar arrecadar dinheiro através de uma carta endereçada a 12 mil amigos e amigos de amigos homossexuais de todo o Brasil" (MACRAE, 1990: 71). Não sei informar o nome dos 9 editores de LAMPIÃO que cotizaram, mas o nome da editora que criaram foi "Esquina", que publicava livros, jornais e revistas, cuja sede ficava no bairro Santa Teresa, Rio de Janeiro. Vale destacar que *LAMPIÃO* da *Esquina* era uma publicação da Esquina – Editora de Livros, Jornais e Revistas Ltda, na cidade de Santa Tereza, RJ, mas era impresso na Gráfica e Editora Jornal do Comércio S.A., localizada no Rio de Janeiro.

O dinheiro arrecadado financiou as duas primeiras edições de *LAMPIÃO da Esquina* (MACRAE, 1990: 72), edição de nº Zero e de nº 1, com 16 páginas cada, que teve distribuição restrita ao Rio de Janeiro, por não contar ainda com a distribuição em outros locais.

A primeira edição do jornal *Lampião da Esquina*, a edição experimental de número 00 (zero), não foi comercializada, mas entregue na casa de cinco mil pessoas aleatórias "sem distinção de credo, raça ou preferência sexual"[89]. Essas pessoas foram escolhidas pelos membros do Conselho editorial, ficou restrita ao Rio de Janeiro, entregue na casa de alguns escolhidos, e, protegida por um envelope de papel pardo para não comprometer a quem o recebesse (RODRIGUES, 2007, p. 67), pois nem todos os destinatários poderiam ter exposto publicamente as suas relações homoeróticas ou iriam querer tê-la exposto. Além do mais, poderiam ser para heteros que manifestavam algum tipo de apoio e que queriam se informar, mas tinham receio de serem identificados ou associados como e com os homossexuais ou com a homossexualidade. Assim, o papel pardo poderia ser interpretado como uma garantia de

[89] LAMPIÃO. Rio de Janeiro, Edição Ano I – n º1 – 25 de maio a 25 de junho de 1978, p. 9.

discrição e sigilo dos compradores, além, de atestar a dificuldade que alguns tinham de serem vistos como homossexuais.

A partir do nº Zero, *Lampião da Esquina* já disponibiliza para os futuros interessados a possibilidade de continuarem recebendo o jornal em casa, através da assinatura, bastando apenas enviar um xeque ou um vale postal endereçado à editora Esquina. Essa opção foi válida para a edição de nº 1 até o último número do jornal, a edição de nº 37. Todavia, foi a partir da edição de nº 3, que os leitores menos tímidos poderiam contar com a opção de comprar *Lampião* em algumas bancas de jornais e revistas por Cr$, 15,00, e com uma assinatura anual (doze números) de Cr$ 180, 00. A assinatura no exterior custava o valor de US$ 15. Esse valor constou até a edição de número 8. Da edição número 9 até a edição 12 o valor do jornal passou para CRs 18,00, e, a assinatura anual para Cr$ 210,00. A assinatura para o exterior manteve o mesmo valor de US$ 15. A partir da edição nº 13 até a de nº 17 o valor do jornal passou a ser de CRs 20,00, e, a assinatura anual Cr$ 230,00. Vale destacar que A partir do nº 18 até o nº 22, a assinatura do jornal passou a ser de CRs 25,00, a assinatura anual Cr$ 250,00. Foi na edição de número 18 que começaram a vender os números atrasados por Cr$ 30,00. A assinatura para o exterior se manteve com o valor de US$ 15. Já na ed. nº 23, o valor de *Lampião* era de CRs 30,00, e, a assinatura anual de Cr$ 300.00. Os números atrasados passaram a ser comercializados por Cr$ 35.00, e, a assinatura para o exterior passou a ter o valor de US$ 25,00. Na edição 24, houve um aumento do valor da assinatura anual que passou a ser de Cr$ 360,00, e, dos números atrasados que passou a ser de Cr$ 40,00. Esses valores duraram até a edição 26, pois da edição 27 até a 31, o valor de *Lampião* passou a ser Cr$ 40,00, a Assinatura Anual Cr$ 450,00, e, os números atrasados Cr$ 50,00. Assinatura para o Exterior foi a única que não teve aumento e continuou sendo US$ 25,00. Na edição 32 e 33, o valor do jornal e da assinatura para o exterior se mantiveram, mas a assinatura anual subiu para Cr$ 600, e, os números atrasados para Cr$ 60. O número 34 de *Lampião* passou a ser comercializado por Cr$ 50,00, e, os números atrasados a Cr$ 70,00. A assinatura anual e para o exterior foram mantidas com o mesmo valor. A edição 35 manteve o valor do jornal por Cr$ 50,00, a assinatura para o exterior por USS 25, e, o número atrasado por Cr$ 70,00, mas passou a oferecer a assinatura anual em envelope fechado por Cr$ 850,00, ou, como impresso normal, por Cr$ 600,00. Já os números 36 e 37 de *Lampião*, foram mantidos todos esses valores, com exceção do valor da edição, que passou a ser de Cr$ 60,00.

Vale ressaltar que *Lampião* só começou a ser distribuído para além da cidade Rio de Janeiro a partir da edição de nº 3, quando passou a ser comercializado nas cidades de São Paulo (SP), Recife (PE), Salvador (BA), Florianópolis (SC), Belo Horizonte (MG) e Porto

Alegre (RS). Já na edição de nº 9, o jornal chegou também às cidades de Joinville (SC), Teresina (PI), Curitiba (PR) e Manaus (AM). Na edição 14, o jornal passou a ser comercializado também na cidade de Vitória (ES). O nº 22 chegou também às cidades de Campos (RJ), Jundiaí (SP), Campinas (SP), Ribeirão Preto (SP), Juiz de Fora (MG), Londrina (PR), Brasília (DF), Goiânia (GO) e Fortaleza (CE). A partir da edição de nº 30, LAMPIÃO também foi distribuído nas cidades de Divinópolis (MG), Maceió (AL), João Pessoa (PB) e Campina Grande (PB)[90].

Por fim, vale destacar que a circulação do jornal *Lampião* só ocorreu nacionalmente devido algumas distribuidoras que foram convencidas a fazer sua comercialização, pois como *Lampião da Esquina* era considerado pornografia por muitos vendedores, não era possível encontrá-lo em qualquer banca, mesmo entre aquelas que já vendiam outros jornais alternativos, e, se ainda assim o encontrássemos, ele dificilmente estaria exposto, mas sim escondidos em alguma parte da banca de jornal (SANTOS, 20, p. 15). Aguinaldo Silva num artigo[91] publicado por Mauricio Meireles, do jornal *O Globo*, em 2015, deixa isso muito claro ao afirmar que devido a "empresa distribuidora ser dominada por italianos machistas", não quiseram "nem saber do primeiro volume do periódico - definido como 'jornal de viado'", e, vale ressaltar que o "primeiro número era gratuito. E nem de graça os jornaleiros queriam!" (MEIRELES, 2015).

Assim, tendo o objetivo de não deixar que os nomes dessas corajosas distribuidoras caiam no esquecimento, destaco os nomes de cada uma e onde atuavam. No estado do Rio, a distribuição era realizada em 2 cidades: na cidade do Rio de Janeiro pela Distribuidora de Jornais e Revista Presidente, e na cidade de Campos, pela distribuidora R. S. Santana; em São Paulo também ocorria a distribuição em três cidades: na capital pela distribuidora Paulino Carcanhetti, em Jundiaí pela Distribuidora Paulista de Jornais e Revistas Ltda, e em Ribeirão Preto pelo Centro Acadêmico de Filosofa; no estado de Pernambuco, era em Recife que eram distribuídas as edições pela Livraria Reler; na Bahia, a distribuição acontecia em Salvador pela Literarte – Livros, Jornais e Revistas Ltda.; no estado de Santa Catarina, *Lampião* era distribuído em duas cidades: Florianópolis e Joinville, pela distribuidora Amo, Representações e Distribuição de Livros e Periódicos Ltda; em Minas Gerais a distribuição

[90] Estes dados foram retirados das páginas de nº 2 das edições do jornal LAMPIÃO onde se encontravam as informações de quem compunha o conselho, quem eram os redatores e colaboradores, locais de distribuição, entre outras coisas.

[91] MEIRELES, Mauricio. Aguinaldo Silva lembra sua saga na imprensa alternativa, incluindo o primeiro jornal gay do país. **Jornal O globo**, 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/aguinaldo-silva-lembra-sua-saga-na-imprensa-alternativa-incluindo-primeiro-jornal-gay-do-pais-15887385 > Acesso 18 de maio de 2019.

ocorria na capital Belo Horizonte pela Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas Ltda, e depois a partir da edição nº 22 na cidade de Juiz de Fora pela Ercole Caruzzo & Cia Ltda., e a partir da edição de nº30, na cidade de Divinópolis pela distribuidora Agência Souza; no Rio Grande do Sul a distribuição ocorria em Porto Alegre pela Coojornal; em Piauí, na capital Teresina pela Livraria Corisco; no estado do Paraná, a distribuição era em duas cidades: na capital Curitiba pela Ghignone e Cia. Ltda, e em Londrina, pela Livraria Reunida Apucarana Ltda; em Goiás, ocorria em Goiânia, pela distribuidora Agrício Braga & Cia. Ltda; no Espirito Santo, na capital Vitória pela Nórbin Distribuidora de Publicações Ltda; em Sergipe ocorria a distribuição em Aracaju pela distribuidora Welington Gomes de Andrade; em Alagoas, na capital Maceió pela Gosivan R. de Gouveia; no estado de Paraíba ocorria em duas cidades: na capital João Pessoa pela distribuidora Henrique Paiva de Magalhães, e, na cidade de Campina Grande, pela Livro Sete, Empreendimentos Culturais Ltda, e, no Distrito Federal a distribuição ficava ao encargo da distribuidora Anazir Vieira de Souza.

Enfim, *Lampião da esquina* então circulou por 14 estados e mais o Distrito Federal, e, isso pode ser comprovado olhando os locais de distribuição assim como os endereços das pessoas que escreviam para a seção *Cartas na Mesa* do jornal. Só não atingiu mais lugares por resistência dos jornaleiros em comerciá-lo, sob o argumento de que se tratava de pornografia, uma afronta à moral e aos bons costumes, um escândalo (SANTOS, 2017, p. 90).

1.4.2- **"Nossas gaiolas comuns"**[92]

> As lutas comuns das mulheres, dos negros, dos homossexuais, dos índios, dos prisioneiros - categorias historicamente silenciadas - têm nos ensinado que a História tem sujeitos e objetos, aqueles que falam e aqueles de quem se fala, mas também que os sujeitos variam ao longo deste processo. Estas lutas têm ainda nos ensinado que o conhecimento pode ser sinônimo de poder e que a fala torna visíveis questões concretas, mas não reconhecidas, não registradas, portanto sem existência histórica. Essa fala, no entanto, ao mesmo tempo que revolucionária, é conservadora por ser parte de uma linguagem, desta mesma linguagem que por tanto tempo manteve invisíveis as categorias de pessoas que agora começam a tentar um autoreconhecimento tentando afirmar-se como sujeitos de sua própria história. (Lampião da Esquina, nº 1, 1978, p. 2)

O excerto acima me ajuda a pensar nas relações forjadas pelo jornal, que tentou ser um veículo de comunicação para a expressão de sujeitos historicamente silenciados na grande imprensa, e também na imprensa alternativa: homossexuais, negros, índios e mulheres. Apesar de todas as diferenças que tais grupos poderiam ter, *Lampião* propunha que

[92] Título extraído de notícia homônima publicada na seção Opinião da edição nº 1, 25 de maio a 25 de junho de 1978, do jornal *Lampião da Esquina*.

> cada uma das categorias deveria ter bem claro como se autodefine e como este enunciado dos atributos essenciais e específicos que a tornaram inconfundível, ao mesmo tempo a relaciona com outras categorias sociais. Isto não significa um isolamento das várias categorias ou grupos fechados em si mesmos em busca apenas de sua identidade sexual (nesta sociedade nossas identidades são múltiplas), mas sim uma reflexão prévia a qualquer discussão mais geral, única maneira de reconhecer claramente os seus objetivos e interesses e que papel eles podem desempenhar, ou desempenham, na luta mais ampla pela desigualdade social. (Lampião da Esquina, nº1, 1978, p. 02)

Acredito que esta ideia de juntar as minorias, correspondia a uma maneira de fortalecer e de tirar os homossexuais de um gueto específico, pois acredito eu, que levar a sério a questão das "bichas" era mais difícil, do que dar crédito por exemplo, a questão dos negros e dos índios, que já tinham um certo apoio dentro da academia.

E como se deu essa união entre tais grupos minoritários em *Lampião*? Bem, de início houve resistência tanto das mulheres quanto dos negros em participarem de um jornal voltado para homossexuais, até porque cada um desses grupos tinha suas próprias pautas, como a questão do machismo, do feminismo e do racismo (ANDRADE, 2015). Mas, mesmo assim, poderiam se unir contra inimigos comuns: a discriminação, a opressão e o silenciamento histórico. Por isso *Lampião* defendia que deveria "ir de encontro a todos os setores marginalizados que, oportunisticamente ou não, foram atirados à lata de lixo da História" (TREVISAN, 1978, p. 5). Assim, desde o início, *Lampião da Esquina* "convocava a colaboração de representantes de outros movimentos sociais" para que cada um deles conduzissem as questões ligadas a eles, para que se evitasse "uma visão considerada estigmatizada dos problemas específicos ligados a cada segmento. Assim, os negros deveriam falar sobre o racismo; as mulheres sobre a situação da mulher; as lésbicas sobre homossexualismo feminino etc." (ANDRADE, 2015, p. 92-93)

1.4.2.1- **Mulheres**

As mulheres foram o grupo que mais resistiram a ter presença no jornal. Aguinaldo Silva, explicou a ausência delas no artigo "Mulheres do mundo inteiro", dizendo que "convites não faltaram, no entanto, os mesmos foram recusados", e, colocava que mesmo assim "nossas colunas continuavam à disposição" (SILVA, 1978, p. 5). Assim, antes delas entrarem para o time de *Lampião*, artigos que diziam respeito a elas, foram publicados timidamente, por pessoas que não falavam por elas, e sim, com reprodução de falas delas em outros locais que ganhavam voz. Na edição zero, por exemplo, temos o artigo "Receita para

ter um filho", sem assinatura, onde se fala de inseminação artificial para mulheres homossexuais[93]. Na edição 1, temos os artigos "Feministas com a palavra", onde o jornal publica trechos da fala da feminista Heleieth Saffioti rebatendo a entrevista do jornal *Movimento* com o sociólogo José de Souza Martins[94]; e, "O amor entre mulheres", que faz a divulgação do livro *Amor entre mulheres*, que fala das lutas e frustações das homossexuais e tenta esclarecer sobre o assunto utilizando alguns cientistas[95]. Mas, é na edição 3 que temos um artigo assinado por uma mulher, A doença infantil do machismo, de Zsu Zsu Vieira, que trata da questão da virilidade masculina e da repressão às mulheres[96]; e a primeira entrevista com uma mulher, a atriz Norma Bengell, que fala de sexismo, e do machismo do diretor da novela Daniel Filho[97]. Apesar de ter mais 4 textos sobre o mundo feminino[98], eles também não foram escritos por mulheres, e, isso só volta ocorrer na edição de nº 9, com o texto "Mulheres do mundo inteiro...", de Leila Miccolis, que fala das melhores coisas de 78 – criação do *Lampião* e lançamento do Relatório Hite – e da questão sexual das e para as mulheres[99].

Todavia, foi a partir da edição número 10 que as mulheres começaram a fazer parte do jornal, e, assim, foram com ele até a edição 37. Assim, na edição de nº 11, com o título "Extra! Mulheres chegam pra ficar", Aguinaldo Silva comemorava a invasão delas e explicava que propositalmente era "grosseiro com as mulheres, com um objetivo bem concreto: eu queria sacudi-las" (SILVA, 1979, p. 2). De todo modo, as provocações de Aguinaldo surtiram efeito, e, a partir de então, elas começaram a ganhar espaço no jornal, que "até agora, não tinha publicado nada de importante sobre as mulheres", porque "fazê-lo sem que elas se decidissem a invadir o jornal e ocupá-lo, seria adotar a mesma atitude paternalista da sociedade em que a gente vive, que está sempre dizendo o que as mulheres devem (não) pensar e (não) fazer" (SILVA, 1979, p. 2).

Dentre os 78 textos publicados sobre mulheres, contabilizei 29 textos sobre feminismo, criticando o machismo, o comportamento sexual, sugerindo filmes com viés feminista, narrando encontros dos grupos feministas, o direito ao corpo, ao prazer, a liberdade

---

[93] Receita para ter um filho. *Lampião*, 1978, número Zero, p. 4.
[94] SILVA, Aguinaldo. Feministas com a palavra. *Lampião da Esquina*, 1978, número 1, p. 8.
[95] SILVA, Aguinaldo. O amor entre mulheres. *Lampião da Esquina*, 1978, número 1, p. 13.
[96] VIEIRA, Zsu Zsu. A doença infantil do machismo. *Lampião da Esquina*, 1978, número 3, p.2
[97] Norma Bengell (apaixonada, furiosa, terna, indignada): "Eu não quero morrer muda". *Lampião da Esquina*, 1978, nº 3, p. 8-9.
[98] ACOSTA, Adão. Um arco-iris desbotado. *Lampião da Esquina*, 1978, nº 3, p. 12.
TREVISAN, João Silvério. Minorias e a política. *Lampião da Esquina*, 1978, nº 5, p. 6.
BITTENCOURT, Francisco. Shere Hite: machismo às avessas. *Lampião da Esquina*, 1978, nº 7, p. 2.
CARNEIRO, João. "Mulheres da vida". *Lampião da Esquina*, 1978, nº 7, p. 12.
[99] MICOLLIS, Leila. Mulheres do mundo inteiro... *Lampião da Esquina*, 1978, nº 9, p. 4.

sexual, o direito ao aborto, violências física e sexual; 41 textos que tratavam de coisas relacionadas ao mundo das mulheres, como entrevistas com mulheres famosas, feminilidade, assédio, assassinato, capacidade para o trabalho, aborto; e, 8 textos, e, neles se discutiam sobre: inseminação artificial, repressão da homossexualidade, teorias sobre a homossexualidade feminina etc[100].

Queria chamar a atenção para duas questões. A primeira diz respeito a homossexualidade feminina, que teve poucas publicações em *Lampião,* e, que pode ser justificada por ser uma temática bastante cara a tais mulheres, pois ser lésbica implicava em uma dupla repressão, na medida em que combinava pelo menos duas formas de discriminação: ser mulher e ser homossexual (Lampião da Esquina, 1979, p. 7). Além, é claro, de ser um jornal que as mulheres homossexuais "hesitavam em aderir" (Lampião da Esquina, 1980, p. 14), e, daí ter poucos textos, já que o jornal tinha como princípio não falar por elas.

A outra questão que queria levantar é que quando *Lampião* discutia em suas páginas sobre o machismo, buscava demonstrar como ele ainda estava presente na nossa sociedade e como este "era um importante elemento de opressão das mulheres, seja através da recusa do direito ao prazer para estas, do abuso sexual, da violência física e do descaso da justiça quanto aos crimes sofrido por mulheres" (ANDRADE, 2015, p. 110).

1.4.2.2- **Negros**

Foi a segunda temática que mais apareceu em *Lampião da Esquina* foi. Começando a ter textos circulando já na edição de número 1, ao todo, foram publicados 33 textos sobre os negros. Assuntos sobre os negros pararam de aparecer na edição 33. Dentre os textos publicados, temos a falta de visibilidade deles na imprensa, principalmente por ela não cobrir a comemoração dos 90 anos do fim da escravatura[101].

Lampião terá também artigos muito interessantes que refletem sobre a discriminação racial. Um deles, intitulado "Contra a discriminação", trata especificamente, da discriminação nas publicidades. Neste texto, os publicitários são acusados de demonstrarem para a "maioria da população brasileira (que é negra) que ela só pode se identificar com garis, empregadas domesticas, pipoqueiros, e quando ela tiver ascensão social tem que se portar como um negro africano ou americano", deste modo, "a propaganda, fator importante na mudança dos hábitos da população, tem cumprido até agora um papel não apenas alheio à realidade do negro; tem

[100] Em anexo, irei disponibilizar o nome dos artigos e as edições que eles circularam.
[101] SILVA, Aguinaldo. Gente negra é puro folclore. *Lampião da Esquina*, 1978, nº 1, p. 8.

cumprido uma missão de preservar a história da discriminação do negro" (GARCIA FILHO, nº 17, p. 3)[102].

Outro sobre discriminação racial temos o texto "Lecy Brandão vai à luta contra o racismo"[103], que fala da discriminação sofrida pela cantora Lecy e sua mãe ao serem confundidas como empregadas domésticas na entrada social do Prédio Portal do Parque, situado na rua Dr. Otávio Kelly, na Tijuca; e, o texto "Os negros vão ao paraíso?"[104], que fala do caso de uma advogada que teve que se submeter a entrar no edifício pela porta de serviço (quase sempre destinada às empregadas, que majoritariamente são negras), e que resolveu usar a Lei Afonso Arinos, mas nada aconteceu a seu favor.

Ainda sobre discriminação racial, *Lampião* temos mais dois outros textos, que de certa forma estão articulados, por tratarem de uma mesma questão, a da teoria da harmonia racial, de Gilberto Freyre. No texto "E se Gilberto Freyre também fosse negro?"[105], de Jorge Schwartz, se questiona um texto que saiu no *Folha de São Paulo* de Gilberto Freyre falando sobre a harmonia racial brasileira. Schwartz no seu texto afirma que Freyre só defende tal questão porque escreveu o texto de dentro da casa grande e não da senzala, e menciona um caso de discriminação que ocorreu com dois homens negros e dois mulatos homossexuais na boate 266 West, de São Paulo, para comprovar que a teoria de Freyre estava equivocada. O segundo texto, "Qual é o lugar deles? Um garçom escreve ao "Dr. Gilberto Freyre"[106], de Ivan Santos, temos a crítica de um garçom negro, que no Brasil, segundo ele, é considerado mulato, discordando da harmonia racial defendida por Freyre, e dando o exemplo de que em restaurantes finos, não se tem nem a presença de garçons negros, e, conclui pedindo que ele saia de sua casa grande e vá até a senzala para que ele consiga provar a existência da harmonia racial.

Por fim, temos mais 3 textos que falam sobre discriminação racial. No texto "Fala o Movimento Negro Unificado", temos uma fala do Movimento, afirmando que a polícia tem um papel importante na manutenção do sistema porque ela reprime, assim como a TV, que demonstra a violência; e, critica a política mentirosa que tenta esconder, através do mito da democracia racial, um racismo institucionalizado; concluindo que "a suposta superioridade branca é a base de uma ideologia racista que vem atingindo fundamentalmente o negro,

---

[102] GARCIA FILHO, Januário. Contra a discriminação. *Lampião da Esquina*, 1978, nº 17, p. 3.

[103] MOREIRA, Antônio Carlos. Lecy Brandão vai à luta contra o racismo. *Lampião da Esquina*, 1980, nº 28, p. 5.

[104] TREVISAN, João Silvério. Os negros vão ao paraíso? *Lampião da Esquina*, 1980, nº 18, p. 2.

[105] SCHWARTZ, Jorge. E se Gilberto Freyre também fosse negro? *Lampião da Esquina*, 1979, nº 13, p. 2.

[106] SANTOS, Ivan. Qual é o lugar deles? Um garçom escreve ao "Dr. Gilberto Freyre. *Lampião da Esquina*, 1979, nº 15, p. 13.

justificando sua marginalização política, social e econômica". Já no texto "Negros: as vítimas da 'vadiagem'", Rubem Confete critica a prisão cautelar pois o negro que nunca teve poder de reivindicação e decisão, que é considerado coisa, ser enquadrado em vadiagem, não custaria nada; e, conclui que "O negro continuará sendo a principal vítima de um país onde nunca pediu para nascer, mas de que se tornou o principal construtor", e, que "se faz urgente uma profunda reflexão honesta, imparcial e descompromissada psicologicamente, do Poder Público, para que, talvez um dia, até quem sabe, o negro adquira a condição de homem brasileiro" (CONFETE, 1980, p. 11).

E o texto de Antônio Carlos Moreira, "Uma lei branca", que aborda a história da lei Afondo Arinos e a analisa; concluindo que

> desde sua criação, várias pessoas foram autuadas com base nos vagos artigos desta ilusória lei e, pelo que se sabe, raros foram os casos onde sua eficiência fosse confirmada, ficando seus infratores livres de qualquer punição e prontos para novas e audaciosas investidas discriminatórias e racistas. Resta aos negros e aos seus movimentos jogar na lata de lixo este conjunto de artigos e parágrafos apócrifos que além de humilhar sua raça, só serviu para promover seu criador, um branco, e unidos lutarem não por uma mera formalidade legislativa, mas sim a efetiva igualdade de direitos entre brancos, pretos, amarelos, vermelhos, azuis e seres de qualquer outra cor. As manobras históricas de uma Lei Áurea ou de uma Afonso Arinos tem de ser desmascaradas e postas abaixo" (MOREIRA, 1980, p. 5)

Um dos outros temas que aparece é o movimento negro. Na reportagem "E o negro, é "beautiful"?"[107], publicada na edição 14, critica a atitude dos negros que continuam calados, e expõe alguns dos motivos para isso: a adoção pelas classes dominantes das ideias de Gilberto Freyre segundo as quais "não existem racismo no Brasil"; os negros perderam a noção da sua força real pelo recenseamento não ser mais feito; ausência de bibliografia adequada sobre o negro brasileiro e sobre a África Negra; além disso, setores da classe média negra é que falam por todos os negros.

Outro texto que trata da temática é o "Movimentos negros"[108], de João Carlos Rodrigues, que critica a preferência pelo *PASQUIM* ao *Lampião* pelos representantes das entidades negras para discutir os seus problemas; da divisão existente dentro do movimento negro devido aos egos, e, das posições do Movimento Negro Unificado, do IPCN, do SINBA e da escola de samba Quilombo.

---

[107] E o negro, é "beautiful"? *Lampião da Esquina*, 1979, nº 14, p. 8.

[108] RODRIGUES, João Carlos. Movimentos negros. *Lampião da Esquina*, 1979, nº 17, p. 2.

Por fim, temos 3 entrevistas: a com Clóvis Moura, na qual ele fala sobre racismo e a criação do Movimento Negro Unificado[109]; a da atriz Zezé Motta - que fala sobre a vida pessoal, profissional, feminismo, movimento negro e poder guei[110] -; e, a de Abdias Nascimento - que reflete sobre o movimento negro, o que seria o estado quilombola, lei Afonso Arinos e sobre a discriminação[111].

Outra temática que aparecerá sobre os negros diz respeito sobre a cultura deles. Os primeiros a tratarem disso foram Antônio Chrysóstomo, Celestino e João Carlos Rodrigues, cujos textos foram publicados na edição de nº 15. Chrysóstomo em seu texto "Solano Trindade, um testemunho"[112], fala de Solano como precursor dos movimentos de arte e da conscientização negra. Já Celestino, em "Qual é o lugar deles? Longe daqui, aqui mesmo: um negro escreve de Paris"[113], Celestino fala um pouco de sua vida, fala da história do choro, fala do artista negro bem-sucedido que é aceito na sociedade, fala do artista na Europa, e, dos problemas do negro no Brasil. E, no texto "A noite da palavra negra"[114], João Carlos Rodrigues, fala de um evento homônimo ao título dado a matéria, organizada pelo ator Zózimo Bulbu, onde foram lançados obras de autores negros, destacando que "Politicamente foi o primeiro ato público badalado da comunidade negra carioca" porque contou "com representantes tanto da elite cultural (os atores e escritores) como de personagens importantes da hierarquia do candomblé (Mestre Didi), da história do samba (Aniceto) e da militância política (Abdias) - além dos simpatizantes brancos" (RODRIGUES, 1979, p. 13).

Depois temos os texto "No Quilombo o samba é pra valer"[115], que menciona a história de formação dos quilombos; fala da história do samba e das escolas de samba até 1976, e, da consciência do sambista e da falta de anistia para o favelado; "Cinco aspectos da cultura afro-brasileira"[116], de João Carlos Rodrigues, que fala da peça de teatro (Sortilégio), um disco (Clementina de Jesus), um grupo de dança (OLORUN BABA MIN), uma novela (A descoberta do frio) e um jornal (O Sinba) - todos feitos por negros brasileiros; e, "Dia 31, todo

---

[109] SILVA, Aguinaldo & TREVISAN, João Silvério. A praça é dos negros. *Lampião da Esquina*, 1978, nº 4, p. 6.
[110] Zezé Motta, negra e mulher-bicha. *Lampião da Esquina*, 1979, nº 19, p. 11.
[111] Qual é o lugar dos negros no Brasil? Abdias responde. *Lampião da Esquina*, nº 15, 1979, p. 10-13.
[112] CHRYSÓSTOMO, Antônio. Solano Trindade, um testemunho. *Lampião da Esquina*, 1979, nº 15, p. 13.
[113] Celestino. Qual é o lugar deles? Longe daqui, aqui mesmo: um negro escreve de Paris. *Lampião da Esquina*, 1979, nº 15, p. 14.
[114] RODRIGUES, João Carlos. A noite da palavra negra. *Lampião da Esquina*, 1979, nº 15, p. 13.
[115] CONFETE, Rubem. No Quilombo o samba é pra valer. *Lampião da Esquina*, 1979, nº 17, p. 15.
[116] RODRIGUES, João Carlos. Cinco aspectos da cultura afro-brasileira. *Lampião da Esquina*, 1979, nº 17, p. 17.

o mundo na praia: Axé!"[117], de Mirna Grzich, que inicia falando que a unidade dos negros foi mantida pela cor e pela memória coletiva, e, sobreviveram, pela resistência cultural da sua religiosidade, e, é na questão dos cultos afro-brasileiros que o texto irá aprofundar.

Ainda sobre a questão da cultura negra, temos mais 2 textos, e, ambos de Celestino. No primeiro, "Arte negra em Paris, Celestino fala da inauguração em Menllmontant, em Paris, do Ensemble Culturel (Antilhano/e Africano) – Teâtre Noir (Conjunto/Centro Cultural Teatro-Negro), a cargo do diretor-teatral e ator negro antilhano Benjamin Jules-Rosette, que teve uma exposição de pintura e a participação de vários grupos musicais, entre os quais o grupo negro-brasileiro Sacy Pererê, com Sorriso, Dousty, Zé Mané e Rafael; aponta que boa parte da imprensa francesa recebeu muito mal a criação do Conjunto Cultural, como o jornal sensacionalista France Soir, e, o Figaro Magazine, porta voz da Nova Direita, por criarem um gueto. E no segundo, "Um carnaval negro no Havre", Celestino aborda o "Junho nas Ruas", promovido pela Casa da Cultura, da Prefeitura do Havre, que contou como uma das atrações o grupo negro de artistas residentes na França - Sacy Pererê.

1.4.2.3- **Ecologia**

Entre as questões ligadas às minorias, a dos ecologistas teve pouca visibilidade em *Lampião*. A temática aparece na edição número Zero com o texto "Lontras, piranhas, ratos, veados e gorilas, atenção: vocês também têm direitos", sem autoria, que tratava sobre os direitos dos animais[118]. O segundo texto sobre a temática foi publicado por Darcy Penteado e tinha como objetivo conscientizar sobre a preservação da natureza ilustrando com algumas catástrofes[119]. Três edições depois, no número 6, aparece o texto de Francisco Bittencourt, "Quem tem medo de Lutzemberger?", que fala um pouco da biografia do ativista gaúcho José Lutzemberg e de como ele "atrapalhava" o sistema que destruía a natureza e só pensava em lucrar com ela[120].

Na edição 7, temos um dos textos mais legais, em minha opinião, intitulado "Homossexualismo e ecologia", onde Darcy Penteado elabora uma reflexão sobre a relação entre homossexualidade e ecologia, concluindo que o homem estruturou seu domínio na terra sobre duas forças: preservação da espécie (lado feminino) e imposição do poder (lado

---

[117] GRZICH, Mirna. Dia 31, todo o mundo na praia: Axé! *Lampião da Esquina*, 1979, nº 19, p. 12.

[118] Lontras, piranhas, ratos, veados e gorilas, atenção: vocês também têm direitos. *Lampião*, 1978, nº zero, p. 11.
[119] PENTEADO, Darcy. Não tem sabiá que aguente. *Lampião da Esquina*, 1978, nº 3, p. 6.
[120] BITTENCOURT, Francisco. Quem tem medo de Lutzemberger? *Lampião da Esquina*, 1978, nº 6, p. 3.

masculino). Todavia, a imposição do poder para Darcy significava "homem contra homem" ou "homem contra a natureza", e, o homossexual, conforme o autor, seria o mediador entre o poder que constrói destruindo e a força passiva de preservação representada pelo matriarcado. Ou seja, o homossexual seria um catalizador então das qualidades de ambas as partes e, por consequência o ser intermediário ideal na sociedade futura[121].

Foi também a partir da edição número 7, que o ativista Lutzemberg começaria a ter publicado 3 de seus textos, voltados a questões envolvendo a degradação do meio ambiente e sua relação com o desenvolvimento econômico nas sociedades contemporâneas, retirados do livro **Fim do Futuro?** (Lampião da Esquina, 1978, p. 11). O primeiro deles, intitulado "A demolição da ecosfera"[122], tratava da questão econômica atrelada a questão da natureza que só a vê como matéria-prima, mas esquece que a natureza transcende a questão econômica, assim não deveríamos dominar a natureza, mas sermos sócios dela. O segundo texto recebeu o nome de "Bacanal do esbanjamento", e, falava da orgia da sociedade de consumo, que adora a quantidade pela quantidade; é escrava da tecnologia; é alienada pelos meios de comunicação que criam *status* fictícios e necessidades fúteis e obsoletas, que acabam aumentando o impacto ambiental, gastando mais matéria prima, destruindo a natureza e poluindo mais[123]. E o último, "Reconquista do futuro", que abordava sobre o consumo exagerado das coisas e de serviços desnecessários como sendo escravizadores, e concluía que era necessário abandonar a megatecnologia por uma tecnologia mais branda para diminuir o impacto ambiental[124].

No ano de 1979, temos 3 textos que de certa forma tratam sobre a temática ecologia. Na edição 9, temos dois textos: "Tem piranha na Amazônia", de Trevisan e "Incêndio na madrugada", de Adão Acosta. No de Trevisan, o autor fala da tentativa do governo em vender madeiras para pagar a dívida externa e aumentar ainda mais o desmatamento, e, nos chama a atenção para a importância de se conservar as árvores[125]. Já o de Adão Acosta, noticia sobre um incêndio que ocorreu no centro do RJ, mas que não atingiu um hotel frequentado por homossexuais[126]. E, na edição 16, temos o texto de Darcy Penteado, "Cacilda no globo da morte", que aborda o espetáculo "Globo da morte" produzido pela atriz Cacilda que trata de conscientizar sobe os problemas ambientais[127].

---

[121] PENTEADO, Darcy. Homossexualismo e ecologia. *Lampião da Esquina*, 1978, nº 7, p. 11.
[122] LUTZEMBERGER, José. A demolição da ecosfera. *Lampião da Esquina*, 1978, nº 7, p. 11.
[123] LUTZEMBERGER, José. Bacanal do esbanjamento. *Lampião da Esquina*, 1979, nº 8, p. 10.
[124] LUTZEMBERGER, José. Reconquista do futuro. *Lampião da Esquina*, 1979, nº 9, p. 11.
[125] TREVISAN, José Silvério. Tem piranha na Amazônia. *Lampião da Esquina*, 1979, nº 9, p. 2.
[126] ACOSTA, Adão. Incêndio na madrugada. *Lampião da Esquina*, 1979, nº 9, p. 2.
[127] PENTEADO, Darcy. Cacilda no globo da morte. *Lampião da Esquina*, 1979, nº 16, p. 16.

Em 1980, foi publicado o último texto sobre ecologia, “Quem liga pro meio ambiente?”, onde Darcy fala da assinatura pelo Presidente de um decreto de desapropriação de uma área entre Iguape e Peruibe, no Estado de São Paulo, área essa, além do mais, considerada reserva ecológica, onde serão instaladas duas usinas nucleares[128].

1.4.2.4- **Índios**

As pessoas indígenas entram como pauta no jornal *Lampião da Esquina* somente na edição nº 8, e, foi o grupo minoritário que o jornal menos deu visibilidade, tendo publicado um total de 8 textos. Ao contrário das mulheres e negros, que tinha os textos escritos por pessoas que faziam parte de tais grupos, os indígenas terão espaço no jornal através de pessoas que não faziam parte do grupo.

A questão indígena então só aparece no ano de 1979, e, nele ficará. Aparece nas edições de número 8, 11 e 12. Na edição de número 8, temos um dossiê composto por cinco artigos: "Terra papagalorum", de Katie van Scherpenberg, abordando o que significa ser índio e de sua história desde a vinda dos europeus até a criação da Funai, além de problematizar a emancipação indígena[129]; “Nas raízes da tragédia”, de Sílvio Coelho dos Santos, que critica o projeto de decreto de emancipação que tornaria o índio, não índio, ou seja, que tornaria o índio um "cidadão pleno" deste país[130]; “Na selva peruana”[131], traduzido por Trevisan, que traz dois trechos do livro *Keep the river on your righy*, do pintor americano Tobias Schneebaum, que viveu algum tempo numa tribo peruana, assim, o texto trata da questão deles serem canibais e que tinham “costumes sexuais que pareciam ‘estranhos’ aos brancos, como penetrar o nativo do mesmo sexo” (TREVISAN, 1979, p. 6); “Notícias do amor-mentira”[132], em que Luiz Mott fala que o homossexualismo no Brasil é mais antigo do que o próprio Brasil, conforme o cronista Gabriel Soares, e, fala que o antropólogo Levi-Strauss encontrou entre os Nhambiquara o homossexualismo, que eles chamavam poeticamente de "amor mentira", e, que para os indios Guayaki, estudados por Pierre Clastres, o homossexualismo também é uma prática socialmente reconhecida, sendo o homossexual passivo chamado de *kyryts*, isto é, -ânus-fazer-amor (MOTT, 1978, p. 7); e, “Repressão: essa ninguém transa”, em que Darcy Ribeiro fala do respeito de algumas tribos indígenas perante a

[128] PENTEADO, Darcy. Quem liga pro meio ambiente? *Lampião da Esquina*, 1980, nº 27, p. 2.
[129] SCHERPENBERG, Katie van. Terra papagalorum. *Lampião da Esquina*, 1979, nº 8, p. 5.
[130] SANTOS, Sílvio Coelho dos. Nas raízes da tragédia. *Lampião da Esquina*, 1979, nº 8, p. 5-6.
[131] TREVISAN, José Silvério. Na selva peruana. *Lampião da Esquina*, 1979, nº 8, p. 6.
[132] MOTT, Luiz. Notícias do amor-mentira. *Lampião da Esquina*, 1979, nº 8, p. 7.

homossexualidade, como os Kadiwéu, que tem as *kudinas* - um homem-mulher, ou um homem que decidiu ser mulher, e da moção de família e amor para eles[133].

Já na edição de número 11, temos o texto “No coração da magia, com os índios”, em que Antônio Chrysóstomo fala do significado da música para os índios, e, da tentativa de mostrar no Parque Nacional do Xingu a arte dos brancos aos índios e não, como tinha ocorrido desde a fundação do Parque até aquela data, turistizar a arte dos "selvagens"[134].

E, na edição número 12, temos a publicação dos dois últimos textos sobre a temática. No “Aritana, um símbolo”[135], sem autoria, *Lampião* menciona Aritana, um dos chefes índios, e se posiciona a favor da campanha de demarcação das terras indígenas. E, no de Francisco Bittencourt, “Vozes no fundo do seringal”[136], o autor aborda a experiência entre os chefes Caxinavãs que criaram uma cooperativa para a extração da borracha que quando compravam as mercadorias em Tarauacá as revendiam no seringal com uma média de 50% de lucro, para formar um "fundo de emergência" para o grupo, e fala também da repressão aos índios e denunciam essa questão.

1.5) “NÓS HERÓIS E ARAUTOS”[137]: O APAGAR DE LAMPIÃO

Lampião da Esquina teve ao longo de 3 anos e meio de vida 41 edições. Foram produzidas trinta e sete edições regulares, da edição número 1 até a edição de número 37, além do número zero e de mais três edições especiais, as edições extras.

A edição extra nº 1 começou a ser vendida em dezembro de 1979 e, por razões de distribuição, só foi vendida nas bancas do Rio e de São Paulo, e, para os outros Estados só era possível adquiri-lo pelo reembolso postal a Esquina (Lampião, nº 19, p. 13). Esta edição de 24 páginas trazia entrevistas sobre política sexual, racismo, discriminação e ativismo negro feitas com Abdias Nascimento, Fernando Gabeira, Ney Matogrosso, Lecy Brandão, Anselmo Vasconcelos, Antônio Calmon, Darlene Glória, Clodovil.

Já a edição extra nº 2, foi vendida em maio de 1980, com 8 páginas, e mais um encarte especial grátis (Lampião, 1980, nº 22, p. 3). Trazia novamente 8 textos publicados na seção

---

[133] RIBEIRO, Darcy. Repressão: essa ninguém transa. *Lampião da Esquina*, 1978, nº 8, p. 7.
[134] CHRYSÓSTOMO, Antônio. No coração da magia, com os índios. *Lampião da Esquina*, 1979, nº 11, p. 16.
[135] Aritana, um símbolo. *Lampião da Esquina*, 1979, nº 12, p. 6.
[136] BITTENCOURT, Francisco. Vozes no fundo do seringal. *Lampião da Esquina*, 1979, nº 12, p. 6.
[137] Título extraído da carta homônima publicada na seção Cartas nas Mesa da edição nº 2, 25 de junho a 25 de julho de 1978, do jornal *Lampião da Esquina*.

Ensaio: “Heterossexualidade: perversão ou doença?”, “De Sodoma a Auschwitz, a matança dos homossexuais”, “Mulheres: o mito do prazer”, “Violação: ato de sexo ou de poder?”, “Desbloqueando o Tabu”, “NA JAULA (A história de um presidiário guei)”, “Às portas da lei” e “Quanto vale o negro brasileiro?”.

E a edição extra nº 3, que creio eu ter sido lançada em dezembro de 1980, pois o valor da assinatura anual da revista era Cr$ 450, como consta nos dados da revista. Como ela vinha com um encarte do calendário de 1981, que não podia ser vendido separadamente, com fotografias de “homens nus, feitas por Cyntia Martins, e, somente para pessoas muito descontraídas”, foi vendida por Cr$ 200,00, com 12 páginas. Republicava as entrevistas com: Manuel Puig, Jean-Paul Sartre, duas travestis (Flávia e Tatiana) e uma advogada (Alice), e, a entrevista com Henri Amouric e Patrick que pertenciam ao Mouvance FolIe-Lesbienne (LAMPIÃO, nº 31, 1980, p. 10)

Dentro das 37 edições regulares, *Lampião da Esquina* publicou textos que discutiam abertamente assuntos como: aborto, sexualidade, prostituição, homossexualidade, religião, política (movimentos homossexuais), maconha, violência (assassinatos e estupros), imprensa nacional e internacional, cultura, etc. Ao todo contabilizei 901 textos, dos quais 716 tiveram um só autor, os outros 49 mais de uma autoria e 136 sem autoria.

Das pessoas do Conselho editorial de *Lampião da Esquina* que mais tiveram textos publicados foram Aguinaldo Silva, com 77 textos; Francisco Bittencourt, com 54; João Silvério Trevisan, com 54; Darcy Penteado, com 37; Adão Acosta, com 31 textos, e, Antônio Crysóstomo com 18. Os que menos publicaram foram Gasparino Damata e Jean-Claude Bernardet, ambos com 2 textos cada; Peter Fry, com 3 textos, João Antônio Mascarenhas com 5, e, Clóvis Marques, com 8 textos. Sem autoria, foram publicados 136 textos e com a autoria da equipe do Conselho editorial foram 7.

Dentre os 46 colaboradores do jornal, os que mais tiveram textos publicados foram Antônio Carlos Moreira com 32; Alexandre Ribondi, 24 textos; João Carlos Rodrigues 23; Alceste Pinheiro com 14; João Carneiro e José Fernando Bastos 12 cada um; Aristides Nunes com 9; Anton Leicht, Rubem Confete e Eduardo Dantas com 6 cada. A maioria dos colaboradores publicaram somente 1 artigo.

Das personagens fictícias criadas pelo jornal, Aracnídea Butantã teve 1 texto publicado e Rafaela Mambaba teve 4. Dentre os grupos homossexuais, o Grupo SOMOS teve 7 textos publicados; o Grupo de Mulheres de Porto Alegre 2 textos, e, os grupos de Ação Lésbico-Feminista, Coletivo de Mulheres do Rio De Janeiro, e, o Grupo Eros 1 texto cada.

Lampião teve ao todo 24 colaboradoras, e, dentre elas as que mais tiveram textos publicados foram Leila Míccolis (18 textos); Dolores Rodrigues (6 textos); Janice Caiafa (5 textos); Mariza (3 textos) e Beatriz Medina, Cynthia Sarti, Lúcia Rito, Regina Nóbrega, Zsu Zsu Vieira (2 textos cada uma). As demais tiveram somente um texto publicado cada.

Todavia, apesar de tudo, *Lampião* teve seu fim em junho de 1981, e este resultado, estava atrelado a várias questões. Uma delas foi a questão das poucas assinaturas que o jornal tinha. Na edição 24, *Lampião* comemorava ter chegado até ela, e ressaltava que

> Com este número, atingimos a maioridade, e com o tesão de sempre: queremos chegar, depressinha, ao nº 48. Para tanto, LAMPIÃO precisa crescer. E ele só poderá fazê-lo se você, que o lê mensalmente assumir sua condição de lampiônico e colaborar com ele. Estamos iniciando, neste número, a campanha das mil novas assinaturas: precisamos consegui-la até agosto, para que possamos dar início à publicação de livros gueis, de nosso calendário entendido (com fotos que nunca estiveram no gibi), etc. Propagar o jornal que é o porta-voz das causas gueis – esta é a forma mais simples, mais imediata de ativismo, e sua importância é inestimável. É por isso que lhes fazemos, agora, este apelo: participe da nossa campanha das mil novas assinaturas; ajude LAMPIÃO a ser, cada vez mais, o seu jornal. Até agosto, contamos com você. (Lampião da Esquina, 1980, p. 2)

A questão das assinaturas sempre foi algo com que *Lampião da Esquina* se preocupou, pois, muitas pessoas não o compravam, já que pegavam emprestados de outras pessoas. Outra questão que ajudou a apagar mais rapidamente *Lampião,* e, que está atrelada à questão das assinaturas, é o aumento do preço do papel, que tornava cada vez mais caro o preço final do jornal. Pelo menos em duas ocasiões o jornal chamou atenção para isso. Na edição 26, por exemplo, temos a seguinte publicação:

> Queridos leitores
> Infelizmente não dá mais pra segurar: no próximo número a gente vai ter que aumentar o preço do jornal, que passará a custar Cr$ 40,00. Com isso a gente adere ao "tratamento de choque" preconizado pelo Ministro Delfim e seus imediatos para a economia brasileira, mas o que fazer? Nos últimos seis meses os custos de impressão, papel, fotolitos, etc., aumentaram para nós em mais de 70%; e, de tanto a geme fazer força pra não aumentar o preço, LAMPIÃO acabou sendo o jornal nanico mais barato, atualmente, nas bancas.
> De qualquer modo, pra quem quiser pagar esse aumento, ainda resta uma esperança: basta fazer uma assinatura do jornal, que, até Fins de julho, continuará custando Cr$ 360.00 (em agosto a assinatura também aumenta: vai para Cr$ 4500.00). Segundo Rafaela Mambaba, não é tão caro assim: "Por Cr$ 40.00", diz ela, "não se toma nem dois chopes". Vocês concordam? (LAMPIÃO, 1980, p. 2)

E, na edição 31, onde mandam um recado para os assinantes:

> Atenção pessoal cujas assinaturas vencem em janeiro e fevereiro: renovem já, e escapem do inevitável aumento do começo de 1981. O Lampião, por mais contestador que seja, não pode fugir aos implacáveis índices de Delfim.

> Mande cheque ou vale postal para a Esquina - Editora de Livros, Jornais e Revistas Ltda. (Caixa Postal 41031, CEP 20400, Rio de Janeiro-RJ): até fins de janeiro o preço continua o mesmo: 450 pratas". (LAMPIÃO, nº 31, 1980, p. 2)

Outra questão que, geralmente, associam como uma causa do fim de *Lampião*, é a publicação de fotos de homens nus, que desagradou as mulheres, principalmente as lésbicas, por não terem também fotos de outras mulheres publicadas, e outras pessoas que acreditavam no objetivo do jornal, publicado na edição Zero: a desmistificação de estereótipos e preconceitos, a desmarginalização e despatologização da homossexualidade, a denúncia da repressão, a ressignificação de termos considerados pejorativos, como bicha, sapatão, etc., a conscientização e politização da comunidade homossexual e a união com os demais setores minoritários das mulheres, negros, índios e ambientalistas (SIMIONATO, 2018, p. 02; SILVA; BRITO, 2017,p. 216; SCHULTZ; BARROS, 2011, p. 02). Desta forma, conforme tal explicação, nas edições finais, o foco de *Lampião* passou a ser a pornografia e temas sensacionalistas, como a masturbação, o sadomasoquismo de alguns homossexuais, enfim, temas que chamassem a atenção para atingir o público, e, portanto, o jornal tornou-se mais um jornal comercial (SIMIONATO, p. 2; SCHULTZ; BARROS, 2011, p. 14; FERREIRA, 2010, p. 11). Todavia, tendo a discordar deles, pois a questão do nu causou "muita controvérsia", pois "os comentários sobre elas no jornal vão da acusação feita de apresentar os homens como objetos sexuais, aos pedidos para que fotos como aquelas saíam apresentadas com mais frequência" (LAMPIÃO, 1979, p. 9). Além do mais, foram pouquíssimas as fotos pornográficas no jornal, que só apareceram mesmo em 9 edições: 22, 23, 24, 25, 27, 33, 35, 36 e 37; pois fotos com pessoas em trajes íntimos, já circulavam desde a edição 7, para ilustrar algum texto ou para se fazer propaganda de assinatura para o jornal.

Uma outra questão que pode ter sido motivadora para o fim do jornal, foi a relação entre algumas pessoas que faziam parte do conselho editorial. O pessoal do Rio (Aguinaldo), por exemplo, queria um jornal com características de um jornal, já o pessoal de São Paulo (Trevisan) queria uma publicação militante. Outra questão que causou discórdia entre eles foi a questão da saída do armário. Enquanto Mascarenhas, por exemplo, "pensava que os homossexuais deveriam assumir, tanto seus guetos quanto suas formas de vida", os outros conselheiros pensavam que esse ato "implicava na manutenção da desigualdade ou na universalização dos sujeitos homossexuais, dizendo que o ato de se assumir, envolvia uma pergunta, que era: 'Se assumir para quem?'" (RODRIGUES, 2015, p. 69-70). Por isso, João Antônio Mascarenhas "se afastou, de livre e espontânea vontade, por discordar da linha

editorial que os outros conselheiros, contra o seu único voto, escolheram para o Lampião" (LAMPIÃO, 1981, p. 3).

Outro fator que contribuiu para o fim de *Lampião* foi o medo dos jornaleiros, que tinham suas bancas atacadas e destruídas por atentados promovidos pela extrema-direita militar (NAPOLITANO, 2014, p. 204).

A repressão a pessoas e à imprensa também são fatores a serem considerados. No artigo "Sinal de alerta", o conselho editorial, chama a atenção para a opressão e repressão que o sistema estava fazendo ao que diz respeito às questões homossexuais, citando como exemplos: o inquérito aberto em setembro contra nove jornalistas responsáveis pela matéria "O Poder Homossexual", publicada na revista *IstoÉ*, que foram acusados de fazer 'apologia malsã do homossexualismo'"; a condenação do Dr. Roberto Farina por "lesões corporais", só porque fez uma operação de mudança de sexo em um dos seus pacientes transexual; e o processo contra o jornalista Celso Cúri, em que este é acusado de "promover encontros entre anormais" (Lampião da Esquina, 1978, p. 16). Tal perseguição não poderia para com eles, e *Lampião* sabia que corria perigo também, por isso finaliza o artigo dizendo que manifesta preocupação "com os fatos acima relatados e pedimos que se mantenham atentos para eles todos os que acreditam nas práticas democráticas" (Lampião da Esquina, 1978, p. 16).

Mas, não tardou muito para o jornal também ser processado. Assim, na edição de número 12, com o título "Uma capa com muitas estrelas", *Lampião* tornava pública o que estava sofrendo:

> No dia 2 de abril cinco editores de LAMPIÃO da Esquina compareceram à sede do Departamento de Polícia Federal, na Praça Mauá, Rio (que, ironicamente, possui à porta este letreiro: "Imprensa Nacional"), para serem identificados criminalmente. Antônio Chrysóstomo, Francisco Bittencourt, Aguinaldo Silva, Clóvis Marques e Adão Acosta foram fotografados de frente e de perfil (e não de costas, como se esperava), e tiveram suas impressões digitais tiradas dezenas de vezes, indiciados que estão no inquérito de n° 25/78 daquela repartição policial, sob a acusação de "ofensa à moral e ao pudor público" (decreto 1077, Lei de Imprensa).
> A identificação criminal encerra a fase de inquérito, já que agora cabe ao delegado que conduziu os trabalhos enviá-lo à Justiça. E esta decidirá se deve denunciar os editores de LAMPIÃO, OU SIMPLESMENTE ARQUIVA-LO. (Lampião da Esquina, 1979, p. 3)

Entretanto, *Lampião* tenta tranquilizar os seus leitores dizendo que talvez o caminho tomado pelo delegado seria o de absolver o jornal e arquivar o inquérito, já que

> As absolvições recentes de Celso Cúri em São Paulo, e do poeta Nicolas Behr em Brasília, ambos enquadrados no mesmo item do decreto 1077, mostra qual é a posição da Justiça, a essa altura dos acontecimentos - e da vida nacional - quanto a esse tipo de acusação. (idem, p. 3)

Mas, não foi isso que ocorreu. O processo foi levado adiante e no mês de julho foi a vez de João Trevisan, Darcy Penteado, Jean Claude-Bernadet e Peter Fry, terem os seus depoimentos tomados, serem fotografados e terem as impressões digitais recolhidas em São Paulo (SILVA, 1979, p. 5). Entretanto, o processo foi arquivado, mas, em outubro de 1979, o que desgastou muito *Lampião,* sob o parecer da justiça afirmando que o conceito de moral, usado contra a publicação, "era relativo e não absoluto, portanto não havia como utilizá-lo em nome de todos os membros da sociedade" (MACRAE, 1990, p. 169).

Ainda dentro do campo da justiça, temos um outro motivo que contribui para o apagar de *Lampião da Esquina*: o processo contra um dos conselheiros editorial, Antônio Chrysóstomo. Chrysóstomo, no final de 1980, foi acusado de abusar sexualmente de Cláudia, uma criança que havia sido adotada por ele, pois esta criança vivia "mendigando na rua, com a mãe débil mental", que "era encontrada sempre à porta do prédio onde funcionava a redação do Lampião, na Lapa" (ANDRADE, 2015, p. 54).

Os médicos legistas constaram a integridade da criança, mas mesmo assim, Chrysóstomo foi indiciado num processo criminal, sob acusação de "maus-tratos contra menor" e "uso de menor para fins condenáveis" (idem, p. 54). Ainda em 1980 mesmo, Chrysóstomo recebeu prisão preventiva, e, oito meses depois foi julgado e condenado a dois anos e oito meses de prisão em regime fechado por atentado violento ao pudor; mais dois meses e vinte dias, por maus-tratos ao menor; e, um ano de medida de segurança em prisão, por periculosidade social (ANDRADE, 2015, p. 54).

Chrysóstomo permaneceu preso até março de 1983, quando foi julgado em segunda instancia e os juízes o consideraram inocente, "sob alegação de que o julgamento anterior baseava-se não em provas, mas em conjecturas" (idem, p. 55).

Enfim todos estes motivos apontados ao longo do texto, que se somam-se a outras questões como o surgimento de outras publicações voltadas para os homossexuais, o pouco número de anunciantes, e, a apropriação, por parte da grande imprensa, dos temas que pertenciam à imprensa alternativa, após o enfraquecimento do regime militar (ROSA, 2005), fizeram com que *Lampião da Esquina* deixasse de ser comercializado definitivamente a partir de junho de 1981, pois sua luz, suas ideias, ainda continuaram, continuam e continuarão iluminando os becos e os armários que nos são impostos a cada dia, ensinando que por mais difícil que tudo possa parecer, sempre há uma lamparina, para que possamos caminhar nas estradas perigosas de nossas escolhas, pois, no momento atual da vida política brasileira, o cuidado de si e do outro, somado ao ativismo político, são as nossas únicas garantias de nos

manter vivos e com as garantias já conquistadas intactas, sem retrocessos, sem nenhum direito a menos.

Termino esse capítulo aqui falando de luz, porque o próximo, será o das “trevas”. Nele, falo sobre a ditadura militar e sobre a relação entre homossexuais, *Lampião* e ditadura.

CAPITULO II: "CORRE, QUE LÁ VEM OS HOME!"[138]

A história do Brasil é composta de muitas peculiaridades. Nossa Independência foi declarada pelo filho do imperador português. Enquanto o resto do continente era republicano no século XIX, nós passamos a maior parte dele sob uma Monarquia. Em quase 130 anos de República, tivemos 36 governantes[139], e desses apenas 23 mandatos foram eleitos "diretamente"[140] e só 13 foram iniciados e terminados[141]. Passamos por algumas ditaduras, e estamos exatamente a 55 anos do início da última, e apenas um pouco mais de 30 anos do fim desta. E mesmo sabendo de todas as atrocidades que o período da ditadura militar, de 21 anos, significou para a nossa história, encontramos pessoas saudosas dela e pedindo por intervenção militar, como vem ocorrendo nos últimos anos, e em especial, com mais destaque nesse ano após a greve dos caminhoneiros, que se manifestaram, principalmente, contra a alta do diesel. Não sei se é por pura ignorância e desconhecimento, se é por desespero, ou por falta de

---

[138] Título extraído da reportagem homônima publicada na seção Reportagem da edição nº 36, p. 13, de maio de 1981, do jornal *Lampião da Esquina*.

[139] Deodoro da Fonseca (1889-1891), Floriano Peixoto (1891-1894), Prudente de Moraes (1894-98), Campos Sales (1898-1902), Rodrigues Alves (1902-06), Afonso Pena (1906-09), Nilo Peçanha (1909-10), Marechal Hermes da Fonseca (1910-14), Wenceslau Brás (1914-18), Delfim Moreira (1918-1919), Epitácio Pessoa (1919-22), Arthur Bernardes (1922-26), Washington Luís (1926-30), Getúlio Vargas (1930-1945), José Linhares (1945-1946), Eurico Gaspar Dutra (1946-51), Getúlio Vargas (1951-54), Café Filho (1954-1955), Carlos Luz (presidente por 3 dias em 1955), Nereu Ramos (1955-1956), Juscelino Kubitschek (1956-61), Jânio Quadros (1961), Ranieri Mazzilli (1961 e 1964 ambos os anos por 13 dias até a escolha do novo presidente), João Goulart (1961-1964), Humberto Castelo Branco (1964-1967), Artur da Costa e Silva (1967-1969), Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979), João Figueiredo (1979-1985), José Sarney (1985-1990), Fernando Collor de Mello (1990-92), Itamar Franco (1992-1995), Fernando Henrique Cardoso (por dois mandatos: 1995-2003), Luís Inácio Lula da Silva (por dois mandatos: 2003-2011), Dilma Vana Rousseff (por dois mandatos: 2011-2016) e Michel Temer (2016 até atualmente). Vale destacar que devido a uma doença do presidente Costa e Silva, durante dois meses de 1969, o Brasil foi governado por uma junta provisória formada por Aurélio de Lira Tavares, Augusto Rademaker e Márcio de Sousa Melo. Ver <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1537268-confira-quem-foram-os-presidentes-do-brasil-desde-a-proclamacao-da-republica.shtml > Acesso em 30/06/2018

[140] Em 127 anos de República, os presidentes eleitos por voto direto, mesmo sob suspeição de fraude e com a ausência de toda a população, como mulheres e analfabetos, foram: Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves (em dois mandatos: 1902-06 e 1918, mas morreu antes da posse), Afonso Pena, Nilo Peçanha, Marechal Hermes da Fonseca, Wenceslau Brás (candidato único, mas eleito por voto direto), Epitácio Pessoa, Arthur Bernardes, Washington Luís(candidato único, mas eleito por voto direto), Júlio Prestes (eleito, mas não empossado, devido à Revolução de 30), Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso (por dois mandatos: 1995-2003), Luís Inácio Lula da Silva (por dois mandatos: 2003-2011) e Dilma Vana Rousseff (por dois mandatos: 2011-2016). Os demais presidentes foram escolhidos indiretamente, seja pelo Congresso ou pelo Exército. Ver < https://super.abril.com.br/historia/so-5-presidentes-eleitos-completaram-o-mandato-nos-ultimos-90-anos/ > Acesso em 30/06/2018

[141] Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves (mandato de 1902-06), Hermes da Fonseca, Wenceslau Brás, Epitácio Pessoa, Arthur Bernardes, Washington Luís, Eurico Gaspar Dutra, Juscelino Kubitschek, Fernando Henrique Cardoso, Lula, e Dilma (completou só o primeiro mandato, o de 2011). Ver: < https://super.abril.com.br/historia/so-5-presidentes-eleitos-completaram-o-mandato-nos-ultimos-90-anos/ > Acesso em 30/06/2018

credibilidade dos políticos ou por qualquer outro motivo qualquer, mas tais pedidos só provam o quanto esse período ainda é mal compreendido e precisa ser ainda mais explicado e explanado, apesar desse tema ter sido vastíssimo estudado, e contar com pesquisas já consumadas, como as de Carlos Fico[142], Jorge Ferreira[143] e Elio Gaspari[144].

Sergio Etchegoyen, general e ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional, do ex-presidente Michel Temer, afirmou em entrevistas concedidas à imprensa, que falar de intervenção militar é "assunto do século passado"[145]. Se Sérgio pretendeu com essa fala afirmar que o pedido pela volta dos militares é algo que pertenceu ao século XX e que lá deveria permanecer, concordo com ele. Mas, se ele se referiu ao assunto como algo que já está ultrapassado, tenho que discordar, pois o pedido pela intervenção dos militares e da ditadura continua sendo assunto do nosso presente. Assim como o ministro, eu também "vivo no século 21 e o século 21 está divertidíssimo... [o] farol, que eu uso para me conduzir, é muito mais potente do que o retrovisor", mas nesse capítulo, irei atentar um pouco mais sobre esse retrovisor, que às vezes por esconder "pontos cegos"[146], acaba por permitir acidentes como o saudosismo da ditadura militar, e oportunistas, como o atual presidente Jair Bolsonaro, por exemplo, de alavancarem suas plataformas eleitorais.

Estamos também a mais de 40 anos do fim do AI-5 - extinto em dezembro de 1978 -, o dispositivo mais repressivo da ditadura militar brasileira, que vigorou por 10 anos. Mas foi também em 1978, em abril, que surgiu o jornal *Lampião da Esquina*, com sua primeira edição em caráter experimental, que se intitulava apenas *Lampião*. Este jornal chegou ao fim em

---

[142] Ver: **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil (1969-1977) da Editora FGV, do ano de 1997; **O regime militar no Brasil (1964-1985)**, da Editora Saraiva, 2004; **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar, da Editora Record, 2014.

[143] Ver: **1964** - o Golpe Que Derrubou Um Presidente, Pôs Fim ao Regime Democrático e Instituiu A Ditadura, Editora Civilização Brasielira, 2014.

[144] Ver: **A Ditadura Envergonhada**, volume 1. Coleção As Ilusões Armadas, São Paulo: Companhia das Letras, 2002; **A Ditadura Escancarada**, volume 2. Coleção As Ilusões Armadas, Rio de Janeiro: Intríseca, 2014,; **A Ditadura Derrotada**, volume 3. Coleção O Sacerdote e o Feiticeiro, São Paulo: Companhia das Letras, 2003; **A Ditadura Encurralada**, volume 4. Coleção O Sacerdote e o Feiticeiro, São Paulo: Companhia das Letras, 2004; **A Ditadura Acabada**, volume 5. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016

[145] MAZUI, Guilherme. 'Assunto do século passado', diz ministro sobre pedidos de intervenção militar. **G1**, Brasília, 29/05/2018. Disponível em: < https://g1.globo.com/politica/noticia/assunto-do-seculo-passado-diz-ministro-sobre-pedidos-de-intervencao-militar.ghtml >

[146] Em direção, o termo "ponto cego" é usado para quando o retrovisor do automóvel não abrange determinada área no trânsito atrás do veículo. Ou seja, é a área ao redor do carro que o motorista não consegue enxergar olhando para frente, para trás ou por qualquer um dos retrovisores. Os pontos cegos ficam nas laterais do veículo onde o reflexo do retrovisor não alcança. Eles sempre vão existir, mas podem ser reduzidos com um bom ajuste dos espelhos. Para saber mais sobre Ver <https://www.vix.com/pt/bdm/de-carona/ja-ouviu-falar-em-ponto-cego-do-carro-saiba-onde-esta-e-como-acabar-com-ele>
Aqui se faz uso do termo ponto cego como uma metáfora para dizer que a forma como enxergamos esse período, depende da maneira como arrumamos o retrovisor, e que o olhar para trás e para os lados é necessário para se evitar erros, "acidentes". Os nossos retrovisores aqui são as pesquisas, que assim como os faróis, ajudaram a entender mais essa estrada, esse caminho chamado ditadura militar.

1981, tendo deixado um legado de 38 edições regulares e mais 3 edições extras. Portanto, *Lampião* está enquadrado, desde a sua origem até o seu término, no contexto brasileiro de abertura política "lenta, gradual e segura"[147] posto em prática pelo general Ernesto Geisel, o penúltimo dos cinco presidentes militares que governaram o país desde o golpe civil-militar[148] em abril de 1964. É de suma importância perceber duas questões: a primeira é referente à sua emergência na sociedade brasileira, que se dá particularmente na década de 1970, que foi um período marcado pela atuação de novos movimentos sociais, como o dos negros, das mulheres e dos homossexuais, que lutavam entre outras coisas, contra a opressão, pela redemocratização e pela busca de liberdade de expressão; e, uma segunda questão, é atentar para o fato de que mesmo tendo sido criado um pouco antes da extinção do AI-5 e ter sobrevivido até 1981, o período em que *Lampião* foi produzido não foi menos repressivo, como atesta a perseguição que mostrarei ao longo dessas páginas.

Peculiar também, então, se tornou a feitura deste trabalho, pois tratamos aqui de três assuntos sensíveis: ditadura, imprensa e homossexualidade. São temas que todos certamente têm já alguma opinião sobre, seja de crítica ou de defesa. Veremos todos os assuntos mais detalhamente ao longo do trabalho, mas resumindo o porquê penso que cada um desses temas é sensível, basta reconhecer que ainda se tem uma disputa muito grande em torno deles. Sobre a ditadura militar, em tempos de descrença política, tentam recuperar sobre ela a ideia de um regime que não foi corrupto e que realizou grandes feitos para o nosso país, sendo o principal deles na economia, nos levando ao top 10 dos países com melhor desempenho econômico[149]. Sobre a homossexualidade, em um país que tem uma maioria católica, e um aumento do conservadorismo dos evangélicos, a temática conseguiu sair pouco do campo religioso. Acresenta-se aos religiosos, os psicologos e políticos que ainda acham ser possível a tal da

147 A redemocratização programada e controlada pelo Estado conduzido pelos presidentes Geisel (1974-1979) e João Figueiredo (1979-1985) não era bem-vista tanto pelos setores linha-dura do Exército, que eram contrários à redemocratização do país, quanto pelos civis, que desejavam urgentemente a volta à democracia, o que gerou muita violência no país enquanto durou o processo de abertura. Para saber mais Ver CORRÊA, Maria Letícia. As militâncias em oposição à ditadura militar: movimento estudantil e luta armada. Movimentos da sociedade civil na oposição à ditadura militar In: CORRÊA, Maria Letícia. **História do Brasil IV**. v. 2. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2012, p.143.

148 Em consonância com Napolitano (2014) concordamos que o golpe teve participação dos civis (empresários, latifundiários, igreja etc.) e militares, apesar da preponderância da atuação dos militares no golpe de 1964. E depois de confirmado o golpe, com os militares já instalados no governo, o regime se tornou militar já que o poder de decisão estava sob a tutela deles. Ver NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

149 Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI) entre as 10 economias mais ricas de 2018 estão: Estados Unidos, China, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Índia, Itália, Brasil e Canadá. Ver: < https://www.weforum.org/agenda/2018/04/the-worlds-biggest-economies-in-2018 > Acessado em 19 de agosto de 2018.

"cura gay"[150]. Por fim, quando se fala sobre imprensa, se pensa no famoso quarto poder[151]. Quase todos o temem. Além do mais, quando se fala em imprensa, vem logo na mente a liberdade da imprensa e de expressão, e qualquer coisa que se fale contra ela, é considerado uma tentativa de censura. Por isso, tocar nessas três temáticas, é um pouco complicado.

Se no capítulo I, apresentei *Lampião da Esquina*, nesse capítulo, tenho como objetivo refletir sobre o contexto no qual foi produzido: a ditadura militar. Outro objetivo deste capítulo é articular como é que os homossexuais foram tratados pelo Estado durante tal período e como foi a relação específica do jornal *Lampião* com a ditadura militar. Assim, como no primeiro capítulo, decidi manter os títulos de acordo com títulos que apareceram no jornal, e, usando-os conforme o conteúdo da dissertação.

2.1) "SINAL DE ALERTA"[152]

Muitas coisas começaram a mudar no Brasil a partir da década de 1950, conhecida também como "**Anos dourados**"[153], porque foi nela que ocorreram importantes transformações socioeconômicas e culturais que diferenciaram essa sociedade brasileira da dos períodos anteriores. Até então, no Brasil predominava uma estrutura produtiva eminentemente rural, um processo de industrialização ainda incipiente e com pouco

---

[150] Entre os políticos que defenderam o projeto de "cura gay" cito João Campos, do PSDB de Goiás, em 2013, e Ezequiel Teixeira, do PTN - RJ, que o defendeu em 2016. Ver: < https://www.cartacapital.com.br/politica/na-camara-projeto-de-cura-gay-segue-tramitando > Acesso em 19 de agosto de 2018.
Quanto aos psicólogos, cito o caso de Rozângela Alves Justino, Marisa Lobo e Adriano Lima. Ver: < https://www.viomundo.com.br/politica/deputado-que-propoe-cura-gay-elogia-decisao-de-juiz-e-e-contestado-por-jean-wyllys-veja.html > Acesso em 19 de agosto de 2018.

[151] Para saber mais sobre o quarto poder Ver RAMONET, Ignácio. Meios de Comunicação: um poder a serviço de interesses privados?. In: MORAES, Dênis de (Org.).**Mídia, poder e contrapoder**: da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo, 2013; ALBUQUERQUE, A. **A mídia como "Poder Moderador"**: uma perspectiva comparada. Trabalho apresentado no XVII Encontro da Compós. São Paulo, 3-6 jun. 2008; e, ALBUQUERQUE, A. **As três faces do quarto poder**. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho "Comunicação e Política", do XVIII Encontro da Compós, na PUC-MG. Belo Horizonte, MG, jun. 2009.

[152] Título extraído de um artigo homônimo publicada na seção Literatura da edição nº 05, p. 16, de outubro de 1978, do jornal *Lampião da Esquina*.

[153] O termo a "Era do ouro" ou os "anos dourados" surge entre historiadorese e economistas para identificar o *boom* econômico mundial dos anos 50 e 60 que afetou países comunistas e capitalistas e os países do Terceiro Mundo – termo que se consagrou na Conferência Afro-Asiática, na Indonésia, em 1955, para se referir ao conjunto de mais de cem países que afirmavam não fazer parte nem do Primeiro nem do Segundo Mundo, buscando portanto, uma identidade à parte da bipolarização da Guerra Fria, em geral da África e da Ásia, e mais tarde da América Latina -, que passsaram a ser considerados "em desenvolvimento", como o Brasil. Ver: GROPPO, Luís Antonio. **Uma onda mundial de revoltas: movimentos estudantis nos anos 1960**. Tese de Doutorado (Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas -SP, 2000, p. 34-79.

desenvolvimento tecnológico. Agora, com um alinhamento maior com os Estados Unidos[154], provocados pelas políticas externas dos governos do general Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) - que nos aproximou ainda mais do estilo de vida dos norte-americanos (*American Way of Life*) iniciado nos anos 40, com a ditadura varguista-, e dos governos de Getúlio Vargas (1951-1954) e de Juscelino Kubitschek (1956-1960), o país começava a se modernizar[155], e com tal modernização, as pessoas começaram a migrar do campo para as grandes cidades à procura de melhores condições de vida e pelo fascínio que causavam[156].

No Brasil dos anos 50, na política vivíamos o período da redemocratização brasileira, depois de oito anos da ditadura do Estado Novo, de Getúlio Vargas. Tivemos na presidência o general Dutra (1946-1951)[157], Vargas (1951-54)[158], que voltou ao poder, desta vez pelo voto

---

[154] Após o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo se dividiu em torno de dois blocos: a União Soviética, representando o comunismo, e os Estados Unidos, representando o lado capitalista. Essa bipolarização permanente entre os dois grupos, por quase 50 anos, é chamada pelos historiadores de **Guerra Fria**, porque não houve derramamento de sangue, mas apenas disputas econômicas, tecnológicas e políticas, tendo seu auge na década de 70, pois antes os EUA se preocupavam mais com a questão do ainticomunismo. O Brasil resolveu seguir os EUA, apesar de ter estabelecido relações diplomáticas com a URSS em abril de 1945 que depois foi rompida com Dutra em 1947 e restabelecida em 1961 com Jânio Quadros; e relações comerciais, em 1958, no governo de JK. Para saber mais sobre esse alinhamento do Brasil com os EUA Ver: TOTA, Antônio Pedro. **O Imperialismo sedutor**: A americaniação no Brasil na época da Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

[155] Sobre o processo de modernização da sociedade brasileira desde os anos 1950 até os anos 1970, ver NOVAIS, Fernando; MELLO, João Manuel Cardoso de. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, Fernando; SCHWARCZ, Lilian Maria (orgs.). **Historia da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. Vol.4. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998, p. 559-658.

[156] Em 1950 viviam nas cidades somente 10 milhões de pessoas, enquanto 41 milhões vivam no campo, vilarejos ou cidades com menos de 20 mil habitantes. A partir desse ano, migraram para as cidades, 8 milhões de pessoas; nos anos 60, mais 14 milhões, e nos anos 70, 17 milhões. Nos anos 80, as cidades abrigavam 61 milhões de citadinos, e o campo 60 milhões. Ver: NOVAIS, Fernando; MELLO, João Manuel Cardoso de. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, Fernando; SCHWARCZ, Lilian Maria (orgs.). **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. Vol. 4. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998, p. 574 e p. 581.
A população do Brasil, de acordo com a estimativa do IBGE de 2016, era de 206.081.432 de habitantes, e desses 84% moravam nas cidades e os outros 16 % no campo. Ver: IBGE, **Estimativas da população residente no brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2016**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2016/estimativa_dou_2016_20160913.pdf> Acesso em 30 de julho de 2018.

[157] Durante o seu governo, foi promulgada a Constituição de 1946, enfrentou várias greves, interviu em vários sindicatos, e adotou uma política econômica liberal, abrindo o país à livre importação de mercadorias. Várias industrias quebraram, e, antes de terminar o mandato, Dutra resolveu mudar a sua política e resolveu controlar as importações. Ver: REIGOTO, Luhan Martins. Governo Dutra: cenário externo, debate interno e política econômica (1946-1951). **XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**, Niterói, RJ, 2017, p. 1-22. Disponível em <http://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/20%20Governo%20Dutra%20cen%C3%A1rio%20externo,%20debate%20interno%20e%20pol%C3%ADtica%20econ%C3%B4mica%20(1946-1951).pdf> Acesso em 30 de junho de 2018.

[158] Vargas teve um governo marcado por uma política de caráter nacionalista, o que acabou desagradando os Estados Unidos, como a criação da estatal Petrobrás, em 1953, que nacionalizou o petróleo. Devido a falta do apoio popular, forte oposição e um possível golpe de estado, Vargas comete suicídio em agosto de 1954, e em seu lugar assume seu vice Café Filho, que se afastou por problemas de saúde, depois Carlos Luz, e por fim Nereu Ramos. Ver: FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Nem ortodoxia nem populismo: o Segundo Governo Vargas e a

direto da população, e Juscelino Kubitschek (1956-1960)[159]. Estes três presidentes - Dutra, Vargas e JK - fomentaram o processo de industrialização nacional através da substituição de importações, abertura ao capital externo para investimento, construção de uma infraestrutura como rodovias, hidroelétricas, aeroportos e pela promoção da indústria de base e de produção de bens de capitais, fundamentais para a produção nacional (ALBUQUERQUE, 2015).

Se nos anos 1930, ocorreu o desenvolvimento da indústria leve, de bens de consumo não-duráveis (têxteis, alimentos), quase sempre em mãos privadas, e, nos anos 1940, o desenvolvimento da indústria pesada e de base (aço, mecânica) em mãos do governo, foi na década de 60 é que nasceu e se fortaleceu a indústria de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos), através das empresas multinacionais. Produzíamos aço; petróleo e seus derivados, ou tínhamos para comprar, principalmente pelos grupos sociais mais favorecidos, como a classe média e alta, quase tudo o que era considerado moderno: produtos industrializados, como o arroz, feijão, açúcar, latas de ervilha, milho; ferro elétrico; o fogão a gás de botijão; chuveiro elétrico; panelas e frigideiras de alumínio; liquidificador; batedeira; geladeira; aspirador de pó; máquina de lavar roupas; a TV e tantas outras coisas. Na engenharia ergueu-se hidroelétricas e arranha-céus. As industrias do alumínio, cimento, vidro, papel, de alimentos, a têxtil, de confecções, bens de consumo duráveis, calçados, bebidas, móveis, farmacêuticas e de produtos de beleza cresceram. A indústria automobilística se tornou uma realidade e várias fábricas começam sua produção de caminhões, ônibus, carros e tratores. Surgem os supermercados, os *shoppings centers* (NOVAIS; MELLO, 1998, p. 562-566).

Com as influências norte-americanas, a imprensa também se modificou. Desde o seu surgimento em 1808, até os anos 50, a imprensa brasileira era dependente de “favores” do Estado - já que dependia dos financiamentos dos bancos oficiais, das isenções fiscais, da publicidade governamental e da distribuição das quotas de papel -, e manteve o modelo francês de fazer jornalismo, chamado jornalismo politico-literário, que tinha como base a

---

economia brasileira. **Tempo** [online]. 2010, vol.14, n.28, pp.19-58. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tem/v14n28/a02v1428.pdf > Acesso em 30 de junho de 2018.

[159] JK apresentou no seu governo o **Plano de Metas** cuja prioridade era o crescimento industrial para o desenvolvimento econômico do País. Com o lema **"50 anos em 5"**, o Plano possuía 31 metas que buscavam o desenvolvimento através dos seguintes setores: Energia, Transporte, Industria, Educação e Alimentação. A política econômica de JK foi a nacional desenvolvimentista, que tinha como base que o Estado é que desenvolveria o país a partir da entrada de capital estrangeiro no país. Seu governo terminou em 1960 com alto índice de infração e com a desvalorização do salário mínimo. Ver: ALBUQUERQUE, Alexandre Black de. Desenvolvimentismo nos governos Vargas e JK. **XI Congresso Brasileiro de História Econômica & 12ª Conferência Internacional de História de Empresas**, Vitória, ES, 2015, p. 1-28. Disponível em <http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_alexandre_black_albuquerque_desenvolvimentismo-nos-governos-vargas-e-jk.pdf> Acesso em 30 de junho de 2018.

transmissão de notícias de forma opinativa, com parcialidade e sem checar os fatos narrados, pois o jornalismo que se fazia era de combate, de crítica, de doutrina e de opinião (ABREU, 1996, p. 15). Mas, a partir dos anos 50, com a melhoria da economia e expansão das indústrias, a publicidade passou a compor 80% da receita desses jornais - os deixando mais dependente das verbas governamentais e das agências de propaganda nacional e internacional -, e o estilo jornalístico baseado no modelo norte-americano, que já estava presente em alguns jornais brasileiros, como o *Jornal do Brasil*[160], por exemplo, desde a década de 40, começou a predominar (SILVA, 2008, p. 49). O modelo estadunidense, teve influência de alguns jornalistas que viveram um tempo nos EUA nos anos 40, como Pompeu de Souza, Danton Jobin e Samuel Wainer, que quando voltaram ao país empregaram o que viram por lá. Assim, os dois primeiros levaram sua experiência para o jornal *Diário Carioca* e Samuel Wainer para o *Última Hora* (ABREU, 1996, p. 15). Deste modo, nossa imprensa escrita passou a ser pautada na profissionalização dos jornalistas e da atividade jornalística, no apreço da informação e notícia, mas, agora, transmitida da forma mais objetiva e imparcial possível, que separou o editorial do comentário pessoal e da opinião, continuando, entretanto, a ter certo grau opinativo (AMADO, 2012; ABREU, 1996).

Ademais, a publicidade obrigou os jornais a aumentarem sua circulação, uma vez que as agências davam preferência por colocar seus anúncios em veículos com grandes tiragens atingindo assim maiores leitores e possíveis consumidores. Desse modo, a imprensa antes artesanal, com técnicas de trabalho rudimentar, sem dispor de aparato técnico desenvolvido, passou a partir dos anos 20 a se transformar em um espaço industrial e comercial, baseando-se em uma estrutura empresarial, lhe possibilitando o aumento de sua distribuição e circulação. Surgiu, assim, os grandes conglomerados jornalísticos das famílias Marinho (*O Globo*), Mesquitas (*O Estado de S. Paulo*), Frias (*Folha de S. Paulo*) e Chateaubriand (Diários Associados) (AGUIAR, 2012, p. 107).

É válido destacar também que na década de 50 este espírito de novidades que tomou conta do país transcendeu a esfera econômica e contaminou o campo das artes e da cultura. Desta forma, o *design* arrojado e o concretismo das artes plásticas e da poesia; a *Bossa Nova* com Tom Jobim, Vinicius de Morais e João Gilberto; o cinema novo; o teatro do oprimido e as músicas de protesto, buscaram integrar cultura, modernidade e desenvolvimento, tendo

[160] Fundado no Rio de Janeiro em abril de 1891, por Rodolfo de Sousa Dantas e Joaquim Nabuco, o *Jornal do Brasil* era diário e matutino. Vítima de uma longa crise financeira, o jornal teve sua versão impressa extinta em agosto de 2010, quando passou a existir somente na internet. Para saber mais ver: SILVA, Eduardo. **As queixas do povo**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988; SODRÉ, Nelson Werne ck. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

como pretensão identificar e sintetizar os elementos da cultura e da sociedade brasileira para a valorização do popular como fundamento genuíno da nacionalidade brasileira (FERRIEIRA, 1996, p. 143). É nos anos 50 também que a "indústria cultural" dá os seus primeiros passos, com a massificação dos rádios e o surgimento da TV, e desenvolvimento do cinema e dos discos (LATTMAN-WELTMAN, p. 158).

Ainda no fim da década de 50, ocorreu a revolução sexual, impulsionada pelo movimento da contracultura - movimento de contestação dos valores, disseminados pela indústria e pelos meios de comunicação, surgiu nos anos 50 nos Estados Unidos, com a Geração Beat -, que rompeu com o ideal de uma conduta sexual conforme as regras do cristianismo até esta época, que se baseava na culpabilização do ato sexual fora do casamento e para além da procriação.

Também, na década de 1960, conhecida como os "**Anos rebeldes**", o Brasil continuou se modificando. No plano político tivemos o fortalecimento dos movimentos de esquerda. Já no plano cultural, para além do nacional-popular[161], houve o surgimento do movimento da contracultura[162], principalmente na segunda metade da década, com uma juventude que começou a se engajar politicamente através dos movimentos estudantis para negar diversos aspectos e comportamentos da cultura dominante.

Guardada as suas particularidades, o movimento da contracultura brasileira, assim, como o que ocorreu nos Estados Unidos, ocorreu nos principais centros urbanos, como em São Paulo e Rio de Janeiro, a partir de uma juventude universitária e pertencente à "nova classe média", que "por encontrarem obstáculos para uma participação mais atuante no plano político-cultural", acabaram sendo "atraídos por práticas culturais não hegemônicas e marginais, tanto dos esquerdismos (maoísmo, trotskismo, socialismo cristão e anarquismo), quanto dos exotismos (*beatniks*, *hippies*, misticismos, orientalismos)", e assim, se voltaram contra a sua própria classe social e rebelaram-se contra a ideologia dominante tradicional, começando então a discutir os papéis sexuais tradicionais e a pregar outros valores, práticas,

---

[161] O termo **nacional-popular** é um importante conceito para compreendermos o processo de formação, desenvolvimento e transformação da cultura nacional, apropriada de forma didático-pedagógica pelos intelectuais e artistas de esquerda, para uma maior identificação com o povo. Caberia à arte engajada ser popular, uma manifestação legítima do povo, e ao mesmo tempo emancipadora, revolucionária, visando desconstruir crenças e atacando tradições, a fim de "politizar as massas". Ver: GARCIA, Tânia da Costa. Tudo Bem e o nacional-popular no Brasil dos anos 70. **História**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 182-200, 2007, p. 183.

[162] Concebemos aqui o conceito de contracultura de Groppo, que o considera num sentido bem mais amplo que o de movimento *hippie*, que se insere nessa modalidade. O conceito de contracultura, para o referido autor, considera também como pertencente as outras experiências comportamentais de individuos e grupos, os movimentos artisticos e culturais, as novas modalidades filosóficas, religiosas e místicas, as experimentações com drogas e as discussões e contestações de valores, normas e tradições. Ver: GROPPO, Luís Antonio. **Uma onda mundial de revoltas: movimentos estudantis nos anos 1960**. Tese de Doutorado (Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas -SP, 2000, p. 603.

ideias e ideologias, como a qualidade em vez de quantidade, a paz, a harmonia e a igualdade em todos os setores da vida, o uso de drogas, como a maconha e a cocaína, estilo de vida *hippie* (GROPPO, 2000, p. 36-43).

Esta juventude buscava valorizar a simplicidade, o amor, a natureza e a liberdade; a defesa da liberação sexual, da pílula anticoncepcional - que dava à mulher a decisão de engravidar -, da prática do sexo natural (sem repressão social) e da sexualidade alternativa, que teve forte expressão, na década de 60, no feminismo e nos movimentos das comunidades gays (REICH, 1980; CATONNÉ, 1994). Estes jovens, enfim, eram contra o consumismo, os valores capitalistas impostos e o conservadorismo, pois isso levaria a uma libertação do espírito, a luta pela paz e ainda, a valorização das minorias, como as mulheres, os negros e os homossexuais (PRADO, 2008, p. 41).

Como exemplos da contracultura brasileira pode-se citar o surgimento da *Música Popular Brasileira* (MPB) em 1965, quando Elis Regina interpretou "Arrastão", de Vinícius de Moraes e Edu Lobo. Citamos também dois anos depois, em 1967, o surgimento dos grupos musicais *Tropicália*, de Caetano Veloso e Gilberto Gil, e *Os Mutantes*, com Tom Zé e Torquato Neto. Na literatura temos os romances e poesias que se abriram às discussões sociais ou políticas, como as de Antônio Callado, Érico Veríssimo, Ignácio de Loyola Brandão, Vinicius de Moraes e Carlos Drummond de Andrade. Nas artes plásticas, temos a coletiva *Opinião 65*, no Museu de Arte Moderna (MAMM), no Rio de Janeiro, que misturou artistas nacionais e internacionais preocupados com a renovação das artes e da sociedade, como Antonio Dias e Hélio Oiticica. No cinema, temos o surgimento do "cinema novo" com os cineastas Nelson Pereira dos Santos, Robertos Santos e Glaúber Rocha, com temáticas da área rural (Vidas secas, Deus e o diabo na terra do sol) e depois com temas mais urbanos (Terra em transe e Macunaíma) (GROPPO, 2000, p. 286-300). E no teatro e dança os *Dzi Croquettes*, que surgiram em 1972, e o *Teatro Oficina*, que surgiu em São Paulo no ano de 1958, produzindo várias peças sob a direção de José Celso Martinez Corrêa, e, entre as peças produzidas por ele está "O Rei da Vela", obra escrita por Oswald de Andrade em 1933 e encenada em 1967 (VALENTINI, 2016)[163].

Contudo, no campo da sexualidade, o Brasil ainda era conservador, e no que diz respeito à homossexualidade, ainda predominava a visão enraizada da existência de homossexuais e heterossexuais, onde o que importava não era o gênero com que se transava, mas o papel sexual desempenhado no ato (FRY; MACRAE, 1985). Assim, homossexuais

[163] Para saber mais sobre o teatro ver: < http://entretenimento.r7.com/corajoso-teatro-brasileiro-resistiu-a-ditadura-militar-31032014 > Acessado em 19 de agosto de 2018.

eram aquelas pessoas que assumiam as posições passivas, a de penetrados, enquanto os ativos, os penetradores, continuavam com uma imagem de “machos” (idem).

Por fim, foi também na década de 60 que ocorreu um golpe civil-militar em João Goulart, baseando-se na retórica de moralidade pública e dos bons costumes, na defesa da solidez das tradições, na demanda por mais segurança, na proteção da família, no cultivo de valores religiosos cristãos, apresentando assim, uma congruência com um discurso predominantemente anticomunista (QUINALHA, 2017, p.25). Mas, para entender o golpe civil-militar, temos que entender os governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-64).

2.1.1- **De 1961 a 1963: os governos antes do golpe**

Pela Constituição de 1946, as escolhas do presidente e a de seu vice não estavam vinculadas, pois as chapas de candidaturas eram independentes. E isto permitiu a eleição de duas pessoas tão diferentes – Jânio Quadros (PTN) e João Goulart (PTB) - na eleição presidencial de 1960, a última antes do golpe civil-militar de 64, que instaurou o regime militar no Brasil. Por esta Constituição, os mandatos duravam cinco anos, não era permitida a reeleição, mas permitia-se o direito ao voto a todos os brasileiros e brasileiras maiores de 18 anos, porém excluia o voto das pessoas que eram analfabetas, dos cabos e dos soldados.

Segundo Piletti, Jânio era um demagogo e queria aparentar ser igual ao povo. Falava uma linguagem mais simples, andava com os cabelos despenteados, com um paletó cheio de caspas, e comia sanduíche de mortadela nos palanques em que fazia os seus discursos. Ele se dizia católico, anticomunista, a favor da família e da moralização da sociedade (PILETTI, 1995). Já Jango era ligado ao trabalhismo e à figura de Vargas. Tinha sido Ministro do Trabalho de Getúlio, em 1953, e vice-presidente de Juscelino Kubitschek, de 1956 a 61. Tinha a sua força “derivava da máquina da previdência social e das alianças com a esquerda no controle dos sindicatos”. Conforme Elio Gaspari, Jango tinha uma biografia “raquítica, era um dos mais despreparados e primitivos governantes da história nacional”; era um homem “introvertido e tolerante, sem inimigos, e os ódios que despertou vieram todos da política, nunca da pessoa” (GASPARI, 2014, p. 48-49).

Jânio fez uma campanha eleitoral tendo como símbolo uma vassoura, prometendo varrer a velha política brasileira. Contudo, Jango, era produto dessa política que Jânio queria extirpar. Assim, elegeram-se ao mesmo tempo Jânio, com sua vassoura, e Jango, que encarnava o lixo a ser varrido. Jânio Quadros (PTN) foi eleito presidente, com 5,6 milhões de

votos (48%), e João Goulart (PTB) para vice-presidente com 4,5 milhões de votos (36%) (Idem, p. 49).

Após 15 anos de domínio do PSD, a oposição finalmente chegou ao poder, embora com uma bancada minoritária no Congresso. Jânio e Goulart tomaram posse no dia 31 de janeiro de 1961. Porém, Jânio permaneceu apenas por 07 meses no governo, e renunciou falando que "forças terríveis" ameaçavam sua permanência no governo. Mas uma outra versão especula que Jânio teria tentado dar um golpe de estado, um "autogolpe". Essa teoria de um "autogolpe" é confirmada pelo próprio ministro das Relações Exteriores de Jânio, Afonso Arinos de Melo Franco, no livro *História do povo Brasileiro*:

> Seu raciocínio [referindo-se a Jânio Quadros] foi o seguinte: primeiro, operar-se-ia a renúncia; segundo, abrir-se-ia o vazio sucessório – visto que a João Goulart, distante na China, não permitiriam as forças militares a posse, e destarte, ficaria o país acéfalo; terceiro, ou bem se passaria a uma fórmula, em consequência da qual ele mesmo [Jânio] emergisse como primeiro mandatário, mas já dentro do novo regime institucional (FRANCO; QUADROS, 1967, p. 241-242).

Jânio esperava uma grande comoção popular que lhe pedisse a sua volta, que o Congresso Nacional não aceitaria a sua carta de renúncia devido ao expressivo número de eleitores que o apoiou nas eleições, e que o vice-presidente eleito, João Goulart, seria vetado pelos militares. Se esse cálculo tivesse dado certo, Jânio não teria a oposição e teria grandes poderes sobre o Legislativo. Entretanto, o Congresso aceitou a sua renúncia e a população permaneceu indiferente (NAPOLITANO, 2014, p. 32).

Do período em que Jânio ficou no governo, destacamos os seguintes pontos: política externa independente dos EUA, o que desagradou os políticos da UDN, que o apoiavam, setores das Forças Armadas e outros segmentos sociais, devido a aproximação com a URSS e a China Comunista; ações moralizadoras como proibição do uso de biquínis, corrida de cavalos em dias úteis, e do uso de lança-perfumes. E na economia, ocorreu uma política austera com restrição de crédito e congelamento de salários, desencadeando o aumento da inflação e o crescimento da nossa dívida externa (idem, ibidem).

Como a Constituição dizia que se o presidente não pudesse mais exercer tal função assumiria o vice, Jõao Goulart, que estava em visita à China, não assumiu prontamente a função, porque alguns ministros militares de Jânio se opuseram à sua posse. No entanto, após a Campanha da Legalidade[164], liderada por Leonel Brizola, cunhado de Jango que ocupava o

[164] Também chamada de *cadeia da legalidade*, foi um movimento de resistência, liderado por Brizola, ao veto militar que ameaçou a posse de João Goulart na presidência. Ver CORRÊA, Maria Letícia. Os governos de Jânio

cargo de governador do Rio Grande do Sul, que exigia a posse de Goulart, o Congresso conseguiu votar uma emenda Parlamentarista que concedeu a Presidência da República à Goulart, num regime de parlamentarismo, onde ele ocuparia um cargo "decorativo" e quem realmente governaria seria um primeiro-ministro (CORRÊA, 2012, p. 48). Foi a primeira e única vez em que o regime parlamentarista foi implantado no período republicano brasileiro. Sob essa condição, Jango, se tornou então presidente do nosso país, no dia 7 de setembro.

Durante o período parlamentarista do governo de Jango, o primeiro gabinete foi presidido por Tancredo Neves, que ficou no cargo de 8 de setembro de 1961 a 12 de julho de 1962, que teve como objetivo principal a promoção da integração nacional. Mas também nesse período houve a criação da Eletrobrás e do 13º salário para o trabalhador. No entanto, tal gabinete foi dissolvido, pois todos os ministros saíram para concorrerem às eleições gerais de 1962, que eram para os cargos de governador de 11 estados[165], senadores e deputados.

Assim, foi formado um novo gabinete, presidido por Francisco de Paula Brochado da Rocha, que teve como principal questão a convocação de uma consulta popular acerca da continuidade ou não do regime parlamentarista, e resolveu antecipar tal consulta para a data de 7 de outubro de 1962, mesmo período em que ocorreriam as eleições gerais, através de uma ementa. Entretanto, o Congresso não a aceitou e o gabinete renunciou. Porém, com a queda do gabinete de Brochado da Rocha, o plebiscito que estava previsto para 1965, foi antecipado e ocorreu no dia 6 de janeiro de 1963. E, enquanto não se realizava o plebiscito, assumiu o gabinete de 1º ministro Hermes Lima, único Primeiro-Ministro que pertenceu ao partido de Jango. Com o plebiscito, a consulta confirmou que o povo brasileiro queria a retomada do regime presidencialista[166].

Com os poderes presidenciais de volta, o caminho para reformas de base – nome genérico que se dava às reformas desde o governo democrático de Vargas, para destacar que não eram reformas superficiais, mas sim estruturais[167] - parecia ficar mais livre. Dentre as proposições de reformas estavam: a agrária, a bancária, a fiscal, a universitária, a urbana e a administrativa. As reformas de base também previam maior intervenção do Estado na economia nacional, a ampliação do direito ao voto aos analfabetos e baixas patentes militares

---

Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964) e a crise política.In: CORRÊA, Maria Letícia; ALMEIDA, Mônica Piccolo. **História do Brasil IV**, v. 2. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2012. p. 48.

[165] Nas eleições de 1962 form eleitos os governadores e vice-governadores para os estados do Acre, Amazonas, Bahia, Ceará, Espirito Santo, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe. OS demais foram eleitos só em 1965. Para saber mais Ver < http://m.memorialdademocracia.com.br/card/ptb-cresce-mas-apoio-parlamentar-diminui > Acesso em 30 de junho de 2018.

[166] RODRIGUES, Natália. **Governo de João Goulart**. Disponível em < https://www.infoescola.com/historia/governo-de-joao-goulart/ >

[167] Duarte Pereira. Documentário 1961-64: O governo João Goulart. UNIVESP TV, 1964: 50 anos. 13 min.

e o controle do investimento econômico estrangeiro no país. Assim, ao longo de 1963, o governo Jango travou duas grandes batalhas: uma parlamentar pela aprovação da reforma agrária, e outra, de caráter econômico, tentando controlar a inflação e retomar o crescimento. Ambas foram perdidas.

Para se obter a reforma agrária, visando distribuir de maneira mais igualmente a terra entre os trabalhadores rurais, seria necessário mudar a exigência prevista na Constituição vigente de que a desapropriação de terras deveria sofrer indenização prévia em dinheiro. E para isso o governo não teria dinheiro. E para a obtenção das reformas, o governo dependia da política econômica do Plano Trienal, plano ortodoxo que foi elaborado pelo economista e Ministro do Planejamento Celso Furtado, que previa dois momentos: o primeiro tempo seria dedicado a um ajuste estrutural, com o controle da inflação e a retomada do controle das finanças públicas, através da restrição salarial e ao crédito e corte de despesas do governo. E o segundo tempo, seria a retomada do desenvolvimento, a partir das reformas estruturais: administrativa, fiscal, bancária e agrária (NAPOLITANO, 2014, p. 38).

Se essas reformas se realizassem, poderia se ter quatro resultados: o governo gastaria menos (e melhor), os impostos seriam integrados e progressivos, as condições de crédito seriam reorganizadas e a agricultura, mais produtiva. Porém, o plano não deslanchou, porque muitos sindicatos eram contra o corte de salários; os empresários não aceitaram o controle dos preços; os deputados, grandes detentores de latifúndios, não aceitavam abrir mão de suas terras através do pagamento por títulos de dívida, só com dinheiro (idem, p. 39). Ou seja, era impossível fazer as reformas. Todavia, Jango conseguiu aprovar o Estatuto do Trabalhador Rural, que levou os direitos sociais ao trabalhador do campo. E na educação, aboliu as cátedras vitalícias e nomeou representantes de estudantes para o Conselho Federal de Educação.

Em 1963, o governo de Jango passaria por dois outros mal-estares. O primeiro foi a perda do ministro da Fazenda Carvalho Pinto, que tentou fazer uma política restritiva de crédito e não teve tanta liberdade para concretizá-la e acabou deixando a pasta. Ele era um importante político de São Paulo, era da direita, e tinha credibilidade com ela e com a classe média. Enquanto ele permaneceu no governo, a direita e a classe média permaneceram tranquilas porque pensavam que Jango não faria nada que as prejudicasse. Com a saída de Carvalho Pinto, tal credibilidade então se acaba.

O segundo mal-estar ocorreu com a Rebelião dos Sargentos, em setembro, após a recusa do Supremo Tribunal Federal (STF) em dar posse aos militares que se elegeram como deputados e vereadores em 1962, já que a Constituição de 1946 impossibilitava a eleição

destes. Esses provocaram uma rebelião de sargentos e cabos, sobretudo das Forças Aérea e da Marinha, que tomaram conta das ruas e de prédios públicos de Brasília, prenderam o ministro e presidente do STF, Vitor Nunes Leal, e o presidente interino da Câmara dos deputados, deputado Clóvis Mota (PSD-RN). Apesar da prisão dos rebelados, essa situação alimentou a desconfiança das direitas de que Jango e, sobretudo, Leonel Brizola alimentavam o plano de um golpe de Estado apoiados por setores subalternos das Forças Armadas, o que levou Carlos Lacerda a sugerir aos Estados Unidos uma intervenção na política brasileira (NAPOLITANO, 2014, p.40). Diante disso, Goulart tentou enviar ao Congresso um projeto solicitando a decretação do Estado de Sítio. Mas, tal atitude foi criticada tanto pela esquerda como pela direita. Os primeiros temiam que tal ação fosse distanciar o governo dos setores radicais da esquerda. Já os partidos de direita, pensavam num "autogolpe" de Jango, reeditando o golpe de Vargas de 1937, com o qual instalou o Estado Novo (idem, ibidem). Assim, ele logo retirou o projeto do Congresso. Esse episódio serviu pelo menos para que ele optasse agora para fazer um governo mais à esquerda, pensando em ter o apoio popular para fazer pressão no Congresso.

Até esse episódio, a imprensa escrita, salvo um ou outro jornal, tinha apoiado a posse de Jango e se colocado em uma espécie de *stand by* para avaliar até onde iria o seu governo. Mas, agora o *Jornal do Brasil* deu a iniciativa para a formação de um bloco da imprensa contra o governo a partir da sua edição de 13 de setembro de 1963 com o editorial de título "Basta" (idem, p. 45). Assim, os

> grandes jornais, até então divididos em relação à figura do presidente João Goulart, começaram a se articular na chamada "Rede da Democracia", nome pomposo para a articulação golpista que tinha na imprensa mais do que um mero porta-voz. Com efeito, os jornais passaram a ser peças-chave na conspiração a partir do final de 1963. Tradicionalmente ligada à linha liberal-conservadora, a grande imprensa brasileira consolidou a leitura de que o país caminhava para o comunismo e a subversão começava no coração do poder, ou seja, a própria Presidência da República. A luta pelas "reformas", na visão da imprensa liberal afinada com o discurso anticomunista da Guerra Fria, tinha se tornado a desculpa para subverter a ordem social, ameaçar a propriedade e a economia de mercado. (...) O único jornal que continuava fiel ao trabalhismo e ao reformismo era o *Última Hora* (NAPOLITANO, p. 45).

Se unindo às rádios - Globo de Roberto Marinho, Jornal do Brasil de Nascimento Brito e rádio Tupi, de João Calmon -, os principais jornais da grande imprensa - *O Jornal*, dos Diários Associados, da família Chateaubriand; *Jornal do Brasil*, da família Nascimento Brito; *O Globo*, da família Marinho; *O Estado de São Paulo*, da família Mesquita e *Folha de São*

Paulo, da família Frias - formaram um arranjo midiático a favor da destituição do governo de Goulart chamado de "Rede da Democracia"[168]. A exceção de peça-chave na conspiração contra Jango coube ao jornal *Última Hora*[169], de Samuel Wainer. Dessa maneira, com o discurso unificado antirreformista e anticomunista de grande parte da mídia, alguns segmentos da sociedade brasileira passaram a desacreditar cada vez mais na capacidade do governo janguista. Os grandes empresários, por exemplo, que eram associados ao capital multinacional já não acreditavam mais na retomada do crescimento em um "ambiente seguro" para os negócios, pois viam o fantasma da regulamentação da remessa de lucros cada vez maior. A classe média também caiu no discurso da imprensa. Acossada pela crise econômica, temia o descenso social e o comunismo, pois em sua lógica a ascensão dos "de baixo", o proletariado, era tida como uma ameaça a ela (MOTTA, 2013, p. 46-47).

Dispondo de popularidade[170], o presidente João Goulart encaminhou-se para a política das ruas, dos comícios, das assembleias populares, aproximando-se então cada vez mais da esquerda no ano de 1964.

---

[168] Todos esses jornais tinham uma grande capacidade de circulação e influência. A tiragem média de cada um desses jornais diários variava entre 100 e 250 mil exemplares. É relevante ressaltar, também, que cada exemplar era lido por quatro pessoas, portanto, a circulação era bem superior à tiragem. Ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. **Topoi,** v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 62-85.

[169] *Última Hora* é considerado um dos marcos da modernização da imprensa escrita pelo fato de incorporar ao jornalismo, cada vez mais, um caráter independente, no visual, na escrita e na profissão. Afastou o texto jornalístico da literatura e de opiniões pessoais, como era feito no modelo francês, para, asssim, valorizar a notícia, a sua apuração e manter certa neutralidade, como era feito no modelo norte-americano; e modernizou o *design* gráfico ao introduzir uma diagramação com menos título e com imagens grandes, uso de cores, fotografias, ilustrações e caricaturas, que tornariam a sua leitura mais agradável. A primeira página, virou a "vitrine", e agora era uma pequena mostra de tudo que estaria dentro daquele jornal, não teriam mais letras miúdas, mas pequenos textos, fotos e títulos que seriam o aperitivo do que poderia ser encontrado no interior. Fundado em junho de 1951 no Rio de Janeiro - na época Estado da Guanabara - por Samuel Wainer, que conseguiu reunir em seu jornal a nata do jornalismo brasileiro da época, o jornal *Última Hora*, era lançado diariamente por uma editora de mesmo nome, para difundir, positivamente, as ideias e ações do governo eleito de Getúlio Vargas. Em 1952 passou a ser editado também em São Paulo e em 1961, surgiu uma edição nacional, impressa no Rio e complementada em Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Niterói, Curitiba, Campinas, Santos, Bauru e na Região do ABC paulista (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano). Em 1971, o jornal, foi vendido por Wainer a Maurício Nunes de Alencar. De 1973 até 1987, a responsabilidade pela edição do jornal passou à Arca Editora S.A., de Ari de Carvalho. Após ser vendido ao empresário José Nunes Filho, a *Última Hora* encerrou definitivamente suas atividades em julho de 1991, quando teve sua falência decretada pela Justiça. Ver: AMADO, Daniele Chaves. **Nem tudo que reluz é ouro**: A Última Hora, a Tribuna da Imprensa e a campanha de saneamento moral de Copacabana. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói -RJ, 2012.

[170] Conforme Napolitano, numa pesquisa do Ibope mostra que, às vésperas de ser deposto, em março de 1964, Jango tinha uma boa aprovação do seu governo nas grandes cidades brasileiras: 45% achavam-no "ótimo" ou "bom" e apenas para 16% dos entrevistados o governo era "ruim ou péssimo". Além disso, Jango já tinha 49% das intenções de voto para a eleição presidencial de 1965. Ver: Idem, p. 46.

2.1.2- **1964: os acontecimentos antes do dia dos tolos**

Até 1964, as Forças Armadas estavam divididas. Os oficiais que tentaram dar o golpe em 1961 para evitar a posse de João Goulart, não havia ainda construído uma hegemonia sólida junto à alta oficialidade, por haver generais ideologicamente ligados ao nacionalismo de esquerda, o que lhes aproximava do trabalhismo[171]. Assim, não existia um consenso ainda sobre o papel que os militares desempenhariam no processo. Sabemos que ao fim, decidiram por dar o golpe, e por isso, destacaremos alguns eventos que ocorreram, principalmente em março, e que levaram a esta decisão. Mas, antes de apontar tais eventos, queria destacar o papel de um financiador do golpe, os Estados Unidos, que temiam que o Brasil se tornasse uma "nova Cuba" (NAPOLITANO, 2014).

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos e a União Soviética saíram muito fortalecidos, e ambos queriam expandir suas políticas econômicas e ideológicas. Os EUA queriam e investiam na expansão do capitalismo, e a URSS, o socialismo. Nessa disputa, o socialismo foi ganhando vários países, assim como o capitalismo. A China, por exemplo, teve sua revolução socialista na década de 60. Cuba, em 1959, após a revolução comandada por Fidel Castro, também se tornou o primeiro país da América Latina a ter o socialismo implantado. Contudo, como esse crescimento do socialismo passou a ameaçar os interesses capitalistas, os EUA passaram a temer que outras "cubas" surgissem no continente americano. E por isso, começaram a apoiar a derrubada de presidentes democraticamente eleitos e a instalação de regimes ditatoriais em diferentes locais da América, ao longo dos anos 60 e 70, como na Argentina (1966-73), no Chile (1973-90) e Peru (1968-75), por exemplo, baseando-se num mecanismo de combate ao expansionismo do socialismo já criado nos anos 50, que foi a Doutrina de Segurança Nacional (DSN)[172], criada na *National War College*, cujas diretrizes procuravam combater o "perigo vermelho", o comunismo, dentro e fora do território norte-americano (GROPPO, 2000, p. 219).

---

[171] Os militares não formavam um grupo coeso e homogêneo. Dentre eles, havia uma divisão em duas vertentes: os **linha-dura,** composta pelo general Médici e Costa e Silva, que eram mais conservadores e pediam punições e perseguições políticas mais severas; e os **sorbonistas**, que eram mais moderados, composta pelos generais Humberto Castelo Branco e Ernesto Geisel, e viam a necessidade de promover o retorno à normalidade democrática. Ver: ALMEIDA, Monica Piccolo. Legitimidade e coação no pós-1964: institucionalidade partidária e repressão. In: CORRÊA, Maria Letícia. **História do Brasil IV**. v. 2. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2012, p.68.

[172] A doutrina contava com a teoria da "guerra interna", segundo a qual a principal ameaça vinha de dentro do país, como dos sindicatos, dos intelectuais, da Igreja e dos estudantes. Desta forma, todos esses grupos teriam que ser neutralizados ou extirpados. Ver: SILVA, Cláudio Roberto da. **Reinventando o sonho**: história oral de vida política e homossexualidade no Brasil contemporâneo. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998, p. 64.

Devido a esse receio, a partir de 1962 os Estados Unidos passaram a ficar mais atentos à política brasileira, que já tinha uma política externa relativamente independente dos norte-americanos desde a década de 50, por estreitar mais contatos com países socialistas como Cuba e China, e devido a uma maior aproximação entre Jango e as esquerdas de Brizola e do PCB. Quanto ao Brizola, os EUA já tinham tido dois problemas com ele em 1959, quando ele ocupava o cargo de governador do Rio Grande do Sul. Brizola expropriou a Bond and Share, companhia de energia elétrica filial da Amforp (American & Foreign Power), por 1 cruzeiro, depois da concessão vencida e sem acordo para renovação. E depois o segundo problema foi com a ITT (International Telephone and Telegraph), do setor de telecomunicações, que teve a filial estadual gaúcha pressionada pelo governo para investir mais na ampliação da rede telefônica (NAPOLITANO, 2014, p. 57).

No que diz respeito ao PCB, o problema que os EUA viam entre a relação de Jango com tal partido, estava numa suposta influência que ele tinha sobre o governo, e, isso se expressava, por exemplo, na posição brasileira em relação à crise dos mísseis em Cuba, na qual o Brasil foi contra à invasão da ilha, e, na relativa independência da política externa, que impossibilitava o combate ao comunismo.

Assim, temendo a implantação do socialismo no Brasil, uma das primeiras tentativas de interferência em relação à política brasileira ocorreu nas eleições de 1962, quando Washington resolveu investir recursos em políticos de oposição a Jango, a partir do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), que produzia e difundia conteúdos anticomunistas para rádio, TV e jornais para influenciar os debates políticos e econômicos (MACEDO, 2014). Apesar disso, o PTB, partido de Jango, elegeu 116 deputados federais, o PSD, elegeu 118, e a UDN teve 91 deputados. No Senado, das 45 cadeiras disputadas, o PTB ficou com 12, a UDN com 11, e o PSD com 17[173].

O IBAD tinha ligações com a Agência Central de Inteligência (CIA) norte-americana, e surgiu em 1959 através de empresários brasileiros e estrangeiros. Porém, com a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso, em 1963, para averiguar a sua participação nas eleições, ele acaba sendo fechado. Além dele, tinha-se também o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), outro órgão brasileiro que surgiu em 1961 e durou até 1972, que contava com financiamento norte-americano e tinha a mesma estratégia do IBAD: produzir desestabilização interna da política através de conteúdo anticomunista e de

[173] Ver: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://m.memorialdademocracia.com.br/card/ptb-cresce-mas-apoio-parlamentar-diminui > Acesso em 18 de junho de 2018.

oposição a Goulart. Enfim, poderíamos dizer que ela era um preparativo para a aceitação do golpe que viria em 1964 (THOMAS, 2017).

Como se não bastasse essa campanha de desestabilização interna, havia também um boicote externo a João Goulart, pois tanto Kennedy quanto Lyndon Johnson, seu sucessor, congelaram os empréstimos que Jango havia acertado com instituições internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (idem). Assim, a partir de 1963, o governo norte-americano preferia conversar e dar dinheiro diretamente aos governadores de oposição como Carlos Lacerda (RJ) e Adhemar de Barros (SP), do que dar apoio ao Governo Federal. Mas nesse ano, os EUA ainda não tinham se decidido totalmente pelo apoio ao golpe de Estado civil-militar. Entretanto, com o assassinato de Kennedy, em 1964, o quadro seria outro com o presidente Lyndon Johnson, que queria um golpe de Estado com um "ar de legalidade" (NAPOLITANO, 2014, p. 58), e para isto contava com o embaixador norte-americano Lincoln Gordon, que mapeava e apoiava os conspiradores brasileiros. Essa situação ficou ainda mais crítica com o episódio dos marinheiros, que ocorreu no dia 25 de março, onde não descartavam uma intervenção direta dos EUA (idem, p. 59). Mas decidiram que a ação do golpe viria dos brasileiros, e que os EUA seriam o apoio logístico e diplomático, caso Goulart fechasse o Congresso ou intervisse nos estados governados pelos partidos de oposição. Acabou-se organizando a "Operação Brother Sam", composta de uma força naval de caráter logístico e de apoio militar tático para que os Estados Unidos não aparecessem diretamente como agente da conspiração (idem, ibidem). Mas como não houve resistência, a operação não precisou ser acionada.

A historiografia vem afirmando que os reformistas e as esquerdas em geral não foram meras vítimas da história e de golpistas que agiram de maneira maquiavélica com proteção dos Estados Unidos. Os golpistas se alimentaram dos erros políticos e indecisões das esquerdas. Todavia, tais erros, não devem encobrir que o golpe de Estado civil-militar foi um projeto de tomada do poder complexo, errático e multifacetado. Desta forma, o mês de março de 1964, desenhou para ambas as partes - reformistas e golpistas, esquerda e direita – a cartada final: a batalha nas ruas. E estas, que sempre pertenceram à esquerda, agora se viram invadidas pela direita que "em nome de um civismo conservador e de um catolicismo retrógrado [...] mirava o comunismo, mas queria acertar o reformismo. E nisso foi bem-sucedida" (idem, ibidem). Pois, "animados com a presença da massa contra o governo Goulart e seus aliados, os golpistas se assanharam. Não era mais preciso sussurrar nos palácios, pois agora as ruas também gritavam contra as reformas" (idem, ibidem). Portanto, a ação contra o

governo estaria legitimada, nos mesmos termos da esquerda, pois ambos falavam em nome do "povo". Destacaremos tais lutas pelas ruas a partir de agora.

No dia 13 de março, ocorreu o Comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em frente ao Ministério da Guerra, onde Jango anunciava fazer as reformas. Mas antes dele discursar, Brizola (PTB) atacava o Congresso nacional por não aceitar as reformas de base e as direitas. Jango falou por mais ou menos uma hora. Defendeu as reformas agrária, tributária, eleitoral (pedindo o voto do analfabeto e a elegibilidade de todos os brasileiros) e pediu conciliação nacional. Jango aproveitou para assinar decretos, como o da Superintendência de Política Agrária (SUPRA), que tinha por incumbência implementar medidas de reforma agrária no país, e possibilitou a desapropriação de terras próximas à rodovias, ferrovias e açudes públicos federais (NASCIMENTO, 2016, p. 164). Goulart anunciou também que as refinarias de petróleo particulares seriam encampadas pelo Governo. No dia seguinte ao discurso, Jango assinou um decreto que tabelava os aluguéis e permitia a desapropriação de imóveis desocupados para uso social.

Com o Comício, Jango acabou assumindo publicamente a aliança com as esquerdas lideradas por Leonel Brizola, com o PCB liderado por Carlos Prestes, com o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), grande liderança sindical da época, e o grupo político do governador de Pernambuco Miguel Arraes (NAPOLITANO, 2014, p. 52-53).

Essa foi uma das senhas para a direita partir para o golpe. Ela achou que era preciso responder à mobilização reformista com uma mobilização de rua maior ainda, e então, no dia 19 ocorreu a Marcha da Família com Deus pela liberdade, dia de São José, padroeiro da família, para protestar contra as reformas de base de Jango, que segundo a oposição e representantes da Igreja Católica, transformariam o país num país comunista e ateu. Eles pediam democracia, liberdade e um governo cristão. Essa marcha foi convocada através dos jornais por associações religiosas, cívicas, femininas, anticomunistas e os partidos de oposição ao governo federal. As mais de 100 entidades civis envolvidas, foram coordenadas pela União Cívica Feminina - fundada em 1962 por mulheres de empresários e militares paulistanos – (KRETZER, 2015, p. 75), e pela Campanha da Mulher pela Democracia (Camde) – fundada no Rio de Janeiro em 1962 por padres e esposas de empresários cariocas (SOUSA, 2016, p. 66). Essas eram apoiadas pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), entidade fundada por empresários paulistas e cariocas que recebia dinheiro também dos Estados Unidos (idem, ibidem).

Depois de circularem pela cidade de São Paulo, foram para a Catedral da Sé, onde se tinha um palanque montado. Nele estavam padres, deputados de partido de oposição como o

PSD[174], PSB e a UDN, o governador da Guanabara Carlos Lacerda, e o presidente do Congresso Nacional, o senador Auro Soares de Moura Andrade. Todos discursaram contra Jango e Brizola, que para tais oradores, queriam implantar uma ditadura comunista no Brasil. Para impossibilitar a implantação, eles pediram a intervenção das forças militares.

A Marcha contra o governo foi apoiada abertamente pela maioria dos jornais e inspirou outras pelo interior do estado de São Paulo e também em outros estados, mas quando elas se realizaram os militares já tinham dado o golpe. Essas foram marchas de comemoração, as Marchas da Vitória (NAPOLITANO, 2014, p. 62).

No dia 25 de março, mais de 1500 marinheiros se reuniram no Palácio dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro, para comemorar o segundo aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. Mas, dois dias antes, o ministro da Marinha, Almirante Silvio Mota, que via na entidade um atentado contra a disciplina militar, pois ali os subalternos podiam fazer reivindicações e expor democraticamente as suas ideias, pediu a prisão de 12 diretores da Associação que participaram de uma assembleia que ocorreu no Sindicato dos Bancários, quando o presidente da entidade, o marinheiro José Anselmo dos Santos, conhecido como cabo Anselmo, protestou contra o almirante Silvio Mota. Seis marinheiros foram presos e os outros seis continuaram foragidos, entre eles o presidente José Anselmo.

Nesse clima foi convocada a comemoração do aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. Jango foi convidado, mas não foi. Porém, vários outros políticos e lideranças de esquerda foram. Também foi João Cândido Felisberto, conhecido como Almirante Negro, o lider da Revolta da Chibata, que ocorreu em 1910; José Anselmo e o deputado Carlos Maringhella (PCB). O ministro da Marinha determinou Regime de Prontidão Rigorosa, onde todos deveriam voltar para os seus postos ou seriam enquadrados como insubordinados.

Além disso Silvio Mota encarregou ao Almirante Cândido Aragão de acabar com a reunião, mas ele não cumpriu a ordem e pediu a demissão do cargo de Comandante do corpo de Fuzileiros Navais. No dia 26, eles chegaram comandados pelo Almirante Luiz Phelippe Sinay. Mas os rebelados de dentro do sindicato convidaram os outros fuzileiros para participarem do movimento. Vinte e seis aderiram e abandonaram na calçada suas metralhadoras, munições e capacetes. Silvio Mota então resolveu cercar o quarteirão com tanques do exército e tropas de choque, para invadir e prender todos do sindicato. Mas o chefe

[174] O PSD, fiel da balança no jogo parlamentar, virtualmente tinha rompido com o governo, preocupando-se com suas bases eleitorais conservadoras. Ver NAPOLITANO, 2014, p. 53.

da Casa Civil, Darcy Ribeiro, o ministro da Justiça e o ministro da Aeronáutica interferiram e resolveram aguardar o presidente Jango que estava fora do país, para mediar o conflito. Por fim, o presidente decidiu no dia 27 substituir o Almirante Silvio Mota pelo Almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues, prender os marinheiros e anistiá-los logo em seguida (NAPOLITANO, 2014, p. 55).

Em 30 de março, véspera do golpe civil-militar, o presidente João Goulart compareceu a uma reunião no Automóvel Clube, do Rio de Janeiro, para comemorar o 40º aniversário da Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar. Após ter quebrado a hierarquia e disciplina com o episódio dos marinheiros, Jango foi aconselhado a não ir. Mas foi, e fez um discurso para os sargentos, pedindo a união deles para o respeito aos seus superiores, e disciplina e respeito reciproco entre comandantes e comandados. Também falou das reformas de base que deveriam ser feitas dentro da Constituição e, criticou políticos e empresários que estavam usando a religião para mobilizar a população contra o seu governo. A presença de Jango no evento foi interpretada pelos jornais como um incentivo à quebra de disciplina, já que, ao falar diretamente com os subalternos, passava por cima de toda uma cadeia de comando (idem, ibidem). Esta foi a senha final para convencer os militares indecisos que o caminho para salvar as Forças Armadas e a nação seria derrubando o presidente.

Assim, o Comício e a Marcha, somados ao episódio dos marinheiros e do Automóvel Clube, são vistas pelos historiadores como os episódios que culminariam no golpe civil-militar que viria no dia 31 de março de 1964. E o que, de fato, uniu os golpistas para a derrubada de Goulart não foi uma posição antirreforma (que havia), mas a ideia de que era preciso parar o governo porque ele estava abrindo caminho para uma união da esquerda e uma possível instalação de uma ditadura comunista[175]. Assim, em nome da derrocada do comunismo (mas muitos sabiam que era balela) se uniram empresários, que se sentiram prejudicados com os limites impostos à remessa de lucros ao exterior; políticos que pensaram que o golpe se resumiria ao afastamento de João Goulart, com o restabelecimento da ordem e a passagem do poder novamente aos civis; religiosos, imprensa e o governo norte-americano que temiam o avanço do movimento comunista, em quem o presidente Jango buscava cada vez mais apoio; e os militares, que passaram a apontar o perigo que as mobilizações populares representavam para a democracia, ao subverterem a ordem e a paz.

Por fim, no dia 31, o golpe começou logo cedo, com a precipitação do general Olímpio Mourão Filho, em Juiz de Fora, Minas Gerais, que entrou em contato com os conspiradores

[175] Rodrigo Patto Sá Motta. Documentário **1961-64: O governo João Goulart**. UNIVESP TV, 1964: 50 anos. 2014, 28 min.

cariocas para salvarem o Brasil do comunismo e da subversão. A ação de Mourão Filho recebeu o aval do governador do estado, Magalhães Pinto, mas criou uma grande confusão entre os conspiradores e os governistas. Castelo Branco, que era apoiado pelos EUA, achou tal atitude precipitada. Costa e Silva, também se assanhou e tentou tomar a iniciativa, criando o Comando Supremo da Revolução, mas não fez nada de efetivo. Já os governistas e as esquerdas como todos não sabiam "o que fazer": bombardear os recrutas e prender o general Mourão? Substituir o ministro do Exército? Armar camponeses e operários, sob a liderança dos comunistas? Convocar uma greve geral? Muitas reações à rebelião militar foram esboçadas, mas nenhuma se concretizou (NAPOLITANO, 2014, p. 60).

O aeroporto de Brasília foi fechado e os Estados Unidos avisados que a "revolução" tinha tido início. O presidente Jango, assim como a esquerda, ficou inerte, pois sabia que qualquer decisão de conter o golpe pela força poderia iniciar uma guerra civil: já tinha sido avisado que os norte-americanos estavam prontos para reconhecer quem assumisse ao governo e intervir militarmente em favor dos golpistas. Ao longo do dia 31 de março suas ações se limitaram a conversar para chegar a uma solução negociada. JK, no fim da tarde, foi até Jango sugerir que ele fizesse um pronunciamento conciliador. Mais a noite, Amauri Kruel, ex-Ministro da Guerra, agora general e comandante do II Exército de São Paulo, ligou para Jango pedindo que ele demitisse os seus ministros de esquerda, mas Jango se recusou. E aí então Kruel lançou um manifesto e aderiu ao movimento golpista. E antes de terminar o dia, as tropas cariocas, que enfrentariam as mineiras, aderiram ao golpe (idem, p. 61).

A madrugada do dia 01, dia da mentira, dia dos tolos, foi bem tumultuado, com a mudança de esconderijo dos generais golpistas Castello Branco e Costa e Silva e com a descida das tropas de Juiz de Fora. Pela manhã a rebelião militar se ampliou, enquanto a esquerda esperava uma ordem para reagir, que nunca viria, porque Jango estava isolado e acuado em Brasília. No fim da noite ele tomou a atitude de voar para Porto Alegre, RS, para articular uma saída política e resistir ao golpe junto de Brizola. Mas já era tarde, pois não contava mais com um forte apoio dos militares, e à meia-noite, a presidência foi declarada vaga, com o presidente ainda em solo brasileiro, um claro desrespeito à Constituição (NAPOLITANO, 2014, p. 61-62). Assumiu então provisoriamente o cargo de presidente, o presidente da câmara Ranieri Mazzili, mas era um cargo tutelado pelos militares. O que parecia mentira virou realidade. O golpe estava dado, batizado, e os tolos brasileiros que o deram, não sabiam que tal dia duraria por 21 anos.

É válido ressaltar que o golpe contra Goulart quase não teve esse desfecho. A "sorte" dos golpistas é que o lado governista foi ainda mais desarticulado e desorganizado do que o

lado dos golpistas. Mas agora, dado o golpe, os unia a crença de que o comunismo havia sido derrotado e a subversão controlada. Assim, milhares de pessoas ocuparam as ruas para comemorarem o fim do governo Goulart. Ao mesmo tempo, o Comando Supremo da Revolução tentava se afirmar como efetivo poder, e acabou surgindo o nome de Castelo Branco para ser o novo presidente do Brasil.

2.1.3- **Os governos militares de 1964 a 1968**

No dia 2 de abril, já ficava claro que o poder não ficaria nas mãos dos civis. Nesse dia foi organizado o autodenominado "Comando Supremo da Revolução", composto por três membros: o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo (Aeronáutica), o vice-almirante Augusto Rademaker (Marinha) e o general Artur da Costa e Silva, representante do Exército. Essa junta permaneceu no poder por duas semanas e foi responsável por dar ares de legitimidade ao golpe. Assim, foi baixado no dia 9 de abril o Ato Institucional[176], que em seu preâmbulo, defendeu o golpe, denominado no documento como sendo uma "revolução" que representou não o interesse de um grupo, mas de toda a Nação. No corpo do texto do Ato, determinou a mudança das eleições presidenciais para dois dias após a publicação do ato, ou seja, dia 11 de abril, cujo mandato duraria até 31 de janeiro de 1966 e que esta seria realizada de forma indireta pelo Congresso.

O AI-1, como ficou conhecido este primeiro Ato, também garantiu ao Executivo a exclusividade de propostas de criação ou aumento das despesas públicas e a prerrogativa de decretar estado de sítio ou prorrogá-lo pelo prazo máximo de 30 dias[177]. Além disso, declarou suspensas as garantias constitucionais de estabilidade e vitaliciedade por seis meses, permitindo ao governo cassar mandatos parlamentares e praticar demissões de funcionários. Assim, uma violenta repressão atingiu os setores politicamente mais mobilizados à esquerda, como, por exemplo, o CGT, a União Nacional dos Estudantes (UNE), que foi declarada ilegal,

---

[176] Denominação dada aos decretos, emitidos após o golpe militar de 1964, que buscavam legitimar e legalizar as ações do novo regime. Sua validação dependia apenas do poder extraconstitucional que se atribuiu o Poder Executivo para legislar já que não eram submetidos à sanção do Legislativo. Ou seja, era um dispositivo inventado pelo governo militar que não estava previsto na Constituição e nem possúia fundamentação jurídica. Ao todo foram promulgados 17 atos institucionais. Ver em: ALMEIDA, Monica Piccolo. Legitimidade e coação no pós-1964: institucionalidade partidária e repressão. In: CORRÊA, Maria Letícia. **História do Brasil IV**. v. 2. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2012, p.69.

[177] BRASIL. Ato Institucional nº 1 de 9 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Planalto, Brasília, 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/AIT/ait-01-64.htm>. Acesso em 2 jun. 2018.

as Ligas Camponesas[178] e grupos católicos como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP). Houve também a cassação de 40 mandatos, entre eles encontravam-se João Goulart, Jânio Quadros, Miguel Arraes, Leonel Brizola e Luís Carlos Prestes (LESSA, 2006).

No dia 11 de abril, o Congresso Nacional realizou a eleição indireta para a presidência do Brasil, e Castelo Branco foi eleito com 361 votos a favor e 72 abstenções. Uma das principais características do seu governo foi o conflito permanente entre diferentes setores das forças armadas, opondo aqueles que entendiam ser o golpe apenas provisório e já buscavam o retorno da "normalidade" democrática, garantindo a realização das eleições presidenciais, que estavam previstas para novembro de 1965, denominado de "moderados", tendo como representantes os generais Humberto Castelo Branco e Ernesto Geisel; e os que visavam estender a ação golpista, com punições e perseguições políticas mais aprofundadas, a chamada "linha dura", que tinham como principais expoentes o general Médici e Costa e Silva (ALMEIDA, 2012, p.68). Ou seja, os militares não formavam um grupo coeso e homogêneo, mas mesmo assim, a institucionalização do regime militar continuou prosseguindo. Então, no dia 13 de junho, foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI)[179], órgão destinado a coletar nacionalmente informações sobre segurança nacional, contrainformação e "subversão interna". Contudo, o governo continuava agindo com "normalidade". Na economia, por exemplo, houve uma pequena estabilização, com os ministros da Fazenda, Octávio Gouveia de Bulhões, e do Planejamento, Roberto Campos, que mesmo sob apreensão de um possível aumento do desemprego e desnacionalização das empresas brasileiras, conseguiram estabelecer as condições necessárias para o crescimento econômico com o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), para controlar a inflação e aumentar o nosso Produto Interno Bruto (PIB), baseando-se no arrocho salarial; corte de gastos da União; empréstimos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para renegociar a dívida externa; abertura comercial para o exterior, para estimular a exportação; aumento na

[178] As Ligas Camponesas foram movimentos de luta pela reforma agrária no Brasil iniciado na década de 1950 e sua origem remonta à atuação da Sociedade Agrícola e Pecuária de Pernambuco (SAPP), criada em janeiro de 1955 por foreiros - indivíduo que, por meio de contrato, adquire o direito ao uso de um imóvel, mediante o pagamento de uma quantia, denominada "foro" - do Engenho da Galileia, situado em Vitória de Santo Antão, no estado de Pernambuco. A partir de 1959 as ligas camponesas se expandiram também rapidamente em outros estados, como a Paraíba, estado do Rio de Janeiro (Campos) e Paraná, aumentando o impacto político do movimento. Ver CORRÊA, Maria Letícia. Os governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964) e a crise política.In: CORRÊA, Maria Letícia; ALMEIDA, Mônica Piccolo. **História do Brasil IV**, v. 2. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2012. p. 38.

[179] O SNI foi extinto através da Medida Provisória nº 150 de 1990, no governo de Fernando Collor de Melo. Para saber mais Ver: KORNIS, Mônica. **Servico Nacional de Informação (SNI)** (Verbete). Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, S/D. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/servico-nacional-de-informacao-sni >

taxa de juros e criação de uma nova moeda, o Cruzeiro Novo; (re)estruturação do sistema fiscal, com o Código Tributário Nacional; criação do Banco Central, para organizar e controlar a política de emissão de moeda e as regras cambiais; e na criação de mecanismos de "poupança forçada", como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), criado em 1966 (ALMEIDA, 2012, p.73).

Na política, no dia 17 de julho, com a justificativa de que as medidas de reestruturação política e econômica adotadas não seriam concretizadas no prazo de vigência do AI-1, o Congresso aprovou a prorrogação do mandato de Castelo Branco até 15 de março de 1967, adiando as eleições presidenciais para 3 de outubro de 1966. Todavia, ocorreram as eleições estaduais em outubro de 1965, que serviram como um termômetro para medir a força da oposição ao seu governo. Contudo, venceram alguns candidatos ligados aos grupos políticos que sustentavam o governo de Jango, como Francisco Negrão de Lima, pela coligação PSD-PTB, no estado da Guanabara (RJ), e Israel Pinheiro, do PSD, em Minas Gerais, e isto, foi considerado pelos oficiais da "linha dura" como uma ameaça ao regime militar (idem, ibidem).

Além disso, a economia voltava a entrar em crise, fazendo com que parte da classe média e de políticos conservadores, se desiludisse com o seu governo. Acuado, Castelo sabia que sua sustentação estava nos quartéis e na rápida institucionalização do regime (NAPOLITANO, 2014, p. 73). Resultando disso e das pressões feitas pelos militares da "linha dura" por um fechamento do regime, Castelo anunciou o Ato Institucional nº 2 (AI-2), no dia 27 desse mesmo mês, que: extinguiu os partidos políticos até então existentes; estabeleceu eleições indiretas para a Presidência da República; concedeu ao presidente a faculdade de ordenar o recesso do Congresso Nacional e a de legislar por decretos; decretação do Estado de Sítio por 180 dias; o aumento do número de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) de 11 para 16; a reabertura do processo de punições dos adversários do regime e a impossibilidade de reeleição do presidente da República. Foi ele que marcou a passagem de um governo que se considerava transitório para um regime autoritário mais estruturado, mais próximo da ala dos militares da linha dura, representando o fim da boa aliança entre os militares no poder e os políticos conservadores que apoiaram o golpe (FICO, 2004, p.74).

O AI-2 foi a "certidão de nascimento" definitiva do regime militar, cujo batismo ocorreu no dia 01 de abril, com o golpe civil-militar (NAPOLITANO, 2014, p. 74). Ainda em cumprimento ao disposto no AI-2, em 20 de novembro foi expedido o Ato Complementar nº 4 (AC-4), que determinou o prazo de 45 dias para que o Congresso Nacional organizasse os novos partidos. As regras permitiriam que se formassem apenas duas agremiações: de um

lado, o partido governista Aliança Renovadora Nacional (Arena), ao qual caberia, de forma "consentida", realizar críticas às ações do governo e, de outro, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), com parlamentares oriundos dos antigos partidos de oposição.

Em fevereiro de 1966, o Ato Institucional nº 3 (AI-3) veio para complementar o AI-2, definindo novas regras eleitorais, estabelecendo eleições indiretas nacionais, estaduais e municipais e fixando um calendário eleitoral. Os governantes estaduais seriam eleitos em 3 de setembro de 1966, através de votação nominal, pela maioria dos membros das assembleias legislativas dos estados. Os prefeitos dos municípios das capitais passariam a ser nomeados pelos governadores estaduais, mediante aceitação prévia das assembleias legislativas. Em 3 de outubro seriam realizadas as eleições indiretas para a presidência da República e por último, em 15 de novembro, seriam eleitos deputados federais e senadores, os únicos eleitos diretamente (DOTTI, 2008, p. 194). Parecia que com o AI-3, o governo queria evitar a frustação da eleição de pessoas que não dessem continuidade ao sistema implantado, e por isso, promoveu a cassação de vários mandatos em assembléias estaduais. Assim, em setembro o governo elegeu 17 governadores estaduais; e no dia 3 de outubro, o Congresso elegeu para a presidência da República o marechal Artur da Costa e Silva, ministro da Guerra do governo Castelo Branco, e para a vice-presidência Pedro Aleixo, deputado federal por Minas Gerais da extinta UDN, na época filiado à Arena e ministro da Educação. É importante destacar que tanto nas eleições estaduais como na eleição presidencial, o MDB se absteve de votar em sinal de protesto, e, que sempre como vice-presidente, se tinha um civil, para dar ares de que o governo era legítimo.

Ainda em outubro, o presidente da Câmara dos Deputados, Adauto Lúcio Cardoso, da Arena, recusou-se a reconhecer a cassação dos mandatos de seis deputados federais. Em resposta aos diversos protestos que se seguiram contra as punições, foi decretado o recesso do Congresso Nacional do dia 20 de outubro ao dia 22 de novembro. O Congresso só foi reaberto em dezembro, através do AI-4, que o convocou para uma sessão extraordinária de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967 para votar e promulgar a nova Constituição Federal, a de 1967, que institucionalizou a ditadura, por incorporar parte das medidas excepcionais, decretadas pelos Atos Institucionais, estabelecendo a eleição presidencial por via indireta, concedendo a este o direito de expedir decretos-leis, a serem submetidos ao referendo do Legislativo. Contudo, a Nova Constituição não teria uma vida muito longeva, pois logo seria ultrapassada pelo Ato Institucional nº5 - AI-5.

Castelo tinha boas conexões com os civis, militares e com a diplomacia estadunidense (GASPARI, 2002. p. 138). Tentou entrar e passar pela história brasileira como um ditador

com boas intenções, que acreditava nos objetivos saneadores e no caráter temporário da intervenção militar de 1964. Todavia foi um conspirador, um hábil construtor institucional do regime militar, que supostamente queria só um ato institucional que durasse apenas por três meses, mas acabou assinando três; queria que as cassações se limitassem a uma ou duas dezenas de dirigentes do período janguista, porém cassou cerca de quinhentas pessoas e demitiu 2 mil (idem, ibidem); interviu em sindicatos; extinguiu entidades de representação estudantis; invadiu universidades; editou a Lei de Imprensa de 1967 - que limitava a liberdade de pensamento e informação, já que admitia a apreensão de jornais e revistas pelo Ministério da Justiça (MATTOS, 2007, p. 60) -, e uma nova Constituição. Castelo Branco aprovou também, no início do ano de 1967, a Lei de Segurança Nacional, que se inspirava na Doutrina de Segurança Nacional (DSN) criada na Escola Superior de Guerra (ESG)[180], e que teve como principal ideólogo o general Golbery do Couto e Silva (GROPPO, 2000, p. 219). Esta Lei proibia ações e propaganda no campo político, econômico, psicossocial e militar "que influenciem ou provoquem opiniões, emoções, atitudes e comportamentos [...] contra a consecução de objetivos nacionais" (DULLES, 2000, p. 480), tornando todos os cidadãos responsáveis pela segurança do país. Por fim, impôs como sucessor o seu ministro da Guerra, marechal Arthur Costa e Silva, da linha dura (NAPOLITANO, 2014, p. 68). Sem dúvida, Castelo foi um personagem intrigante nessa grande mentira que se iniciou no dia 01 de abril de 1964.

No dia 15 de março de 1967, Arthur Costa e Silva tomou posse como presidente da República e a nova Constituição entrou em vigor. Na economia, percebendo que a política recessiva do governo de Castelo Branco - que defendia uma rígida disciplina fiscal, controle do crédito, emissão de moeda e do reajuste salarial -, minava a relação do regime militar com a classe média, um de seus pilares de sustentação, Costa e Silva mudou os rumos da política econômica. O seu ministro da Fazenda, Delfim Neto, apresentou o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), que reduzia as taxas de juros em 14 pontos percentuais e ampliava o crédito, e que inibiam a inflação e o consumo de bens duráveis. Asssim, não referendou o acordo com o FMI, para não manter a política recessiva e ortodoxa de controle da inflação e das contas públicas do governo anterior (idem, p. 143). Ao mesmo tempo, na política externa, Magalhães Pinto retomava certo nacionalismo, afastando-se do alinhamento automático com Washington, não fechando as portas ao domínio da tecnologia nuclear. Estas mudanças

[180] A ESG foi uma instituição criada em 20 de agosto de 1949. Imitando a sua congênere norte-americana, a National War College, criada nos anos trinta, a Escola Superior de Guerra era um centro de "altos estudos" político-militares e um importante núcleo de atividade política e de irradiação ideológica. Ver: SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p.19.

políticas tinham como objetivo valorizar o nacionalismo, retomar o crescimento econômico e ganhar novamente o apoio da classe média perdido no governo Castelo (idem, p. 81). Era o início do "milagre econômico brasileiro". A ação do governo foi rápida e dinâmica, apontando para uma perspectiva de crescimento já em 1968, mas ainda de resultado incerto (idem, p. 144).

No campo político e social, Costa e Silva teve que enfrentar três setores de oposição ao regime militar que ganharam força em manifestações de rua como os comícios e passeatas: o movimento estudantil, que denunciava a falta de verbas para educação e se opunha ao projeto de privatização do ensino público, e ganhou dimensão nacional com a morte do estudante secundarista Edson Luís no restaurante do Calabouço, na Universidade Federal do Rio de Janeiro[181]; o movimento dos trabalhadores, com as greves geradas por metalúrgicos em Osasco (SP) e em Contagem (MG); e a chamada Frente Ampla, organizada pelo ex-governador da Guanabara, Carlos Lacerda, que tinha como objetivo a restauração da democracia, a realização de eleições diretas, anistia e uma nova constituinte. Além desses três, também teve início em março a ação de guerrilhas, quando a Ação Libertadora Nacional (ALN), liderada por Carlos Marighela, reivindicou o atentado à bomba no Consulado dos EUA em São Paulo, tornando pública a existência de um projeto de luta armada para derrubar o regime militar.[182]

No início de setembro, dois parlamentares também causariam certo desconforto ao regime. O deputado Márcio Moreira Alves, do MDB, fez na Câmara um pronunciamento responsabilizando os militares pelas violências praticadas contra os estudantes, e também um apelo para que o povo não participasse dos desfiles militares do 7 de Setembro e para que as moças se recusassem a sair com oficiais. O outro parlamentar foi o deputado Hermano Alves, também do MDB, que escreveu uma série de artigos no *Correio da Manhã* considerados "provocações irresponsáveis e intoleráveis" pelos militares. O governo então solicitou ao Congresso a cassação dos dois deputados, que com o apoio da ARENA, o recusou, no dia 12

[181] Resultando da morte de Edson Luís, ocorreu a Passeata dos Cem Mil, que foi organizada pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e reuniu no centro do Rio, em 26 de junho de 1968, 100 mil pessoas para protestar contra os atos de truculência e repressão da polícia, objetivando assim, repudiar publicamente a ditadura. Ver: BARBOSA, Marialva. Imprensa e ditadura: do esquecimento à lembrança em imagens sínteses. *Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM),* v.3, n.2, jul./2014 - dez./2014, p. 11-20.

[182] Para saber mais sobre a mobilização da UNE, que estava na ilegalidade desde 1964; sobre os movimentos grevistas dos trabalhadores, a Frente Ampla e os movimentos de guerrila, Ver ALMEIDA, Monica Piccolo. Legitimidade e coação no pós-1964: institucionalidade partidária e repressão. In: CORRÊA, Maria Letícia e ALMEIDA, Monica Piccolo. **História do Brasil IV**, v. 2. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2012, p. 78-81; e NAPOLITANO, p. 82-86.

de dezembro[183]. Somando-se tudo isso com a resistência e tumultos ao longo de 68[184], a resposta do governo, foi a edição do Ato Institucional nº 5, o AI-5, no dia 13 de dezembro, que resultou num recrudescimento do regime militar. Todavia, vale ressalvar que o AI-5 não pode ser entendido somente como uma resposta aos deputados, Congresso ou à luta armada, mas sim, como parte do projeto de uma linha mais radical, a linha dura, que queria, desde o início do período militar, construir um aparato maior de controle da sociedade, baseado na repressão, na espionagem, na censura e na propaganda política (FICO, 2004. p. 81-82).

É válido também destacar que o AI-5 foi um instrumento que concentrou muito poder discricionário nas mãos do Executivo, e, que ao contrário dos Atos Institucionais anteriores e posteriores, não tinha prazo de vigência definido (AQUINO, 1999, p. 206). Ele autorizava o presidente da República, sem apreciação judicial, a decretar: recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; estado de sítio, nos casos previstos na Constituição Federal de 1967; intervir nos estados e municípios; cassar mandatos parlamentares a nível federal, estadual e municipal; suspender por 10 anos os direitos políticos de qualquer cidadão; decretar o confisco de bens considerados ilícitos; aposentar compulsoriamente qualquer servidor público e suspender a garantia do *habeas corpus* - instrumento jurídico constitucional, reconhecido no Brasil desde a Constituição de 1891, que garante a "liberdade em favor de quem sofre violência ou ameaça de constrangimento em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder por parte da autoridade" (CAMPANHOLE, 1971, p. 23) -, para determinados crimes.

Já na noite do dia 13, tivemos os efeitos desse ato institucional. O Congresso foi fechado - só seria reaberto em outubro de 1969, através do AI-16, para referendar a escolha do general Emílio Garrastazu Médici como presidente -, e prenderam diversos jornalistas e políticos que haviam manifestado oposição aos governos militares, entre eles Juscelino Kubitschek, que ficou preso por vários dias em um quartel de Niterói, quando saia do Teatro Municipal do Rio, após ser paraninfo de uma turma de engenharia. Carlos Lacerda, ex-governador de Guanabara, fora preso no dia seguinte, mas após ficar uma semana em greve de fome, foi liberado. Em janeiro de 1969, foram obrigados a se aposentarem compulsoriamente três ministros do Supremo Tribunal Federal — Hermes Lima, Evandro Lins e Silva e Vítor Nunes Leal — e o ministro do Superior Tribunal Militar (STM) — Peri Constant Bevilacqua.

---

[183] D'ARAUJO, Maria Celina. **O AI-5** (Fatos & Imagens). Rio de Janeiro: FGV/CPDOC. Disponível em: < https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5 >

[184] O ano de 1968 ficou conhecido como o "ano que não acabou" devido aos inúmeros acontecimentos do período. Só de manifestações sociais, durante um intervalo de quase 8 meses, entre o assassinato de Edson Luis, no final de março, e o Congresso de Ibiúna, em outubro, foram mais de 30 passeatas (GROPPO, 2000, p. 301)

A censura foi sistematizada, tornando-se ilegal qualquer crítica ao governo ou às autoridades governamentais. O Serviço Nacional de Informações (SNI), criado em junho de 1964 como órgão de informações da presidência, foi elevado em 68 ao *status* de ministério e atuava com informações e contrainformações, no Brasil e no exterior. Além das ações de espionagem, participou também de "operações de segurança", isto é, das prisões e interrogatórios nos quais era utilizada a tortura (ALMEIDA, 2012, p. 85-86).

A ditadura antes um pouco envergonhada no governo de Castello, se escancarou no governo de Costa e Silva, reiterando algo que já estava contido no AI-2: "Não se disse que a Revolução foi, mas que é, e continuará" (NAPOLITANO, 2014, p. 87). Deste modo, 1969 se tornou um ano de sucessivas edições de Atos Institucionais. Só em fevereiro foi editado o AI-6, que restabeleceu o número de ministros do STF, reduzindo de 16 para 11 ministros, e fez com que os "crimes contra a segurança nacional ou as instituições militares" passassem a serem julgados pela Justiça Militar, aumentando ainda mais o seu poder; e o AI-7, que estabeleceu normas sobre remuneração de deputados estaduais e vereadores; dispôs sobre casos de vacância de cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, e, anulou o calendário eleitoral, suspendendo todas as eleições parciais para cargos executivos ou legislativos da União, dos estados, dos territórios e dos municípios até novembro de 1970 (CALICCHIO, S/D). Em abril mais dois Atos: o AI-8, que delegou aos executivos dos estados, do Distrito Federal e dos municípios de população superior a duzentos mil habitantes competência para implantar por decreto suas próprias reformas administrativas; e o AI-9, que retomou o tema da reforma agrária, dispondo que "o presidente da República (poderia) delegar as atribuições para a desapropriação de imóveis rurais por interesse social, sendo-lhe privativa a declaração de zonas prioritárias", e estabeleceu que as indenizações por expropriações fossem pagas em tributos especiais da dívida pública, reembolsáveis em 20 anos e sujeitos à correção monetária (CALICCHIO, S/D). Em maio foi editado o AI-10, que determinava que a suspensão dos direitos políticos ou a cassação de mandatos eletivos federais, estaduais ou municipais com base no AI-1, AI-2, AI-5 e AI-6 acarretasse a perda de todos os cargos ou funções na administração direta ou indireta, bem como em instituições de ensino e pesquisa ou em organizações consideradas de interesse nacional. Em agosto, antes de sofrer a isquemia cerebral, Costa e Silva, editou o seu último Ato Institucional, o AI-11, que dispunha sobre o tempo de mandato dos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores e sobre as eleições para esses cargos no dia 30 de novembro de 1969 (BEDÊ JUNIOR, 2013, p. 170).

Com o agravamento da isquemia, Costa e Silva se afastou do governo no dia 30, e seu vice, o civil Pedro Aleixo, foi proibido pelos militares de assumir o poder, que temiam a

reabertura do Congresso e a suspensão dos atos institucionais em vigor (CALICCHIO, S/D). Desse modo, assumiu uma junta militar formada pelo general Aurélio Lira Tavares, almirante Augusto Rademaker e o brigadeiro Márcio de Souza Mello, através da edição do AI-12, que conferiu a esses três as funções exercidas pelo Presidente da República, enquanto durasse a enfermidade do Marechal Arthur da Costa e Silva (BEDÊ JUNIOR, 2013, p. 171). Durante o governo da junta foi sequestrado o embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick, pelas organizações armadas do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e da Aliança Libertadora Nacional (ALN), que exigiam a libertação de 15 prisioneiros políticos e conseguiram (ALMEIDA, 2012, p. 84). Mas, no dia seguinte, dia 5 de setembro, a junta assinou mais dois atos institucionais: o AI-13, que instituiu o banimento do território nacional de brasileiro inconveniente, nocivo ou perigoso à segurança nacional, e o AI-14, que modificou o artigo 15, § 11 da Constituição de 1967, admitindo a aplicação da pena de morte ou prisão perpétua em casos de "guerra externa, psicológica adversa, revolucionária ou subversiva", e o confisco de bens em casos de enriquecimento ilícito (BEDÊ JUNIOR, 2013, p. 171).

Os 15 presos foram libertados e exilados no México e teve a edição do AI-15, que deu uma nova redação ao Ato Institucional nº 11, fixando a data das eleições nos municípios para 15 de novembro de 1970. No dia 27 de setembro, foi publicado o Decreto-Lei nº 898, que colocava em vigor uma nova Lei de Segurança Nacional, segundo a qual todo condenado à morte seria fuzilado se em 30 dias o presidente da República não comutasse a pena em prisão perpétua (CALICCHIO, S/D). No dia 14 de outubro, foi editado o AI-16, que declarou vago os cargos de presidente e vice-presidente da República; reabriu o Congresso e marcou para o dia 25 do referido mês a eleição presidencial por este, em sessão pública e por votação nominal; fixou o término do mandato do novo presidente em 15 de março de 1974, e prorrogou os mandatos das mesas da Câmara e do Senado até 31 de março de 1970 (idem). A junta editou também a emenda constitucional nº 1, que se denominou "Constituição da República Federativa do Brasil", que incorporava à Carta de 1967 o AI-5 e os atos que lhe sucederam, organizando assim todo o aparato repressivo e punitivo do Estado (BRASIL, 2003, p. 28).

Termino nesta parte, porque a descrição dos eventos antes de 1969, sinalizavam como um alerta que o regime poderia se recrudescer, e, foi o que ocorreu. Assim, tratarei desse endurecimento do regime, no próximo tópico.

2.2) “REPRESSÃO: ESSA NINGUÉM TRANSA”[185]: OS GOVERNOS DE 1969 A 1985

Depois do golpe civil-militar de 1964, que destituiu o presidente João Goulart, democraticamente eleito, o Brasil começou a conviver com um dos períodos mais obscuros de sua história: a ditadura militar. Tendo como bandeiras as ideias de uma nação livre e democrática; a defesa da moralidade pública, dos bons costumes e da solidez das tradições; a demanda por mais segurança; a proteção da família e o cultivo de valores religiosos cristãos, as forças armadas brasileiras assumiram o comando do país justificando combater o socialismo e evitar um possível golpe comunista, e, para isso, foram apoiadas pelos Estados Unidos da América e por setores conservadores da sociedade, entre eles, empresários, banqueiros e Igreja Católica (QUINALHA, 2017, p. 25).

Com o governo de Costa e Silva, a partir de 1967, o recrudescimento do regime militar se iniciou, mas, foi a partir de outubro de 1969, no governo do general Emilio Garrastazu Médici, contando com o Ato Institucional nº 5 (AI-5) promulgado no governo anterior, que a ditadura militar se tornou mais repressiva e violenta, devido ao aumento da resistência, principalmente, de organizações guerrilheiras, como o MR-8, a ALN e a Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares), que foram totalmente destruídas ou desarticuladas (MARIUSSO, 2015, p. 30). Enfim, a partir de 1969 então, é que a ditadura acabou se constituindo como um “aparato de repressão política” sofisticado e fundado em pilares que combinavam duas dimensões que se mesclavam: a “saneadora” e a “pedagógica” (FICO, 2015, p. 14).

A dimensão mais conhecida da repressão foi a “saneadora”, que com a incumbência de “prender, interrogar, torturar e até mesmo matar os inimigos do regime” chamados de “subversivos”, teve como base a polícia política representada pelo DOI-CODI[186] e a espionagem, organizada a partir de uma grande rede de órgãos de informações de cada força

[185] Título extraído de um artigo homônimo publicada na seção Reportagem da edição nº 08, p. 7, de janeiro de 1979, do jornal *Lampião da Esquina*.

[186] Embora a sequência mais aceitável para a sigla, em termos de hierarquia de funções, fosse CODI-DOI, adotou-se a ordem inversa, pelo protagonismo dos Destacamentos de Operações e Informações (DOI) nas atividades de repressão política. Os Centros de Operações de Defesa Interna (CODI), funcionavam como órgãos de planejamento, controlando a execução das medidas de defesa interna, tanto de informações quanto de segurança, e de repressão. Já os DOI eram unidades móveis, dinâmicas, de ação, subordinadas ao CODI, e realizavam o trabalho de busca e apreensão de provas e pessoas, prisões, interrogatórios, torturas e assassinatos. Ambos foram criados para institucionalizar e aumentar o escopo de atuação da Operação Bandeirante (Oban), implantada em julho de 1969 pelo comando do II Exército, em São Paulo, que reunia representantes das Forças Armadas, da Polícia Federal, do Serviço Nacional de Informações (SNI), do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), da Guarda Civil e da Força Pública do Estado de São Paulo (FPESP), e tinha como objetivo garantir a segurança nacional a partir do controle das informações e da repressão aos opositores do regime militar. O sistema DOI-CODI foi desativado no final do governo do general João Batista Figueiredo, por meio de uma portaria do ministro do Exército, general Valter Pires (ALMEIDA, 2012, p. 86).

militar: a marinha tinha o Cenimar (Centro de Informações da Marinha), criado em 1955; o exército criou o CIE (Centro de Informações do Exército), em 1967, e a aeronáutica tinha, a partir de 1968, o Cisa (Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica) (JOFFILY, 2016).

Já a dimensão "pedagógica", é um pouco menos conhecida, mas revela como os militares buscaram "educar" os civis - tido como corruptos, levados pela demagogia e pelo populismo, sujeitos a todo tipo de influência proveniente das mudanças de costumes e sem a capacidade de praticar regras básicas de civilidade, como votar, por exemplo -, através da censura do cinema, do teatro, da música e da TV para coibir tudo aquilo que pudesse figurar como "atentado à moral e aos bons costumes"; da propaganda política, que ensinava entre outras coisas a votar corretamente, e da disciplina de "Educação Moral e Cívica" obrigatória nas escolas brasileiras, em todos os graus, modalidades e sistemas de ensino, que tinha a incumbência de transmitir um conjunto de atitudes, crenças, valores e comportamentos como obediência às ordens, assiduidade, pontualidade e confiabilidade, que era representativos de um ideal de "ordem" estabelecidos pelo governo (FICO, 2015, p. 14-15). Enfim, estas dimensões serviram como mecanismo de reprodução e legitimação do regime militar.

Assim, o governo do general Médici que ficou conhecido como os "anos de chumbo", foi um período de absoluta repressão, violência, vigilância e censura, que foram garantidas por "órgãos de segurança", com características de poder autônomo, que transformaram a tortura, o assassinato e o desaparecimento de pessoas em rotina.

Até o fim dos anos 1960, as polícias estaduais e os Dops, eram as responsáveis pelas operações policiais de repressão política. Não havia, um sistema nacional, militarizado e integrado de repressão policial, e cada força militar tinha seu serviço de informação e combate à guerrilha ligada ao respectivo ministro: a marinha tinha o Cenimar (Centro de Informações da Marinha), criado em 1955; a aeronáutica tinha o Cisa (Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica), criado em 1968, e o exército criou o CIE (Centro de Informações do Exército), em 1967 (JOFFILY, 2016). Mas a partir de 1970, os Codi e os DOI viriam a formar tal sistema de "órgãos de segurança": o DOI-CODI, que teria todas as chefias de seções e subseções, com exceção da administrativa, comandada por oficiais das forças armadas, o que demonstra o caráter militarista do órgão, que estava subordinado ao comandante de cada Exército.

Os Centros de Operações de Defesa Interna (Codi), funcionavam como órgãos de planejamento, controlando a execução das medidas de defesa interna, tanto de informações quanto de segurança, e de repressão. E os Destacamentos de Operações e Informações (DOI) eram unidades móveis, dinâmicas, de ação, subordinadas ao Codi, e realizavam o trabalho de

busca e apreensão de provas e pessoas, prisões, interrogatórios, torturas e assassinatos. Ambos foram criados para institucionalizar e aumentar o escopo de atuação da Operação Bandeirante (Oban), implantada em julho de 1969 pelo comando do II Exército, em São Paulo, que reunia representantes das Forças Armadas, da Polícia Federal, do Serviço Nacional de Informações (SNI), do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), da Guarda Civil e da Força Pública do Estado de São Paulo (FPESP), e tinha como objetivo garantir a segurança nacional a partir do controle das informações e da repressão aos opositores do regime militar (ALMEIDA, 2012, p. 86).

O sistema DOI-CODI foi desativado no final do governo do general João Batista Figueiredo, por meio de uma portaria do ministro do Exército, general Valter Pires (JOFFILY, 2016).

Já a censura, que era bem mais antiga na história brasileira[187], e voltada para os costumes e para questões de ordem comportamental - como o sexo, mudanças no tratamento dado às mulheres e proteção de certos valores cristãos -, foi ampliada, politizada e a sua prática se tornou cada vez mais arbitrária e ideológica no regime militar (MARCELINO, 2006, p. 26). É importante destacar que censurar e regular a imprensa são duas ações distintas. A censura, limita a liberdade de expressão, e por isso tem a necessidade de avaliar conteúdos na fase de pré-publicação e de decidir autoritariamente sobre a conveniência ou não dos mesmos. Já na regulamentação da imprensa, a liberdade de expressão é assegurada e não se tem análise do conteúdo a ser publicado. A regulação acontece sobre os efeitos da publicação já realizada, já posta em circulação, pois o que se regula é a responsabilização de quem escreveu algo que causou dolo à reputação (MACHADO, 201[?], p. 2).

Voltando então a falar da censura durante a ditadura militar, entre 1964 e 1967, ela não era tão rígida e nem tão sistemática, pois não possuía todo poder e aparato que ganhou nos anos seguintes, com o aumento do número de censores e do aperfeiçoamento do Serviço de

[187] Quando a Corte Portuguesa chegou ao Brasil em 1808 e estabeleceu a Imprensa Régia, Dom João VI nomeou também os primeiros censores régios com o objetivo de impedir qualquer publicação contra a religião, o governo e os bons costumes. A censura só foi interrompida cinco anos depois da Independência, por um decreto de agosto de 1827. No período republicano, em 1921, o governo de Epitácio Pessoa inaugurou a censura com seletividade ideológica ao baixar o decreto 4.269, que regulava a "repressão ao anarquismo". Com Vargas, na constituição de 1934, se instituiu o direito de resposta, vedou o anonimato, e foi declarado a livre manifestação do pensamento. Mas, o decreto 24.776, que instituiu uma Nova Lei de Imprensa, no seu artigo 6º, parágrafo 6º, permitia que a polícia poderia apreender veículos de comunicação independentemente de mandato judicial. Vargas com a Constituição de 1937, estabeleceu, no artigo 122, a censura prévia aos veículos de comunicação para assegurar "a paz, a ordem e a segurança", e, com a instauração do Estado Novo (1937-1945) a censura ficou ainda mais forte com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que era responsável pelo registro das empresas jornalísticas e dos jornalistas profissionais. Ver: MATTOS, Sérgio. A censura no Brasil Republicano. In: MARQUES DE MELO, José (org.). **Síndrome da mordaça**: mídia e censura no Brasil. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2007, p. 51-55.

Censura de Diversões Públicas (SCDP). Em janeiro de 1967, tal sistematização começou a ser delineada, pois o país ganhou uma nova Lei de Imprensa, a Lei 5.250, sancionada pelo presidente Castelo Branco, que permitia a apreensão de jornais e revistas pelo Ministério da Justiça[188]. Depois, a censura toma mais consistência com a lei 5.536, de 21 de novembro de 1968, que trazia consigo determinações para a ocupação do cargo de censor, que passaria a ser denominado "técnico de censura", e precisaria ter nível superior para pleitear o cargo, preferencialmente das áreas das Ciências Sociais, Direito, Filosofia, Jornalismo, Pedagogia ou Psicologia. Além disso, estabelecia o número de três censores para o exame das obras que chegavam ao SCDP e um prazo mínimo de vinte dias para a manifestação desse órgão sobre o material a ele submetido (MARCELINO, 2006, p. 29). Todavia, é com a edição do AI-5 e da Lei de Segurança Nacional (LSN), que a censura da imprensa voltou a ser exercida com toda a força no Brasil, prendendo-se mais de 200 jornalistas. Depois, com a Junta militar, e com a Emenda Constitucional nº1, de 1969, a imprensa não podia mais publicar nada que se referisse a "propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de religião, de raça ou de classe" e nem "contrárias à moral e aos bons costumes". Tal emenda, permitiu ao presidente Médici baixar, em janeiro de 1970, o Decreto-Lei 1.077, pelo qual a censura prévia de livros e revistas que tratavam de temas referentes aos costumes, foi regulamentada[189], sob a responsabilidade do Ministério da Justiça, alegando-se a necessidade de defesa da moral e dos bons costumes, já que o que mais parecia incomodar os segmentos moralmente conservadores era a "revolução de costumes", que ganhavam mais espaço na sociedade com as questões dos direitos de certas "minorias" (mulheres, homossexuais, negros), adoção de novos métodos contraceptivos, legalização do divórcio, uso de drogas como forma de rebeldia e a liberalização sexual (MARCELINO, 2006, p. 42).

Durante a vigência do AI-5, de 1968 a 1978, estava montado o aparato da censura prévia da imprensa, necessária somente em caso de defesa da "Revolução", mesmo não havendo declaração do estado de sítio (idem, p. 42). No entanto, é necessário destacar que a censura política e dos costumes apresenta duas fases distintas: de 1968-75 e de 1975-78 (AQUINO, 1999, p. 212-215). A primeira, ocorre entre 1968 e 1975, e possuiu um caráter amplo, agindo sobre todos os periódicos, sem distinção. Podemos subdividir essa fase em dois períodos: de 1968 a 1972 onde se tem uma estruturação da censura do ponto de vista legal e profissional, que intervinha ativamente no conteúdo dos jornais através de bilhetes dirigidos

[188] Em abril de 2009, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional esta lei.

[189] A Lei de Imprensa já permitia ao ministro da Justiça, quando a situação pedisse urgência, acionar a Polícia Federal e determinar a apreensão de publicações em todo o território nacional. O que o Decreto-lei fe, foi regulamentar e vinculá-la ao SCDP. Ver: MARCELINO, 2006, p. 42.

às redações ou por meio de telefonemas dirigidos aos editores; e o segundo que ocorre entre 1972 e 1975, onde temos uma radicalização da censura com a institucionalização da censura prévia aos órgãos que ainda ofereciam alguma resistência. Muitos jornais, grandes e pequenos, foram invadidos, empastelados ou lacrados pela força policial. Muitos diretores de jornais foram presos. O jornal *Opinião*, entre 1972 e 1977, teve 3 edições apreendidas, uma embargada na gráfica antes da impressão e outra inviabilizada por que foram cortadas 170 das 346 laudas da edição. A revista *Veja*, de 1974 a 1976, teve duas edições apreendidas, 60 matérias vetadas na íntegra, 44 fotografias e 20 desenhos e charges foram censurados. O jornal *O Estado de São Paulo* sofreu a censura prévia entre 1972 e 1975, teve 39 editorais cortados, 1.136 matérias e 54 artigos (MAIA, 2002, p. 469-473).

Já na segunda fase, que ocorre de 1975 a 1978, a censura passou a ser mais restrita e seletiva: ela lentamente foi se retirando dos órgãos de divulgação e também diminuindo de intensidade as ordens telefônicas e os bilhetes às redações, contudo, permaneceu ainda sobre algumas publicações alternativas. O jornal *Movimento*, por exemplo, de 1975 a 1978, teve cerca de 6 mil artigos e ilustrações vetadas parcial ou totalmente, sendo que algumas foram proibidas de circular (MAIA, 2002, p. 473).

Entre os temas mais censurados estavam: Anistia, Constituinte, Movimento Sindical e Movimento Estudantil. Era mais preocupante ao regime a divulgação de notícias de cunho político e social que mostrassem o Brasil de fato. Enfim, notícias que, de certo modo, denegriam a imagem do regime, que expressassem as falhas e os arbítrios do governo. Para driblá-la, a imprensa modificou seu estilo na transmissão das notícias, fazendo uso de uma linguagem de duplo sentido, mais subjetiva e metafórica, para passar informações e críticas nas entrelinhas. Tentavam também transmitir, por meio de códigos, que estavam sob censura. *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, de 1972 a 1975, utilizou como artifício para alertar seus leitores de que um trecho ou certas notícias haviam sido censurados, colocando instruções de como cultivar rosas, ou receitas culinárias, ou ainda trechos de Cícero, em latim, ou do poema de Camões, *Os Lusíadas*, já que os espaços em branco, decorrentes dos cortes efetuados nos textos não eram permitidos.

Não faltaram momentos de censura prévia sobre a imprensa durante o regime militar, mas o governo preferia uma censura indireta, "sugestiva", ou, melhor ainda, a autocensura dos órgãos de imprensa, que tinham seus próprios censores (NAPOLITANO, 2014, p. 119). Mas é importante frisar que o governo tinha uma dificuldade na normatização da censura e em assumir a censura prévia à imprensa, devido à autoimagem do regime que se via como uma antítese ao getulismo, que durante o Estado Novo abusou do controle dos jornais. Os

militares, sobretudo os da linha sorbonista, ficavam incomodados com este tipo de censura, e preferiam processar os jornalistas a censurar os jornais, mas os da linha dura não. Contudo, no geral, na lógica do regime, a imprensa deveria ser uma interlocutora do governo, um elo com a "opinião pública". E, por isso, o próprio gabinete do Ministro da Justiça cuidava deste "diálogo" com os jornais, mas só com os da grande imprensa, pois os da imprensa alternativa, não havia maiores preocupações com vetos totais, parciais ou mesmo a prisão de jornalistas (NAPOLITANO, 2014, p. 119).

Retornando ao cenário mais amplo, ao mesmo tempo em que se tinha a repressão e a censura, o governo Médici foi o período da alegria do tricampeonato mundial de futebol, de 1970; do aparecimento da TV em cores; de "obras faraônicas" (grandes e caras) como: a Usina nuclear de Itaipu, em Angra dos Reis, a rodovia Transamazônica, para ligar o Maranhão ao Acre, a ponte Rio-Niterói; da campanha ufanista promovida pelo governo, com slogans como: "Brasil, ame-o ou deixe-o", "Até 1964 o Brasil era o país do futuro: agora o futuro chegou", "Ninguém mais segura este país", entre outros; do "milagre econômico" brasileiro. Estes - o "milagre brasileiro" e os "anos de chumbo" - foram reais e simultâneos, coexistiram negando-se. Passados mais de quarenta anos, continuam negando-se. Quem acha que houve um, não acredita ou não admite que houve o outro (GASPARI, 2014, p. 13).

O período do "milagre econômico", que começou a se definir entre 64 e 67, e estendeu-se entre 1969 e 1973, foi marcado pela combinação de elevada taxa de crescimento econômico e baixo índice inflacionário. Além disso, também contribuíram para que o "milagre" ocorresse, a disponibilidade de recursos, através de empréstimos estrangeiros; o investimento de capital estrangeiro; o aumento das exportações de produtos industriais com a isenção, ou redução de tributos; e a redução do déficit público e da inflação, devido ao aumento da capacidade de arrecadação de impostos (FAUSTO, 1996, p. 485). Embora tais fatores tenham contribuído para alavancar a economia nacional, que teve o seu auge entre 1969 e 1972, com o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND)[190], também foram os responsáveis por sua crise, a partir de 1974, já que tornou o país excessivamente dependente do sistema financeiro e do comércio internacional, e da necessidade de contar com determinados produtos importados, como o petróleo, por exemplo, que entrou em crise a

[190] O I PND, é referente ao período de 1972-74. Foi organizado sob a orientação do ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Veloso, e tinha por objetivo colocar o Brasil entre as nações desenvolvidas no espaço de uma geração, a partir da duplicação da renda per capita do país até 1980 e elevação do crescimento do produto interno bruto (PIB) até 1974 com base numa taxa anual entre 8% e 10%. Para isto, apoiou-se, principalmente, nos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Banco do Brasil (BB). Ver: ABREU, Alzira Alves de. **PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (PND)** (Verbete). Rio de Janeiro: FGV/CPDOC. Disponível em: < http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-nacional-de-desenvolvimento-pnd >

partir de outubro de 73, como desdobramento direto da chamada Guerra do Yom Kippur, movida pelos países árabes contra Israel (idem, p. 485-487).

Mesmo com essa crise, o regime militar não abriu mão da política desenvolvimentista, que se materializou no II Plano Nacional de Desenvolvimento, que tinha como objetivo elevar a renda per capita a mais de mil dólares, fazer com que o produto interno bruto ultrapassasse os cem bilhões de dólares em 1977, e consolidar uma economia moderna e competitiva, tendo como núcleo a região Centro-Sul. Sua meta era ajustar a economia nacional frente à crise do petróleo e ao novo estágio da evolução industrial no país, dando mais atenção às indústrias dos setores de bens de capital e da eletrônica pesada, a fim de substituir as importações e abrir o caminho para a exportação. Também se preocupava com a redução da dependência de energia de fontes externas, aplicação de recursos no Nordeste e com a ocupação produtiva da Amazônia e da região Centro-Oeste (ABREU, S/D).

O lançamento do plano coincidiu com o primeiro ano de governo do presidente Ernesto Geisel, que tomou posse em 1974, após ser indicado por Médici.

O período do governo Geisel foi marcado pelo início do processo de "distensão" política do regime, isto é, abertura "lenta, gradual e segura" para a saída dos militares da presidência, visando a redemocratização do país (ARAÚJO, 2012, p.143). E, por isso, Geisel passou à história como um presidente autocrático que iniciou o processo de abertura e, consequentemente, de transição política (NAPOLITANO, 2014, p. 206). Mas, devemos lembrar que o governo de Geisel foi complexo e contraditório. Sendo anticomunista, reconheceu o governo comunista de Angola, em 1975. Tendo uma política externa próxima do imperialismo estadunidense, entrou em conflito com os EUA por conta de um acordo nuclear com a Alemanha (idem, p. 227). Ao longo de seu governo, Geisel recorreu diversas vezes às prerrogativas que o AI-5 garantia ao presidente da República: cassou mandatos, decretou intervenção na prefeitura de Rio Branco/AC, fechou o Congresso por 14 dias etc. (idem, p. 210). Abusou também da censura[191] e da repressão para controlar a oposição e os

[191] A ação da censura e seus efeitos foram diferenciados ao longo do regime militar. A censura, antes voltada para os costumes e para questões de ordem comportamental, a partir de 1968, foi ampliada, politizada e a sua prática se tornou cada vez mais arbitrária e ideológica (MARCELINO, 2006, p. 26). Assim, no que se refere à imprensa escrita, entre 1968 e 1975, por exemplo, a censura prévia possuiu um caráter amplo, agindo sobre todos os periódicos, sem distinção, mas de 1975 a 1978, ela passou a ser mais restrita e seletiva, permanecendo ainda sobre algumas publicações alternativas pelo menos até 1979, quando a censura oficial prévia foi praticamente extinta (MAIA, 2002, p. 469-473). Já na área cultural, a censura dependia muito da área de expressão: o teatro foi uma das áreas mais afetadas, com cerca de 450 peças interditadas, total ou parcialmente; no cinema, foram cerca de 500 filmes; na música, só entre 1973 e 1980, foram mais de 800 músicas censuradas e muitos músicos e compositores perseguidos, particularmente, Chico Buarque, Gonzaguinha, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Geraldo Vandré, Milton Nascimento entre outros. Na literatura, a censura foi mais atuante a partir de 1975, tendo um total de 200 obras literárias proibidas (NAPOLITANO, 2014, p. 176).

artistas - durante seu governo houve 39 opositores desaparecidos[192] e 42 mortos[193] -, porém, patrocinou uma política cultural, especialmente na década de 70, que beneficiou muitos artistas (idem, p. 207-210), principalmente na área do cinema[194] e do teatro[195].

Devido a todas essas questões, tivemos como resultado o fortalecimento da mobilização de instituições da sociedade civil contra o regime ditatorial, com destaque para setores da Igreja Católica e órgãos profissionais: a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) (ARAÚJO, 2012, p. 142). Fortaleceram-se a partir de então, as campanhas pela anistia dos presos políticos e pela revogação do AI- 5 e da Lei de Segurança Nacional. A extinção do AI-5 ocorre pela Emenda Constitucional nº 11, de 13 de outubro de 1978, que ao mesmo tempo revogou o Decreto-Lei nº 477, que permitia: a expulsão de estudantes por motivos políticos; transferia para o Supremo Tribunal Federal (STF) a responsabilidade de cassar mandatos parlamentares; restabelecia o *habeas corpus* para crimes políticos e abolia as penas de morte, de banimento e a prisão perpétua (MARIUSSO, 2015, p. 14).

Queria voltar à temática artística, que comecei a falar e não desenvolvi, pois foi neste período e campo que tivemos uma exploração sobre os papéis sexuais. Um dos maiores expoentes disso foi o *Dzi Croquettes*, em que seus artistas em suas performances transitavam entre os gêneros masculinos e femininos onde “homens de bigode e barba apresentavam-se

---

[192] O início do método de desaparecimento de pessoas data do final de 1973, portanto, no governo Médici, foi intensificado ao longo de 1974 e foi contido apenas no final de 1975. Por intermédio desses desaparecimentos, dizimou-se dezenas de militantes e quadros dirigentes da oposição clandestina, que passaram a sumir de repente e sem deixar rastros. Ver: KUCINSKI, Bernardo. **Abertura, a história de uma crise**. São Paulo: Editora Brasil Debates Ltda, 1982, p. 42.

[193] Destaco aqui a morte do jornalista Vladimir Herzog, no dia 25 de outubro de 1975, que morreu no DOI-CODI, em São Paulo, e a morte do operário metalúrgico Manoel Fiel Filho, em 16 de janeiro de 1976, que também morreu no mesmo local que Herzog e com circunstâncias semelhantes às da sua morte. Em ambas causas, os militares justificaram que tais presos haviam cometido suicídio por enforcamento – uma forma grotesca de encobrir a realidade da tortura seguida de morte. O primeiro caso promoveu manifestações públicas depois de vários anos sem ter, como o culto ecumênico em memória de Herzog; e o caso do metalúrgico Manoel, promoveu a demissão do comandante do II Exército, que era ligado a linha-dura, por um oficial de confiança de Geisel. Ver: CRUZ, Sebastião C. Velasco E.; MATINS, Carlos Estevam. De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da "abertura". In SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (Orgs). **Sociedade política no Brasil pós-64** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, p. 77-78. Disponível em : < http://books.scielo.org/id/b4km4/pdf/sorj-9788599662632.pdf > Acesso em 04 de agosto de 2018.

[194] Algumas agências oficiais se destacaram nessa política de promoção e distribuição da cultura cinematográfica. A **Embrafilme**, por exemplo, surgiu em 1969 e tinha a função de ajudar na distribuição de filmes brasileiros e com o tempo passou a apoiar também a produção; e o **Concine** (Conselho Superior de Cinema), criado em 1975, que tinha como principal tarefa normatizar e fiscalizar o mercado, criando leis de incentivo e obrigatoriedade de exibição de um percentual de filmes brasileiros (NAPOLITANO, 2014, p. 176-177).

[195] O teatro foi uma das áreas mais perseguidas pelo regime militar, mas mesmo assim, com a ajuda do **Serviço Nacional de Teatro** (SNT), uma agência oficial de divulgação cultural, que promoveu campanhas de popularização (barateamento do ingresso) e apoio direto à produção de peças, o teatro se beneficiou da política cultural dos militares (NAPOLITANO, 2014, p. 177).

com vestes femininas e cílios postiços, usando meias de futebol com sapatos de salto alto e sutiãs em peitos peludos" (TREVISAN, 2004, p. 288), acentuando assim a ambiguidade desses conceitos, da moral sexual e fazendo uma severa crítica aos papéis sexuais rigidamente hierarquizados e sobre o que se entendia por masculinidades. Desta maneira, a virada dos anos 1970 para os anos 1980 não foi marcado só no plano político de volta à democracia. Também caracterizou-se pelas discussões que opuseram os que consideravam que a questão das "minorias" (negros, índios, mulheres, homossexuais) deveria estar subordinada (ao menos em uma primeira etapa) à "luta maior"[196] e mais ampla da democratização do país e da revolução social, àqueles que consideravam que tal assunto era tão urgente quanto (TREVISSAN, 2004). Houve então neste momento, uma grande preocupação com a possibilidade da oposição heterossexualidade e homossexualidade, ou ativo e passivo, bicha e entendido, tão discutida nos anos 60 e 70, e da consequente instituição de novas formas de rotulação, estigmatização e marginalização, a partir da criação da figura do *gay*[197] ou da volta das velhas formas, como o fresco, puto, entre outros termos. Esse é um dos motivos, que possibilitou a formação do movimento homossexual[198] brasileiro já que os militantes homossexuais não queriam que a homossexualidade voltasse a ser vista como pecado ou crime, e, queriam retirá-la do campo das doenças psicológicas, algo que só ocorreu em 1985, quando o Conselho Federal de Psicologia (CFP) deixou de considerar a homossexualidade como um distúrbio, ou desvio, ou uma doença (FACCHICI; SIMÕES, 2009).

O governo Geisel, no que se refere à política externa brasileira, imprimiu uma nova orientação, substituindo o alinhamento automático com os Estados Unidos pela ampliação de relações diplomáticas e comerciais com países da África, Ásia e Europa. Nesse sentido, o

---

[196] As expressões "luta maior" e "luta menor", são usadas por João Silvério Trevisan para se referir à relação entre as esquerdas políticas e o movimento homossexual no Brasil. Ver: TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 343.

[197] Atualmente, os brasileiros utilizam os termos *homossexual* e *gay* como sinônimos, porém, nas décadas de 60 e 70 o termo foi rejeitado por parte da militância homossexual brasileira que considerava que o termo não era tão emancipativo e politizado quanto era nos EUA, por conotar aceitabilidade social. Assim, preferiram usar o termo *bicha*, tanto para esvaziar o seu sentido pejorativo quanto para servir à emancipação do movimento homossexual brasileiro. Contudo, na década de 80, o termo gay foi melhor assimilado pelas pessoas homossexuais e heterossexuais. Ver: SILVA, Cláudio Roberto da. **Reinventando o sonho**: história oral de vida política e homossexualidade no Brasil contemporâneo. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998, p. 21.

[198] Um dos primeiros grupos homossexuais a se formar no Brasil foi o *SOMOS*, grupo criado meses depois do surgimento de *Lampião da Esquina*. No final dos anos 70 também foram formados os grupos *Eros* e o *Libertos*. Ambos, atuaram de forma completamente autônoma, com objetivos menos institucionais e mais voltados para a existência pública da homossexualidade. Mas, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, o movimento homossexual se reconfigurou, devido ao surgimento da AIDS, e passou a receber financiamentos, se aproximando do modelo das organizações não governamentais (ONGs). Ver FACCHICI, Regina; SIMÕES, Júlio Assis. **Na trilha do arco-íris**: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2009.

Brasil foi o primeiro país a reconhecer o governo português formado com à derrubada da ditadura salazarista, em abril de 1974; foram reatadas relações com a República Popular da China e estabelecidas embaixadas em Angola, Moçambique e Guiné Equatorial (BRASIL, 2001, p. 40).

Quanto à política econômica, as principais metas do governo Geisel foram estabelecidas no II Plano Nacional de Desenvolvimento, que priorizava os investimentos no setor energético e em indústrias básicas, com o intuito de adequar a economia à crise internacional do petróleo e ao estágio de desenvolvimento industrial do país, e de reduzir o capital estrangeiro em setores considerados infraestruturais (FAUSTO, 1995, p. 495). Dessa forma, foi lançado, em 1975, o Programa Nacional do Álcool (Proálcool) e assinado o acordo nuclear Brasil-Alemanha. Todavia, o plano econômico do governo sofreu um importante impacto com a crise do petróleo de outubro de 1973, resultando no aumento da nossa dívida externa, da taxa de inflação e no desequilíbrio da balança de pagamentos (BRASIL, 2001, p. 40).

Em 1976, foi elaborada a Lei Falcão, que alterou a propaganda eleitoral, impedindo o aparecimento de candidatos ao vivo no rádio e na televisão. No ano seguinte, no mês de abril, fechou o Congresso durante 14 dias, em virtude da não aprovação da proposta de reforma do Poder Judiciário encaminhada pelo governo em outubro de 1976, que sofreu alterações pelo Poder Legislativo, que queria, entre outras coisas, devolver ao Supremo Tribunal Federal (STF) o poder de julgar qualquer *habeas corpus* (DUARTE, 2011, p. 8). O governo não aceitou tais modificações, e, para assegurar a maioria governista no Legislativo, editou o "pacote de abril", que era composto de 14 emendas a artigos da Constituição de 1969, e três artigos novos, além de seis decretos-leis, que incluía uma série de medidas, dentre as quais: a manutenção de eleição indiretas para governadores por um colégio de deputados estaduais e delegados da Câmara de vereadores; a eleição indireta de um terço dos membros do Senado, que resultaria na criação da figura do "senador biônico", para impedir que o MDB viesse a compor a maioria no senado; a ampliação das restrições impostas pela Lei Falcão para todas as eleições diretas de 1978 e a extensão do mandato do sucessor de Geisel para seis anos (CRUZ; MATINS, 2008, p. 80-81).

Foi também em 1978 que ressurgiu o movimento operário, que desde 1964 não se manifestava. Em 12 de maio, sob a liderança de Luís Inácio Lula da Silva, o Lula, presidente do sindicato da categoria na época, promoveu uma greve na cidade de São Bernardo do Campo, em São Paulo, na qual 2 mil operários da Saab-Scania cruzaram os braços (idem, p. 247). Em dezembro de 1978, Geisel revogou o AI-5, dando um passo decisivo no processo de

redemocratização do país. Mas, dois dias antes da posse do general Figueiredo, outra grande greve ocorreu no dia 13 de março de 1979, quando cerca de 180 mil operários metalúrgicos do ABC pararam de trabalhar, e, fizeram assembleias e piquetes devido ao congelamento de salários e desemprego causados pela crise econômica (idem, p. 257). Começava assim, o governo do presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, que daria continuidade ao processo da transição política dos militares para os civis.

Foi então no governo Figueiredo, que recebeu a Presidência da República para um mandato de seis anos, exercido integralmente de 1979 a 1985, que a distensão se transformou em abertura (NAPOLITANO, 2014, p. 253), com a Lei nº 6.683, ou Lei da Anistia, que não era ampla e irrestrita, pois não anistiava a todos, como por exemplo, "os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal". Ou seja, aqueles que faziam parte da luta armada estavam excluídos (BRASIL, 2014A, p. 24). Apesar das restrições, beneficiou cidadãos destituídos de seus empregos, presos políticos, parlamentares cassados, permitindo a volta de exilados ao país. Com tal lei, se anistiou também as pessoas responsáveis pelos excessos cometidos em nome do governo e da segurança nacional (idem, ibidem).

No governo de Figueiredo teve-se também a luta contra a alta dos preços – a inflação no começo do governo já beirava os 50% ao ano -, por melhores salários – que estavam congelados -, e condições de trabalho. No que se refere ainda à economia, a Revolução Islâmica no Irã, que explodiu em 1979, aumentou exponencialmente os preços do barril, produto que importávamos bastante. Deste modo, em 1979, o governo brasileiro congelou as importações de petróleo e criou o Conselho Nacional de Energia. Em 1981, com o aumento da dívida externa, o crescimento negativo do PIB e os altos índices inflacionários, o Brasil vivenciou o que economistas denominam como estagflação, que é a estagnação das atividades econômicas e produtivas aliada à inflação dos preços (BRASIL, p. 47). Ademais, os EUA para controlar os efeitos da crise e da inflação e buscando atrair capitais para o seu país, aumentou os juros básicos da economia, impulsionando a taxa cobrada dos empréstimos bancários como um todo, e, como os empréstimos ao Brasil para bancar o II PND tinham sido feitos a partir de juros flutuantes, o custo da dívida (juros + amortizações) brasileira explodiu, e, em 1982, consumia mais de 90% das exportações brasileiras (NAPOLITANO, 2014, p. 255).

Foi também no governo de Figueiredo, em novembro de 1979, aprovada pelo Congresso Nacional a nova Lei Orgânica dos Partidos[199] que extinguia o bipartidarismo dos partidos MDB e ARENA, para a criação de novos partidos, como: o Partido Democrático Social (PDS), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido Popular (PP), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido dos Trabalhadores (PT). A partir de janeiro de 1980, e durante vários meses, o país assistiu a uma série de manifestações terroristas organizadas pela extrema-direita militar, em oposição a esse período liberalizante, como ataques com bombas a bancas de jornais, cartas-bombas enviadas à Ordem dos Advogados (OAB) e ataques de bombas no Riocentro, no Rio de janeiro, durante a realização de um show comemorativo do Dia do Trabalho (BRASIL, 2014, p. 107).

A partir de 1983 formou-se uma frente única que reuniu partidos e entidades de oposição numa campanha nacional que reivindicava eleições diretas para a presidência da República: era a campanha das "Diretas já". Foi apresentada, então, no Congresso uma emenda constitucional, a Emenda Dante de Oliveira[200], que pretendia estabelecer o voto direto para a presidência, e que apesar da imensa mobilização e adesão por todo o território brasileiro não foi aprovada. Contudo, devido à mobilização civil que estava cada vez mais fortalecida e a união da oposição pela questão da redemocratização brasileira, os militares tiveram que continuar com o processo de saída do governo e assim convocaram eleições indiretas para a Presidência da República para o início de 1985 (ALMEIDA, 2012B, p. 156). A eleição ocorreu em janeiro de 1985[201], tendo a oposição ao governo candidatos como Tancredo Neves (para presidente) e José Sarney (para vice-presidente), e para os candidatos governistas Paulo Maluf e Flávio Marcílio, respectivamente, para os cargos de presidente e vice-presidente da República. Os candidatos de oposição venceram, mas Tancredo Neves, não assumiu a presidência por ter falecido antes, tendo que ser substituído pelo seu vice, José

[199] Segundo Kinzo, a reforma partidária representou um importante avanço no processo de liberalização, mas foi também uma estratégia do governo para dividir e enfraquecer a oposição e assim manter a transição sob controle dos militares. Ver: KINZO, Maria D'alva G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo em perspectiva**, 15(4) 2001, p.3-12, p. 6.

[200] Recebeu esse nome porque foi proposta pelo deputado federal Dante de Oliveira, do PMDB-MT, em 1983. Tendo no Congresso 298 deputados votado a favor, 65 contra, 3 abstenções e 112 deputados ausente na votação, faltaram ainda 22 votos favoráveis para que os dois terços necessários para sua aprovação fossem alcançados. Assim, a emenda foi derrotada no Congresso em abril de 1984. Ver: ALMEIDA, Monica Piccolo. A economia brasileira no neoliberalismo: crise econômica e reformas institucionais. In: CORRÊA, Maria Letícia. **História do Brasil IV**, v. 2. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2012, p.156.

[201] Esta eleição ocorreu em Brasília, no Congresso Nacional, no dia 15 de janeiro de 1985 e elegeu, por 480 votos, Tancredo Neves e José Sarney, para presidente da República e vice-presidente, respectivamente, contra os candidatos Paulo Maluf e Flávio Marcílio, que receberam 180 votos, de um total de 686. Houve 17 abstenções e nove ausências. Para saber mais Ver: Brasil. Contexto histórico das graves violações entre 1946 e 1988. In: **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**; v. 1. Brasília: CNV, 2014B, p. 108.

Sarney (BRASIL, 2014B, p. 108). Assim, em 1985, teve-se o fim do período militar, após 21 anos de sua existência.

A abertura realmente foi lenta e gradual, mas de nenhum modo foi segura, pois, os militares da linha-dura se fizeram como uma contínua ameaça pela manutenção dos militares e pelo endurecimento do regime até o fim. A ditadura militar como tudo na história foi e é algo complexo, contraditório. Será que ela deu certo? O regime militar foi um período de fervor cultural. Na economia, proporcionou um grande desenvolvimento na década de 70, mas a maior parte da sociedade brasileira não conseguiu desfrutar dos resultados materiais deste processo. De todo modo, é fato que a economia ainda é um tema sobre o qual os defensores e nostálgicos do regime gostam de argumentar, dizendo que em 1964 o Brasil tinha o 64º PIB mundial, e em menos de dez anos já era a décima economia do mundo. Contudo, não dizem que este salto, na verdade, foi feito à custa de arrocho salarial, reforço dos laços de dependência estrutural do capital estrangeiro e de forte concentração de renda nas mãos das classes altas e média. Além disso aumentaram a nossa dívida externa, e o regime foi marcando no final pela recessão, desemprego e por uma inflação altíssima (NAPOLITANO, 2014, p. 134). A ditadura militar foi um período de intensa censura e repressão. E se tudo realmente tivesse dado certo, o Ato Institucional de abril de 1964 seria o único. Não foi. Se tudo tivesse dado certo, Costa e Silva governaria com a Constituição de 1967. Não governou e precisou de apoio do AI-5. Se pelo menos algumas coisas dessem certo, o AI-5 duraria menos de um ano, no entanto, durou dez (GASPARI, 2002, p. 143).

2.3) “MAS A VIOLÊNCIA DO SISTEMA PODE?”[202]

Conforme Green, umas das consequências do fluxo migratório do campo para as cidades entre a década de 50 e 60, foi a atração provocada nos homossexuais de cidades do interior pelas grandes cidades como Recife, Salvador, Rio de janeiro e São Paulo, motivada pela busca do anonimato que a vida urbana poderia proporcionar, e, para escaparem do forte controle familiar, se juntando, com os “nativos das cidades grandes para formar subculturas homossexuais urbanas” (GREEN, 2000, p. 278). Assim,

> as opções da vida noturna ampliaram-se e bares exclusivamente para gays foram inaugurados. Os homossexuais passaram a ocupar novas

[202] Título extraído de um artigo homônimo publicada na seção Denúncia da edição nº 33, p. 7, de fevereiro de 1981, do jornal *Lampião da Esquina*.

> áreas das maiores cidades brasileiras. [...] Apesar da oposição de certos machões, que tentaram afastar as bichas das praias, uma faixa de Copacabana tornou-se território homossexual. Os bailes de carnaval que aceitavam a participação dos gays recebiam ampla cobertura da imprensa, e travestis glamourosos surgiam desses bailes para atuar nas produções teatrais tradicionais que atraíam o grande público. (GREEN, 2000, p. 253).

Vale destacar que a sociabilidade entre os homossexuais não ficou restrita somente a bares e praias, mas também foi estendida a espaços como saunas, discotecas, restaurantes etc (GREEN, 2000). Começaram a ter também maior visibilidade no mundo artístico. Só na década de 70, tivemos o surgimento de grupos musicais como os "*Dzi Croquettes*, que mesclando pelos no peitoral e maquiagem, salto alto e meias de futebol, 'chocava' o público", e, o grupo *Secos e Molhados*, formado por Ney Matogrosso, Gérson Conrad e João Ricardo "que subiam aos palcos maquiados e faziam certa crítica à ditadura e à moral sexual" (MAIOR JÚNIOR, 2015, p. 43). Esses grupos então, contribuíram para (cor)romper percepções acerca do que é ser homem e do que é ser mulher na cultura brasileira.

Podemos afirmar então que, apesar do clima de ditadura instaurado a partir de 1964, para os homossexuais foi um período de expansão. Mas, conforme Green, a questão das pessoas gays durante a ditadura é "marcada justamente pela contradição", pois se de um lado "significou um momento de expansão social" e de "liberdade social" porque o "milagre econômico criou um novo espaço de consumo e de possibilidade de uma sociabilidade pública que não existia antes", por outro lado, "existiam também outras medidas da própria ditadura contra a homossexualidade nesse período"[203].

É importante destacar que a discriminação contra os gays não começou na ditadura militar, e, que não houve uma "política de Estado formalizada e tão coerente no sentido de exterminar os homossexuais, a exemplo de como existia uma campanha anunciada e dirigida para a eliminação da luta armada" (BRASIL, 2014, p. 301). Mas, segundo Cowan (2014) houve uma ideologia no regime de segurança nacional dos anos 1960-1980, que tem suas origens nas ideias integralistas e católicas ultraconservadoras dos anos 1930, que "continha claramente uma perspectiva homofóbica, que relacionava a homossexualidade às esquerdas e à subversão", que, portanto, representava o "homossexual como nocivo, perigoso e contrário à família, à moral prevalente e aos 'bons costumes'", o que acabou resultando numa legitimação de uma violência direta contra as pessoas homossexuais, violando seu "direito ao trabalho, seu modo de viver e de socializar, a censura de ideias e das artes que ofereciam uma

[203] 98º audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva".

percepção mais aberta sobre a homossexualidade e a proibição de qualquer organização política desses setores" (COWAN, 2014, p. 32).

Uma das medidas da ditadura contra as pessoas homossexuais foram as prisões. Como a homossexualidade não era condenada no código penal, a polícia enquadrava os gays em crimes de vadiagem (por não terem emprego com registro) ou de perturbação da ordem pública. Em São Paulo, entre 1979 e 1982, no governo de Paulo Maluf, por exemplo, polícias civis e militares estruturaram operações contra homossexuais, travestis e prostitutas, que ficariam conhecidas como "rondões", respaldados pela Secretaria de Segurança Pública sob comando do coronel Erasmo Dias (BRASIL, 2014, p. 307). Assim, baseados em estudos criminológicos do delegado Guido Fonseca, que recomendava a contravenção penal de vadiagem como instrumento para combater a homossexualidade, as rondas de policiamento ostensivo foram intensificadas na área central da cidade paulista, região sob o comando do delegado José Wilson Richetti, que tinha por objetivo "limpar" a área central da cidade tirando as prostitutas, travestis e homossexuais das ruas de bairros estritamente residenciais, destinando um prédio para recolher somente homossexuais, e, abrir uma parte da cidade para fixá-los (BRASIL, 2014, p. 307).

Lampião da Esquina, fez algumas matérias sobre essas prisões arbitrárias. Na edição 26, de 1980, com o título "São Paulo: a guerra santa do Dr. Richetti", o jornal denuncia no texto de Trevisan as prisões de travestis e prostitutas vitimadas pela violência policial que, mesmo portando carteira de trabalho, eram presas e fichadas, assim, mulheres e bichas se uniram em manifestações contra o delegado Richetti (TREVISAN, 1980, p. 18). Na matéria de Antônio Carlos Moreira, intitulada "Deraldo Padilha, Perfil de um Delegado Exibicionista", o autor compara o exibicionismo de Richetti, frente à cassação de homossexuais, com as ações do delegado carioca Deraldo Padilha, que também tentou realizara as mesmas coisas na capital carioca, nas décadas de 50 e 60 (MOREIRA, 1980, p. 19)

Outra medida contra homossexuais, foram os seus expurgos de cargos públicos. Como exemplo, podemos citar o caso de 15 diplomatas cassados do Itamaraty em 1969, sendo que sete deles o foram sob a justificativa explícita de "prática de homossexualismo, incontinência pública escandalosa" (QUINALHA, 2015, p. 248).

E por fim, cito como uma das medidas, os processos contra pessoas homossexuais ou que falassem na imprensa sobre. O caso mais conhecido é o do jornalista Celso Curi, que trabalhava no jornal *Última Hora*, de São Paulo, publicando "A coluna do meio", entre fevereiro 1976 e novembro de 1977. Como a coluna era dirigida, principalmente, aos leitores

gays, Celso Curi foi processado pela Promotoria Pública de São Paulo por "promover a licença de costumes e o homossexualismo especificamente", já que defendia "abertamente as uniões anormais entre seres do mesmo sexo, chegando inclusive a promovê-las através da seção Correio Elegante" (TREVISAN, 1978, p. 6-8). Celso só foi absolvido em 1979.

No ano de 1978, o Estado de São Paulo também processou onze jornalistas da *Revista IstoÉ*, por terem escrito a matéria "O poder homossexual", sob a acusação de fazerem "apologia malsã do homossexualismo", e, entrou com um inquérito contra os jornalistas da revista *Interview* por matéria de conteúdo homossexual (Lampião da Esquina, 1978, p. 16).

Sobre a relação da ditadura com *Lampião*, destaco no texto a seguir.

2.4) "NÃO ME ESPREME QUE EU SANGRO"[204]

Já disse anteriormente que o período de 1968 a 78, foi o período mais duro da ditadura militar. Assim como foi dito, que *Lampião da Esquina* foi criado em 1978. Poderíamos pensar então que o jornal não sofreu com a ditadura, mas seria um ledo engano. E é sobre isso o que pretendo apresentar nesse tópico.

Segundo Quinalha (2017) *Lampião* foi atingido por diferentes modalidades de violência e repressão. Uma delas, dizia respeito à espionagem oficial, na qual órgãos de informação chamavam a atenção para o *Lampião* desde a sua edição de nº zero, por considera-lo um risco "sobretudo à moral e aos costumes" (QUINALHA, 2017, p. 294).

O parecer n. 3348, por exemplo, datado de 22 de dezembro de 1978 e assinado pela técnica de censura Marina de A. Brum Duarte, sentenciava que artigos dos dois primeiros números do jornal *Lampião*

> enquadra[vam]-se na medicina psicológica e part[iam], sem dúvida, de personalidades com problemas comportamentais de natureza sexual, que se configura[vam] nas fronteiras psicológica e judicial e fer[iam] os preconceitos da moral e bons costumes de nossa sociedade heterossexual – (Lei censória e seus artigos) 20.493/46 em seu regulamento. (QUINALHA, 2017, p. 297)

Outro documento, de caráter sigiloso, que nos propicia a afirmativa da espionagem de órgãos de informação, segundo Quinalha (2017), é o Documento da Divisão de Segurança

[204] Título extraído de um artigo homônimo publicada na seção Esquina da edição nº 04, p. 5, de setembro de 1978, do jornal *Lampião da Esquina*.

Institucional do Ministério da Justiça, Informação n. 895/78, difundida para o gabinete do Ministro da Justiça, indicava que

> O periódico 'LAMPIÃO DE ESQUINA', publicado pela 'Esquina Editora de Livros, Jornais e Revistas Ltda', do RIO DE JANEIRO/RJ, órgão da imprensa 'nanica' que se dedica à promoção do homossexualismo, em sua edição n. 6, de Nov 78, publicou, na página 4, os artigos intitulados 'E NO DIA 15, A BONECA MORRE AFOGADA?', de DARCY PENTEADO, e 'UM CANDIDATO FALA MAIS ALTO', de AGUINALDO SILVA. (QUINALHA, 2017, p. 294)

O autor também pontua a existência da Apreciação Especial n.001/19/AC/79, enviada da AC/SNI ao Ministro da Justiça, e, do documento do Ministério da Aeronáutica, Informação n. 0854/CISA-RJ (QUINALHA, 2017). Conforme Quinalha (2017), a Apreciação Especial era um balanço da "atuação dos órgãos de comunicação social - retrospecto do 2º semestre de 1978 - perspectivas para 1979", que pontuava sobre a "propaganda sobre o homossexualismo", que estaria sendo "divulgada, particularmente, através do periódico Lampião da Esquina" (2017, p. 295). Já a Informação, destacava a entrevista de Abdias Nascimento para o jornal, na qual ele afirmava que "mulheres, negros, índios, homossexuais, deviam lutar juntos contra a repressão", (idem, p. 295).

Quinalha (2017) ainda aponta a existência do relatório do Delegado de Polícia Federal e Chefe da DOPS/SR/DPF/RJ, Miguel de Lacerda Mendes, de 9 de agosto de 1978, dirigido ao Coordenador Regional Policial Edyr Carvalho, destacando que o jornal *Lampião da Esquina*

> apresenta[va] matéria ofensiva à moral e aos bons costumes em suas notas e reportagens, vez que em suas mensagens [havia] um incentivo muito forte à prática do homossexualismo, sempre lastreado em nome de pessoas que conseguiram celebridade, fama e destaque junto à sociedade, devido suas atividades profissionais independentemente de suas preferências sexuais recaírem em parceiros do mesmo sexo, o que requer[ia] a aplicação das medidas em vigor para coibir tais abusos. (QUINALHA, 2017, p. 300)

Conforme Quinalha (2017), o relatório registrava também que o jornal: não tinha circulação clandestina e que estava devidamente registrado no Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas da capital fluminense, e, que isso "lhe imp[unha] o dever de respeitar e cumprir as regras de direitos que caracteriza[vam] a política do governo na área da moral e

dos bons costumes, expressas com absoluta clareza no texto da Lei n. 5250 (Lei de Imprensa)"; e, que a linguagem utilizada pelo jornal que "somente pelo aspecto gramatical pod[ia] ser considerada normal, posto que sob o ponto de vista moral [era] acintosamente grosseira, de uma realidade grotesca e chocante", sendo que algumas das gravuras "[eram] audaciosas e obscenas, sem desprezar a licenciosidade dos títulos" (QUINALHA, 2017, p. 300). Segundo o autor, foi anexado ao relatório as duas primeiras edições do jornal, consideradas "suficientes" como "prova do desrespeito às regras do artigo 17 da Lei 5250", e encerrou-se o relatório requerendo a "instauração do competente IPL" (idem, p. 300).

Assim, com base na Portaria 359-B, do Ministério da Justiça, o Delegado de Polícia Federal e Chefe da DOPS/SR/DPF/RJ Miguel de Lacerda Mendes, resolveu instaurar o inquérito policial 25/78, em de agosto de 1978, cujo objetivo era

> a apuração do responsável ou responsáveis pela publicação, nos ns. 'ZERO'e 'UM' dos meses de 'Abril' e 'Maio', do Jornal 'LAMPIÃO DA ESQUINA', de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, vez que, em suas mensagens, [havia] um incentivo muito forte à prática do homossexualismo. (QUINALHA, 2017, p. 301)

Quinalha (2017) destaca que Aguinaldo Silva, em 24 de novembro de 1978, quando o jornal fazia seis meses, foi convocado para prestar depoimento, conforme registra o seu termo de declarações perante o DOPS/SR/DPF/RJ, e, que passo seguinte para o Inquérito Policial n. 25/78, por ferirem a Lei de Imprensa por ofensa à moral e aos bons costumes, foi a convocação para a identificação datiloscópica dos editores Aguinaldo Silva, Francisco Bittencour, Adão José Acosta, Clóvis Marques e Antonio Chrysóstomo de Oliveira, pedida pelo Delegado de Polícia Federal William Barth (QUINALHA, 2017, p. 296-298). No entanto, eles compareceram no dia 23 de janeiro na Delegacia da Policia Federal do Rio de Janeiro, para ratificar os depoimentos, mas "na hora da identificação datiloscópica, se furtaram a cumprir a formalidade legal, através da ingerência de seus advogados" (QUINALHA, 2017, p. 298).

No entanto, *Lampião da Esquina*, resolveu romper com o silêncio, e, na edição de número 9, escancarava a perseguição que estava sofrendo por parte do Governo. O texto "A difícil batalha dos censores contra a realidade - Para o Brasil do ano 2.000 os 'bons costumes' do século XIX", de Aguinaldo Silva, expõe que "o DPF está realizando um inquérito contra esse jornal, tentando enquadrá-lo na Lei de Imprensa sob a acusação de 'ofensa à moral e aos bons costumes', por falar sobre homossexualismo" (SILVA, 1979, p. 5). Em contrapartida, o

jornal resolve refletir sobre a questão da moral e dos bons costumes. A primeira reflexão foi feita por Peter Fry no texto “Cada época com sua medida”, onde aponta que o Código penal brasileiro não criminaliza a relação homossexual, e, portanto, ele reconhece

> que as regras que dizem respeito a homossexualidade não pertencem à esfera pública da sociedade, mas sim à esfera privada, e que podem variar de um grupo para outro, de uma classe para outra, de uma geração para outra, e assim, de uma época para outra. É da natureza da moral e dos bons costumes que estes sejam fluidos e variáveis; portanto, não é possível incorporá-los ao Código Penal, que estabelece as mesmas - e imutáveis - regras para toda a sociedade. (FRY, 1979, p. 5)

E Peter concluiu, alfinetando a justiça, dizendo que se

> agora, a moral e os bons costumes, por definição não fazem parte do corpus juris da sociedade, é mais que contraditório que o sistema legal tente opinar sobre o que é atentatório contra eles. Não invejo o promotor ou o juiz que tenha que declarar o que é que constituiu moral e os bons costumes para todo o Brasil. No final das contas, o Brasil é multo grande, muito diferenciado. E dizem que ele não pode parar. (idem, p. 5)

Lampião também irá criticar o Código da Censura Federal, que para ele,

> com 33 anos de existência, se se tratasse de uma pessoa, já teria vivido uma vida inteira. Teria atingido a maioridade, feito serviço militar e, na idade de Cristo, estaria com um panorama totalmente diferente do mundo, a menos que crescesse numa prisão de pensamentos tacanhos. (...) O Presidente João Baptista de Figueiredo jurou que faria do Brasil uma democracia. Agora eu pergunto ao Lampião: Diante disso, uma censura de 1946 pode prevalecer ainda? (SANGIRARDI, 1979, nº 9, p. 6)

Lampião parece questionar se tais critérios sobre "mural" e "bons costumes", estabelecidos no código de 1946, ainda poderiam ser válidos para a época em que viviam, ou se era necessário discuti-los e modificá-los.

Para quem não estava entendendo nada sobre o jornal estar publicando tanto material sobre censura e moral e bons costumes, *Lampião* no texto “Ma che cosa é questa?”, explica que essas indagações

> decorre de um fato que está acontecendo nos salões da Polícia Federal e do qual LAMPIÃO é o **pivot**. A julgar pelo caráter das perguntas que nos estão sendo feitas e pela absoluta falta de razões, não restam dúvidas de que, mais do que uma tentativa para um possível enquadramento dentro do previsto pela "moral e bons costumes", trata-se de uma rotineira forma de opressão que ainda vigora, apesar das aberturas prometidas e ensaiadas, visando intimidar principalmente os da imprensa nanica, que pelo seu próprio caráter

> minoritário não está vinculada direta ou indiretamente aos meios e às ideias oficiais. (PENTEADO, 1979, nº 9, p. 6)

E o texto continua, mas agora passando a tranquilizar os leitores dizendo que

> Não existe contra nós nenhum processo formado. É um inquérito policial baseado numa denúncia feita sabe-se lá por quem, mas que deve ser alguém muito complicado para querer encontrar em LÁMPIÃO algo que seja ou pareça imoral, a menos que se considere imoralidade defender a ecologia, tentar conscientizar homossexuais do seu papel atuante na sociedade ou reconhecer os direitos das mulheres e dos índios. Nossos leitores, porém, não devem ficar preocupados com o jornal e com os conselheiros lampiônicos: nós continuaremos respirando enquanto existir Oxigênio. (PENTEADO, 1979, nº 9, p. 6)

Todavia, o inquérito continuou e, como foi noticiado pelo próprio *Lampião da Esquina*, na edição de número 12, as pessoas do conselho editorial foram identificadas criminalmente:

> No dia 2 de abril cinco editores de LAMPIÃO da Esquina compareceram à sede do Departamento de Polícia Federal, na Praça Mauá, Rio (que, ironicamente, possui à porta este letreiro: "Imprensa Nacional"), para serem identificados criminalmente. Antônio Chrysóstomo, Francisco Bittencourt, Aguinaldo Silva, Clóvis Marques e Adão Acosta foram fotografados de frente e de perfil (e não de costas, como se esperava), e tiveram suas impressões digitais tiradas dezenas de vezes, indiciados que estão no inquérito de n° 25/78 daquela repartição policial, sob a acusação de "ofensa à moral e ao pudor público" (decreto 1077, Lei de Imprensa). (Lampião da Esquina, nº 12, 1979, p. 3)

E novamente tentam minimizar o que o jornal estava sofrendo, afirmando que

> a identificação criminal encerra a fase de inquérito, já que agora cabe ao delegado que conduziu os trabalhos enviá-lo à Justiça. E esta decidirá se deve denunciar os editores de LAMPIÃO, OU SIMPLESMENTE ARQUIVADO. As absolvições recentes de Celso Cúri em São Paulo, e do poeta Nicolas Behr em Brasília, ambos enquadrados no mesmo item do decreto 1077, mostra qual é a posição da Justiça, a essa altura dos acontecimentos - e da vida nacional - quanto a esse tipo de acusação. (idem, p. 3)

E o texto termina com humor e atacando indiretamente a justiça, ao refletir que

> de qualquer modo, ao anexar aos seus já vastos arquivos as fotos dos cinco editores do LAMPIÃO, o DPF não deve se dar ao luxo de imaginar que com isso eles estão completos. Apenas para dar um exemplo: lá não estão as fotos de Michel Albert Frank, o matador de Cláudia Lessin, nem dos que lhe forneciam aquele que era seu principal combustível - a cocaína. Lá também não estão os responsáveis pelo Grupo Lume, embora a denúncia por sonegação de impostos contra um deles, tenha sido aceita recentemente pelo Supremo Tribunal Federal. Isso para não falar em outras figuras diante de cujas ações nosso trabalho de jornalistas parece aquela história de Davi e Golias (a imprensa é Davi, malhando sem parar o gigante

> insensível): os Lutfalas e Atallas, os Ludwigs e outros que tais. De qualquer modo, Golias, lá vai pedra...” (idem, p. 3)

Trevisan em uma entrevista concedida a Flávia Péret para seu livro a *Imprensa Gay*, relatou a dificuldade da polícia em compreender a existência de um jornal gay feito por “viados” que foram prestar depoimentos engravatados como homens e não travestidos de mulheres, e, o despreparo da polícia sobre o caso, durante a oitiva dos depoimentos:

> Eu me lembro que, quando chegamos na delegacia, em Higienópolis, o delegado fez o interrogatório errado. Ele confundiu o processo, achando que se tratava de um caso de subversão. Ele nos perguntava: ‘Mas quando é que vocês foram para Cuba? O que vocês foram fazer lá?’, e foi o escrivão que percebeu o equívoco... ele [o delegado] não estava entendendo nada. (TREVISAN apud PÉRET, 2011, p. 54)

Apesar dos equívocos, o inquérito parecia seguir com normalidade. O texto “De bicha, negro e louco, todos nós temos um pouco”, publicado na edição 15, de 1979, por Aguinaldo Silva, informa que os editores paulistas Darcy Penteado, João Silvério Trevisan e Jean-Claude Bernardet, tinham sido indiciados e qualificados criminalmente em São Paulo, após prestarem depoimento (SILVA, 1979, p. 5). Peter Fry não passou pelo mesmo processo porque, no dia marcado, estava em Fortaleza, para participar da reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, mas um tempo depois também foi interrogado (idem, p. 5).

Nesse texto de Aguinaldo Silva, também foi exposta a solicitação da presença do tesoureiro do jornal munido das respectivas escriturações e balancetes da editora Esquina relativos aos meses de janeiro a maio de 1979, realizada pelo delegado responsável pelo IPL 25/78-DOPS (SILVA, 1979, p. 5). E, essa foi a outra forma de pressão que o jornal *Lampião* sofreu: a devassa contábil, que, conforme Quinalha (2017), ser formalmente legal, funcionava como uma medida de perseguição política aos veículos considerados “subversivos” (QUINALHA, 2017, p. 301).

Após consultarem Luís Celso Soares de Araújo, advogado da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que assessorava juridicamente *Lampião*, e, que ponderou que “a solicitação era ilegal e arbitrária”, e, que, portanto, “deveria ser ignorada” (idem, p. 301), a solicitação não foi prontamente atendida. Assim, somente em 16 de agosto de 1979, que a editora apresentou ao Delegado de Polícia Federal os balancetes extraídos dos livros da editora Esquina. Conforme consta no documento protocolado pelo contador Josias Barbosa Santana,

> o balanço patrimonial do primeiro ano de funcionamento do jornal acumulou, até 31 dezembro de 1978, o prejuízo de 7.193,75 unidades monetárias da época. Já o balancete relativo ao primeiro semestre até 31 de julho de 1979, mostrava já o jornal em razoável saúde financeira, com um total acumulado de 648.323,25, revertendo o prejuízo do ano anterior (QUINALHA, 2017, p. 305).

Ademais, no dia 6 de julho, provavelmente para conferir a veracidade das informações que seriam prestadas, segundo Quinalha (2017), o Delegado José da Silva Motta solicitou diligência registrada no Relatório de Missão n. 036/79-Cart/DOPS para verificar, junto à distribuidora de jornais e revistas, a quantidade do referido jornal distribuído ao público em 1979 (idem, p. 505). Nesse informe, constavam 4250 exemplares em janeiro, 4300 em fevereiro, 4400 em março e 4000 de março até julho (idem, p. 505).

Quinalha (2017) também aponta que no dia 11 de julho de 1979, um dia após à solicitação dos balancetes, o Sindicato dos Jornalistas do Município do Rio de Janeiro, controlado por forças da esquerda organizada, enviou um telegrama ao Ministro da Justiça solicitando "providências para apuração de responsabilidade e também definição do governo contra exigências na verificação contábil do jornal 'O Lampião' por parte da polícia federal" (idem, p. 302). Esse apoio ao *Lampião*, conforme o autor, "relativiza o argumento de que as esquerdas não se importavam com as lutas dos homossexuais como se se tratassem de algo menor e secundário" (idem, p. 302).

De acordo com Quinalha (2017), o Ministro da Justiça Petrônio Portella determinou que, ainda no dia 11, o DPF lhe entregasse um relatório completo sobre o inquérito que corria contra o jornal. A ordem foi cumprida e o Ministro divulgou, no fim da tarde desse mesmo dia, uma nota com a explicação do diretor do DPF, Moacir Coelho, que foi publicada no jornal *Lampião*, no artigo "Nossa pobreza é nosso maior charme", sem assinatura, da edição número 15, na qual o delegado dizia querer com a solicitação de livros contábeis e balancetes, provar "que a empresa não tem condições financeiras de se manter" (Lampião da Esquina, 1979, p. 5).

Entretanto, *Lampião* questiona tal justificativa dizendo que não cabia à Policia Federal "- e este é o ponto mais central da questão - verificar se uma empresa tem ou não condições de se manter" , e, que "caso o pessoal do DPF resolva se entregar a este excesso de zelo, a nosso ver, deve começar examinando os livros de [outras] empresas", pois no caso da editora Esquina "exatamente porque ela não visa ao lucro, os problemas financeiros praticamente inexistem: toda a verba arrecadada com a venda de um número do jornal é consumida na edição do número seguinte". O texto ainda questiona "se o DPF acha que nós não temos

condições de nos manter, que responda a essa pergunta: quem nos financia? O jornal está no n. 14, e nunca atrasou na sua chegada às bancas", e, conclui dizendo que "as pressões não nos farão desistir do projeto do jornal. Se a polícia insiste em sua intenção de ver LAMPIÃO fora de circulação, que aja legalmente: conclua o inquérito em que nos envolveu e o remeta à Justiça (...)" (Lampião da Esquina, 1979, p. 5)

Quinalha (2017) aponta que em 10 de setembro de 1979, o delegado José da Silva Motta, solicitou também ao jornal, através de ofício, a apresentação da escrituração da firma,

> com a qual pudemos provar ser uma empresa sem lucro de qualquer espécie, com a ínfima tiragem mensal de cerca de 4.000 exemplares, inclusive não contando com anúncios ou mensagens comerciais em suas páginas, fato este que nos leva a pressupor, e neste caso a presunção é válida, de que o tablóide LAMPIÃO DE ESQUINA [sic] tem como finalidade última uma velada mensagem desagregadora, com vistas à destruição de nossa cultura, interesses, sentimentos familiares, costumes e aspirações comuns (QUINALHA, 2017, p. 303).

Ou seja, Dr. Motta afirmava que, após analisar a situação financeira bastante pobre do jornal, ele só poderia consistir em uma iniciativa de ataque ao regime e aos valores morais da sociedade. Apesar de todos esses esforços para encontrar alguma irregularidade na parte contábil, nada foi encontrado. Porém, esta não foi a única estratégia no plano econômico, pois Quinalha (2017) destaca que houve também um planejamento de sanção econômica ao jornal *Lampião*, como consta na Informação n. 051/19/AC/80, proveniente da AC/SNI, que não recomendava

> a difusão de anúncios de propaganda por entidades da Administração Pública Federal, em face da prevalência nesses veículos da divulgação de temas hostis ao Governo Federal, como também, em alguns casos, da abordagem de assuntos atentatórios à moral e aos bons costumes". Logo em seguida, constava o Lampião da Esquina, descrito como "periódico da imprensa 'nanica'" que "defende o homossexualismo e aborda assuntos atentatórios à moral e aos bons costumes. (QUINALHA, 2017, p. 295)

Ou seja, tal documento recomendava que as entidades da Administração Pública Federal boicotassem publicidade, anúncios e atos governamental no jornal.

Para finalizar, queria dizer que *Lampião* não sofreu somente pressão do Governo. De acordo com Trevisan:

> no segundo semestre de 1979, começaram a explodir bombas em bancas de jornais de vários pontos do país, com panfletos anônimos exigindo que não mais fossem vendidos nem jornais alternativos (quase sempre de esquerda) nem revistas ou jornais considerados

> pornográficos (e numa das listas apareceu o nome do Lampião). (TREVISAN, 2007, p. 346).

Esse ataque por bombas "foram vagamente atribuídas, pelo governo, a comandos paramilitares", mas o Governo "nunca se instaurou nenhum inquérito para apurar donde provinham e quem eram os integrantes de tais grupos autodenominados Falange Pátria Nova, Brigadas Moralistas e Comando de Caça aos Comunistas" (TREVISAN, 2007, p. 346). Napolitano, por sua vez, complementa essa informação sobre os grupos terroristas e afirma que eram "grupos da extrema-direita militar, como o MAC (Movimento Anticomunista), CCC (Comando de Caça aos Comunistas) e GAC (Grupo Anticomunista)", que entre 1978 até meados de 1981, "promoveram uma sequência de atentados a bomba contra pessoas, órgãos da imprensa, livrarias, universidades e instituições identificadas como subversivas", que só entre 1978-79, promoveram mais de cinquenta atentados (NAPOLITANO, 2014, p. 264).

2.5) "A FORÇA ESTÁ CONOSCO"[205]

Lampião não estaria sozinho durante o processo que o Estado inqueriu contra ele. No texto "Fernando Morais apoia LAMPIÃO", o jornal falava do apoio do Fernando Morais, deputado estadual eleito pelo MDB paulista e vice-presidente do Sindicato dos jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, ao Lampião pelo inquérito do DPF (Lampião da Esquina, nº 10, 1979, p. 2).

Com o texto "De bicha, negro e louco, todos nós temos um pouco: pra que tanto medo?", Aguinaldo Silva dizia que recebeu apoio da Comissão Permanente de Luta pela Liberdade de Expressão, que congregava 25 entidades no Rio de Janeiro, que divulgou uma nota que declarava aguardar "do Poder Executivo a apuração da responsabilidade nas diferentes ações que vêm restringindo o trabalho e o exercício profissional dos que buscam, nestes jornais, dar a sua contribuição à construção de uma sociedade democrática" (SILVA, 1979, p. 5).

Outro texto que aponta o apoio dado ao *Lampião*, "Pintou a solidariedade", no qual Trevisan fala da atitude de um grupo composto por ativistas do Grupo Somos, jornalistas, intelectuais e leitores do periódico, que resolveu criar o Comitê de Defesa do Jornal Lampião, com o objetivo de desencadear uma campanha de solidariedade na opinião pública e, que

[205] Título extraído de um título homônimo publicada na seção Cartas na Mesa da edição nº 05, p. 15, de outubro de 1978, do jornal *Lampião da Esquina*.

estava colhendo assinaturas de apoio ao jornal, “mobilizando entidades nacionais e internacionais para protestarem contra as arbitrariedades que estavam sofrendo” (TREVISAN, 1979, p. 5).

E por fim, no texto “Os que estão conosco”, foi publicado o manifesto de solidariedade para com o jornal para ser entregue ao Ministro da Justiça pela defesa da imprensa alternativa, em especial pela de *Lampião da Esquina*, em razão das pressões oficias e do inquérito instaurado contra ele, que continha a assinatura de Plínio Marcos, Ivan Lins, Antônio Candido, José Arthur Giannotti, Fernando Henrique Cardoso, Ruth Cardoso, Cândido Procópio, Nicete Bruno, Fernanda Montenegro, Dercy Gonçalves, José Celso Martinez Corrêa, Fernando Morais, Eduardo Suplicy, de jornal *Versus*, *Convergência Socialista* e *Movimento*, de entidades de trabalhadores como a APEOESP, Sindicato dos Jornalistas de SP e Sindicato dos Bancários de SP, entre outras (Lampião da Esquina, nº 19, 1979, p. 2).

Quinalha (2017) destaca que a repercussão do caso *Lampião* mobilizou, ainda, uma rede internacional de ativismo homossexual, que fez com que várias cartas e abaixo-assinados, oriundas de diferentes países, “com uma redação mais ou menos igual e quase sempre em inglês”, que expressavam a “preocupação com a arbitrariedade e a severidade dessas medidas”, fossem enviadas ao Ministro da Justiça Armando Falcão e, posteriormente, ao seu substituto, Petrônio Portella, durante a tramitação do inquérito contra o jornal, requerendo ao Ministro que “exer[cesse] sua influência em nome dos direitos humanos e dos direitos civis no seu país” (QUINALHA, 2017, p. 307).

Quinalha (2017) nos chama a atenção para a existência de algumas cartas que ainda eram mais duras e diziam que o Ministro da Justiça “certamente não gostaria de ser colocado ao lado de Adolf Hitler ou Anita Bryant, os quais, de uma maneira monstruosa, foram culpados pela difamação e assassinato de muitos homossexuais inocentes nesse século”, e, cita como exemplo de entidades internacionais a “National Gay Federaion (Dublin), AHA (Berlim), Centre du Christ Liberateur (Paris), AG Lesben & Schwule (Hamburgo), FUORI (Itália), Gay Activist Alliance (Inglaterra), National Gay Task Force (EUA)”, dentre outros agrupamentos (QUINALHA, 2017, p. 307).

Finalmente, depois de mais de um ano, toda a pressão acabaria, e, com a matéria “Somos todos inocentes”, publicada na edição 18, de novembro de 1979, que resumia as pressões que o jornal sofria desde “agosto de 78, como as visitas matinais dos agentes do DPF, as solicitações arbitrárias como aquela dos nossos livros contábeis, a humilhação de sermos qualificados e identificados numa repartição policial como criminosos”, para enfim

falar do fim do processo contra *Lampião* e da absolvição deles pela Justiça (Lampião da Esquina, nº 18, 1979, p. 2). A matéria ainda traz o parecer completo do Procurador da República, Dr. Sérgio Ribeiro da Costa, que pediu o arquivamento do inquérito, afirmando que

> filosoficamente moral e bons costumes se confundem, porque a moral é a parte da filosofia que trata dos costumes ou dos deveres do homem. Já a moral pública tem um conceito absoluto, vale dizer, é a conclusão moral que o público tira de uma determinada conduta. Simplificando, há fatos que pelo seu conteúdo ofendem a moral e alguns. A Lei visa, tão-somente, punir os fatos que ofedem a moral de todos – a moral absoluta – e não a moral de alguns – a moral relativa. No caso em exame, a publicação inquinada de ofensiva à moral pública pode ofender a moral de alguém, mas não de todos. Portanto, é relativo e não absoluto o conceito de moral daquele que condena essas publicações. Com efeito, as matérias publicadas no referido jornal referem-se a teses homossexuais, poesias ligadas a temas homossexuais, notícias ligadas ao mundo da homossexualidade, porém todas elas escritas num vocabulário que não atenta à moral pública. (Lampião da Esquina, nº 18, 1979, p. 2)

Desta forma, após o pedido do Procurador da República, que foi aceito, sem maiores comentários, pelo Juiz da 4ª Vara Federal do Rio de Janeiro, Dr. Ariosto de Rezende Rocha, *Lampião* e seus editores eram inocentados (Lampião da Esquina, nº 18, 1979, p. 2)

Lampião, foi uma resistência do início ao fim. Resistiu a processos judiciais, resistiu aos desequilíbrios financeiros, resistiu aos ataques terroristas. Resistiu o quanto pode, mas, chegou uma hora, que não deu mais, e, deixou para todos nós a sua última forma de resistência, a sua existência.

CAPÍTULO III: "NÓS TAMBÉM ESTAMOS FAZEMOS HISTÓRIA" - AS REPRESENTAÇÕES DOS HOMOSSEXUAIS EM LAMPIÃO

FONTES

BITTENCOURT, Francisco. Brasil: campeão mundial de travesti. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, ano III, n. 32, p. 3, jan. 1981.

CAMARGO, P. De frente e querelas. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, ano I, n. 3, p. 14, jul./ago. 1978.

FERREIRA, José A. PAULADAS na “bichória”. *Lampião da Esquina*. Rio de Janeiro, ano I, n. 2, p. 14, jun./jul. 1978.

FISCHER, Iso. Quem está com a bandeira? *Lampião da Esquina*. Rio de Janeiro, ano I, n. 4, p. 18, ago./set. 1978.

MACHADO, Josué R. S. Veado por quê?. *Folha de S.Paulo*, 23/7/1994. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/7/23/brasil/25.html>

MAMBABA, Rafaela. *Lampião da Esquina*, Travestis! (Quem atira a primeira pedra). Rio de Janeiro, ano I, n.4, p.8, ago-set 1978.

MASCARENHAS, João A. Sobre tigres de papel. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, ano I, n. 4, p. 9, ago./set. 1978.

SILVA, Aguinaldo. As palavras: para que teme-las?. *Lampião da Esquina*. Rio de Janeiro, ano I, n. 3, p. 5, jul-ago 1978.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Arthur Bernardes do. **A guerra ao terror e a tríplice fronteira na agenda de segurança dos Estados Unidos**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)– Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

ANDRADE, Marciano Vieira de. **O "orgulho de ser"**: identidade, política e gênero no Lampião da Esquina (1978-1981). Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, 2015.

ARIAS, José Miguel; AMARAL, Muriel Emídio Pessoa do. Homossexualidades de papel: cenas da imprensa homoerótica no Brasil (1963-2015). **Cuadernos.info**, nº39, 2016.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978).** O exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e o Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.

BANDEIRA, Marcio Leopoldo Gomes. **SERÁ QUE ELE É?:** Sobre quando Lampião da Esquina colocou as Cartas na Mesa. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

BADINTER, Elizabeth. **XY: sobre a identidade masculina**. Trad. Maria Ignez Duque Estrada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993, p. 141.

BENETTI, Marcia. Análise de Discurso como método de pesquisa em comunicação. In: MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. (Org.). **Pesquisas em comunicação**: metodologias e práticas acadêmicas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Revista Brasileira de Educação**, Jan/Fev/Mar/Abr 2002, nº 19, p. 20-28.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPANHOLE, Adriano e CAMPANHOLE, Hílton Lobo. **Atos Institucionais, Atos Complementares, Leis Complementares**. São Paulo: Editora Atlas, 1971, p.23.

CORRÊA, Maria Letícia. As militâncias em oposição à ditadura militar: movimento estudantil e luta armada. Movimentos da sociedade civil na oposição à ditadura militar In: CORRÊA, Maria Letícia. **História do Brasil IV**. v. 2. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2012.

FIDALGO, Maycon. **A identidade queer no jornal o Lampião da Esquina**. Trabalho de Conclusão de Curso de Comunicação Social, Universidade Católica de Brasília, DF, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, -7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2003.

FRY, Peter. **Para Inglês ver**: Identidade e Política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

FRY, Peter e MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade** . São Paulo: Brasiliense, 1985.

GREEN, James N. **Além do Carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

HALL, Stuart. **Representation** – Cultural representation and signifying practices. London: Sage, 2000.

_____. Quem precisa de identidade? In SILVA. Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

HEEREN, José Augusto de Castro. **O armário invertido**: comunicação e discurso sob a luz de Lampião. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2011.

JUNIOR, L. C. P. **Com a língua de fora** - A obscenidade por trás de palavras insuspeitas e a história inocente de termos cabeludos. São Paulo: Angra, 2002.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. A reflexão conceitual na prática historiográfica. **Textos de História**. Vol. 15, n. 1/2, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira; revisão técnica de César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

_____. Uma historia dos conceitos: problemas teóricos e práticos. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, p.134-146.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo. EdUSP, 2003.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade**: identidade sexual e política no Brasil da abertura. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MARIUSSO, Victor Hugo da Silva Gomes. **Lampião da Esquina**: homossexualidade e violência no Brasil (1978-1981). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Uberlândia, 2015.

MOREIRA, Thami Amarílis Straiotto. O ato de nomear- da construção de categorias de gênero até a abjeção. **Cadernos do CNLF**, Vol. XIV, Nº 4, t. 4.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

PARKER, Richard. **Corpos, prazeres e paixões**: cultura sexual no Brasil contemporâneo. Trad. Maria Therezinha M. Cavallari. São Paulo: Best Seller, 1992.

PÉRET, Flávia. **Imprensa gay no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2011.

Ribeiro, L. **Homossexualismo e endocrinologia**, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1938

RODRIGUES, Jorge Caê. **Impressões de identidade**: um olhar sobre a imprensa gay no Brasil. Niterói: EdUFF, 2010.

RODRIGUES, Jorge L. P. **Impressões de identidade**: Histórias e estórias da formação da imprensa gay no Brasil. Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFF. Rio de Janeiro, 2007.

ROSA, Susel Oliveira da. **"Apesar de vocês amanhã vai ser outro dia"**- Imprensa alternativa versus ditadura militar em Porto Alegre. **Revista eletrônica de crítica e teoria de literaturas**, Porto Alegre, Vol. 01 N. 01 – jul/dez 2005.

ROSSI, Elvio Antônio. *A luz do Lampião dobrou a esquina*: as múltiplas vozes de um nanico no Brasil da abertura (1978-1981). Revista Senso Comum, nº 3, 2015.

SAFFIOTTI, H. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

ZAMBONI, Jésio. **Educação bicha**: uma a(na[l])rqueologia da diversidade sexual. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

APÊNDICE A - Título

“Texto ou documento elaborado pelo autor, a fim de complementar sua argumentação, sem prejuízo da unidade nuclear do trabalho” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2011, p. 6).

“Elemento opcional. Deve ser precedido da palavra APENDICE, identificado por letras maiúsculas consecutivas, travessão e pelo respectivo título. Utilizam-se letras maiúsculas dobradas, na identificação dos anexos, quando esgotadas as letras do alfabeto.” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2011, p. 13).

EXEMPLO:

APENDICE A- Avaliação numérica de células inflamatórias.

ANEXO A - Título

"Texto ou documento não elaborado pelo autor, que serve de fundamentação, comprovação e ilustração" (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2011, p. 9).

"Elementos opcional. Deve ser precedido da palavra ANEXO, identificado por letras maiúsculas consecutivas, travessão e pelo respectivo título. Utilizam-se letras maiúsculas dobradas, na identificação dos anexos, quando esgotadas as letras do alfabeto." (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2011, p. 6).

EXEMPLO:

ANEXO A – Representação gráfica da contagem de células inflamatórias presentes nas caudas em regeneração - Grupos de controle I (Temperatura)